

JAQUELINE DOS SANTOS

**A LUTA E RESISTÊNCIA DE MULHERES PARTICIPANTES DO GRUPO TEZ
PARA A DESCONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE RACISTA E SEXISTA**



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Campo Grande
Fevereiro de 2022

JAQUELINE DOS SANTOS

**A LUTA E RESISTÊNCIA DE MULHERES PARTICIPANTES DO GRUPO TEZ
PARA A DESCONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE RACISTA E SEXISTA**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação Educação da Universidade Católica Dom Bosco como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação

Orientador: Dr. José Licínio Backes



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Campo Grande
Fevereiro de 2022

**“A LUTA E RESISTÊNCIA DE MULHERES PARTICIPANTES DO GRUPO
TEZ PARA A DESCONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE RACISTA E SEXISTA”**

JAQUELINE DOS SANTOS

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. José Licínio Backes (PPGE/UCDB) Orientador e Presidente da Banca

Prof^a. Dr^a. Mailsa Carla Pinto Passos (PPGE/UERJ) Examinadora Externa

Prof^a. Dr^a. Adir Casaro Nascimento (PPGE/UCDB) Examinadora Interna

Campo Grande/MS, 24 de fevereiro de 2022.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO E DOUTORADO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária Mourâmise de Moura Viana - CRB-1 3360

S231L Santos, Jaqueline dos

A luta e resistência de mulheres participantes do grupo TEZ para a desconstrução da sociedade racista e sexista/ Jaqueline dos Santos sob orientação do Prof. Dr. José Licínio Backes.-- Campo Grande, MS : 2022.

114 p.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, Ano 2022

Bibliografia: p. 111-115

1. Grupo Trabalho e Estudos Zumbi - TEZ. 2. Feminismo negro. 3. Mulheres negras. 4. Sexismo I.Backes, José Licínio. II. Título.

CDD: 305.42

DEDICATÓRIA

A todas à mulheres negras que não tiveram acesso educação formal em decorrência do racismo estrutural em nosso país.

AGRADECIMENTOS

A todos os corpos e seres que me guiaram nessa caminhada. Tenho ciência que ao longo das vidas somos afetados por todos os espaços e relações sociais que vivenciamos, sei que não conseguirei nomear todos aqui. Mas quero agradecer principalmente a *Nzambi*, o criador de todas as coisas, sejam elas materiais ou simbólicas. Saúdo o meu orixá que guia e reina a minha vida: Oxum, ela me mostra não quem eu sou, mas tudo que posso ser, ela é a senhora das águas doces, do amor incondicional pela vida terrestre. Agradeço à minha família pelo amor, lar e virtudes que concederam a mim. Em especial minha mãe Maria Lucia Santos e meu pai (de coração) Carlito Barreto, as minhas irmãs Karolyne Barreto (in memória) e Carla Thaynara e meu irmão Carlito Barreto Jr. Não poderia deixar de demonstrar o carinho que tenho pelo “*moleque*” mais marrento que conheço, meu sobrinho, Theo Santos Sanches.

Registro também o agradecimento ao meu companheiro de luta decolonial Dr. Luiz Eloy Amado, da etnia Terena, que em mais de dez anos tem provocado em mim a reconexão com a minha ancestralidade, sendo ele ainda o guardião do meu *Ori*.

Meu agradecimento ao professor e orientador José Licínio Backes, que ao longo desses dois anos tem me acompanhado e incentivado a nunca desistir diante das adversidades da vida. Obrigada pela possibilidade de vivenciar novas encruzilhadas que vão além da militância do movimento negro, mas que abrem possibilidades para pensar uma educação decolonial para além dos padrões hegemônicos de universalização dos corpos.

Sem dúvida quero agradecer a todos aqueles que um dia fizeram parte do Grupo Estudos Zumbi-Tez, na luta do combate ao racismo. Porém essa pesquisa não seria possível sem as gestoras Bartolina Catanante, Luciar Rosa Dias, Jaceguara Dantas, Sheila Azevedo e Vania Lucia dos Santos. Obrigada por compartilhar comigo suas histórias.

A CAPES pela bolsa de mestrado concedida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa e dedicação à vida acadêmica desde a graduação em História.

À banca examinadora, nas pessoas das doutoras Mailsa Carla Pintos Passos e Adir Casaro Nascimento.

Algumas pessoas e instituições que me acolheram e oportunizaram espaços de produção de reflexões que estão nesta dissertação: no Neppi, agradeço ao saudoso professor Antônio Brand; na UCDB, agradeço à professora Eva Maria, Ruth Pavan e aos professores Carlos Magno e

Heitor Queiroz de Medeiros; na UFGD, agradeço ao professor Neimar Machado de Sousa; na UFMS, agradeço aos professores Ido Michels, Thiago Duque e Alvaro Banducci; no instituto *Luther king*, agradeço ao juiz Aleixo Paraguassú Netto; no PT, agradeço à vereadora Camila Jara.

Agradecimento especial à linguista Sandra Alves da Silva Baldow, pela ajuda nas correções gramaticais e ortográficas. A quem tenho um carinho especial e efetuoso.

À minha família de santo do Inzo Malembá e Ilê Axé Angola Megemulebaonã, nas pessoas do Tata Nkisi Lembáonifá, Tata Nkisi Kassidemin, Tata Nkisi Togunginan, Mam`etu Kusasa, Odémotalabogi, Mam`etu Ndenge Oyalabaoci, Matambureci, Yá Bassé Dandalodê e ao Yaó Azafunagi, Mukuiu, meus manos!

Agradecimento carinhoso ao pantaneiro Vladimir Ferreira, pelo companheirismo em cada momento dessa dissertação. Obrigada por carregar meus livros e pelas conversas após o jantar. Às minhas amigas Kátia Silva Queiroz, Mariana Falcão, Tassiany Pereira, Ladielly Souza e amigos Matheus Sanches, Matheus Henrique e Marcel Lopes. Obrigada por todas as trocas e apoio.

SANTOS, Jaqueline dos. A luta e resistência de mulheres participantes do Grupo Tez para a desconstrução da sociedade racista e sexista Campo Grande, 2021. 144p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

RESUMO

A pesquisa de mestrado está vinculada à Linha de Pesquisa Diversidade Cultural e Educação Indígena e ao Grupo de Pesquisa Educação e Diferença Cultural. O objetivo da pesquisa é analisar as formas de luta e resistência que mulheres negras militantes do Grupo Trabalho e Estudos Zumbi - Tez travam para transgredir o lugar reservado a elas na sociedade racista e sexista, marcada pelo ideal de branqueamento e pelo mito da democracia racial. A pesquisa tem relevância porque as análises das relações contemporâneas sobre as condições das mulheres negras foram feitas de forma interseccional, considerando raça, gênero e classe, mostrando a colonialidade das relações que o processo de dominação impôs às mulheres negras. O processo de modernização da América foi marcado pelo racismo, sexismo e classismo. Entretanto, as mulheres negras desenvolveram múltiplas estratégias de resistência para lutarem contra a subalternização de seus corpos, construindo assim novas imagens de si, novas narrativas e reconstruindo suas histórias. Mesmo marcadas por muita violência e contradições, as mulheres negras, por meio da ancestralidade africana, vêm resistindo e (re)existindo ao sistema hegemônico de dominação que visa silenciar e invisibilizar suas subjetividades. Essa resistência torna-se mais potente quando organizam-se em forma de movimento. Nesse sentido, o movimento negro na figura do Grupo TEZ é uma instituição de suma importância tanto para o estado, quanto para o Brasil. É nesse espaço que acontece a construção e afirmação da identidade negra por meio do autoconhecimento e autodefinição. A discussão teórica afasta-se do feminismo burguês e privilegia o feminismo negro, mostrando a interseccionalidade entre raça, gênero e classe. Assim, a discussão teórica baseia-se nas intelectuais negras brasileiras e internacionais, que trazem a experiência de vida como ponto de partida para suas análises e mostram a interseccionalidade entre raça, gênero e classe. A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com cinco mulheres militantes do Grupo TEZ. As entrevistas foram organizadas em cinco categorias: a) Grupo Tez: um espaço importante de afirmação da mulher negra; b) A intelectualidade negra: conquistas e dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras do Grupo TEZ; c) As mulheres negras do Grupo TEZ e a luta contra o ideal de branqueamento; d) A desconstrução do mito da democracia racial: uma luta ainda muito necessária; e) Os espaços da mulher negra: entre a “inexistência”, a resistência e a conquista de novos espaços. Os resultados indicaram que o Grupo TEZ é um importante espaço de luta e afirmação da mulher negra e que apesar das dificuldades impostas pela colonialidade, as mulheres negras têm se aproximado da luta feminista negra e, dessa forma, contribuem para a desconstrução do racismo, do sexismo e do classismo que marcam a sociedade brasileira e têm oprimido, sistematicamente, de forma mais incisiva, as mulheres negras.

Palavras-chave: Feminismo negro, Mulheres Negras, Grupo TEZ.

SANTOS, Jaqueline dos. Struggle and resistance of women members of Grupo TEZ for deconstruction of a racist and sexist society in Campo Grande, 2021. 144 p. Thesis (Master's) Dom Bosco Catholic University.

ABSTRACT

The thesis is linked to the line of research Cultural Diversity and Indigenous Education and research group Education and Cultural Difference. It aims to analyze the forms of struggle and resistance black militant women of the Group Work and Studies Zumbi (TEZ, in Portuguese) engage for transgressing the *locus* reserved for them by a racist and sexist society, marked by a whitening ideal and the myth of racial democracy. The research is important because its contemporary relation analysis on black women's conditions was conducted in an intersectional way, considering race, gender, and class, and showing coloniality imposed on black women by a domination process. Racism, sexism, and classism marked the process of modernization of the Americas. But black women developed multiple strategies of resistance to fight against the subordination of their bodies, building new images of themselves, new narratives, and rebuilding their stories. Even though black women have been marked by violence and contradictions, they have also been resisting and (re)existing, through their African ancestry, to a domination hegemonic system that aims to silence and make invisible their subjectivities. This resistance becomes stronger when they organize themselves in form of movements. The black movement Grupo TEZ is an institution of great importance, both for the state and Brazil. It is in it where the making and affirmation of a black identity take place via self-knowledge and self-definition. Our theoretical discussion wards off of a bourgeois feminism and privileges the black feminism, showing the intersectionality among race, gender, and class. Therefore, it is based on Brazilian and international black intellectuals that offer their life experiences as a starting point for the analysis they make, showing the intersectionality among race, gender, and class. Field research was conducted via semi-structured interviews with five participant women of Grupo TEZ. They are organized in five categories: a) Grupo TEZ: an important space for black women's affirmation; b) black intellectuality: achievements and hardships confronted by black women of Grupo TEZ; c) black women of Grupo TEZ and their struggle against whitening ideal; d) deconstructing the myth of race democracy: a fight still needed; e) *locus* of black women: among "inexistence," resistance, and achievements of new spaces. Our findings suggest the Grupo TEZ is an important space of the struggle and affirmation of black women, and that, notwithstanding some hardships imposed by coloniality, black women have gotten closer to the black feminist struggle. Thus, they have been contributing to the deconstruction of racism, sexism, and classism, that permeates Brazilian society and oppresses systematically black women.

Keywords: Black feminism, Black women, Grupo TEZ.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
I – A LUTA E RESISTÊNCIA DA MULHER NEGRA NO BRASIL.....	18
1.1 COLOCANDO A BRANQUITUDE EM QUESTÃO: O OUTRO, A OUTRA COMO CATEGORIA MÓVEL.....	18
1.2 O RACISMO E O SEXISMO NO CONTEXTO BRASILEIRO: ABORDAGEM INTERSECCIONAL.....	21
1.3 O CANDOMBLÉ COMO SISTEMA EDUCATIVO FEMINISTA NEGRO.....	32
1.4 MOVIMENTO NEGRO E A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E DECOLONIAL	44
1.5 A NEGRITUDE COMO CATEGORIA DE PROTEÇÃO E LUTA CONTRA O RACISMO.....	57
II A MULHER NEGRA NO GRUPO TEZ: LUTA, RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO	62
2.1 GRUPO TEZ: UM ESPAÇO IMPORTANTE DE AFIRMAÇÃO DA MULHER NEGRA.....	63
2.2 MULHER NEGRA E INTELECTUALIDADE: CONQUISTAS E DIFICULDADES.....	72
2.3 AS MULHERES NEGRAS E A LUTA CONTRA O IDEAL DE BRANQUEAMENTO.....	83
2.4 AS MULHERES NEGRAS E A DESCONSTRUÇÃO DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL	89
2.5 OS ESPAÇOS DA MULHER NEGRA: ENTRE A “INEXISTÊNCIA”, RESISTÊNCIA E A CONQUISTA DE NOVOS ESPAÇOS.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS.....	102
ANEXO: ENTREVISTAS DAS GESTORAS DO GRUPO DE ESTUDOS ZUMBI	116

INTRODUÇÃO

O útero das mulheres negras é o órgão responsável pela resistência contra o genocídio da população negra brasileira. Ele venceu o sequestro, ele venceu a miscigenação, ele venceu o encarceramento, ele venceu o feminismo civilizador e burguês, ele venceu a esterilização em massa. Nossa tarefa é continuar denunciando os motivos de estarmos inseridas no “lugar” do não lugar. (JAQUELINE DOS SANTOS, 2021)

QUANDO O CAMPO É A SUA PELE

Reconhecer-se é algo transformador e libertador. Sou uma mulher jovem da tez retinta em um processo de reconexão com a minha história e cultura. Com uma história e um passado que foi negado a mim, e a milhões de brasileiras e brasileiros, que na sua maioria vivem nas periferias desse país. Há um tempo venho dizendo que a educação transformou a minha vida, mas nada desse negócio de meritocracia, por favor. Esse papo de “burguês safado” de que depende do esforço individual não cola. Eu sou o resultado daquelas mulheres negras que lutaram para que seus filhos e filhas tivessem direito de frequentar a escola regularmente. Tem uma música de um rapper chamado Emicida que diz: “tudo que nós tem é nós [...] eu descobri o segredo que me faz humano, já não está mais perdido o elo, o amor é o segredo de tudo”. Vivenciar a negritude é isso, é um elo com o outro igual ao eu, que ao mesmo tempo é o nós.

Sou fruto das políticas públicas do Governo Zeca do PT, que em 1998 criou o programa de transferência de renda que possibilitou a permanência dos quatro filhos da Maria Lúcia dos Santos na educação básica. Mesmo casada, todas as responsabilidades do cuidado e acompanhamento escolar dos filhos era da minha mãe, somadas às longas jornadas de trabalho nas casas, muitas delas de mulheres que lutavam por direitos iguais aos homens sem se preocuparem com o racismo. Nunca acreditei no movimento feminista (burguês), não era uma realidade viável para minha mãe e eu. Já que por muitas vezes ouvia algo do tipo: “lá da cozinha ou da lavanderia”, já que é lá o “lugar das negras”.

Em 2009 tive que tomar uma decisão em minha vida que a mudaria para sempre. Com dezessete anos, não tinha arrumado nenhum namorado ainda. Teria que estudar e não iria arrumar mesmo, quem iria querer namorar uma negrinha? Mulher bonita era estilo a Jéssica Alves, a menina mais bonita da escola, loira e cheia de curva tipo Carla Perez. Comecei uma rotina de estudo e até me matriculei em um cursinho pré-vestibular público no período noturno. O medo de continuar reproduzindo a realidade vivenciada pelas mulheres e meninas do meu círculo social me levou a disputar uma vaga no vestibular mais concorrido do meu estado, isto é, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Até então ninguém da minha família tinha passado por esse processo, e obtive êxito. No entanto não iniciei o curso já que o polo de ensino do curso tinha suas instalações no interior do estado e minha família não tinha condições de manter outra casa.

E assim começa a minha jornada na Universidade Católica Dom Bosco no curso de História. Fui aluna de Iniciação Científica e fui me inserindo no mundo da pesquisa. No mestrado fui me aprofundando nas leituras do feminismo negro e percebendo cada vez mais porque não me via representada pela luta do feminismo burguês. Ao me inserir no universo da pesquisa, fui percebendo que há um modo tradicional de fazer pesquisa e modos transgressores que põem em xeque a ciência ocidental/colonial.

Nas pesquisas “tradicionais” de trabalho de campo, seja na área da Educação ou da Antropologia, por muitos anos, havia a preocupação de manter um distanciamento entre entrevistador e entrevistado, o que Silveira (2002) chama de jogos de poder e controle nas situações da entrevista. No campo da Antropologia, o entrevistado, sujeito pesquisado, sempre era considerado como o Outro, o diferente da norma hegemônica à qual pertencia o pesquisador.

Populações ditas tradicionais eram vistas como sujeitos do atraso, entre as quais podemos citar os povos originários, ribeirinhos e quilombolas. As mulheres e, principalmente, as mulheres negras também entram nessa categoria de outridade. Construída na lógica colonial, a mulher branca é o Outro do homem branco. O homem negro é o Outro do homem branco e a mulher negra é o Outro do homem branco, da mulher branca e do homem negro (KILOMBA, 2020).

Essa dissertação se insere na perspectiva descrita pelo antropólogo Clifford (1998). O autor, ao criticar o modo de se fazer pesquisa de campo até então, mostra que há possibilidade de que outros sujeitos sejam o pesquisador, não mais o senhor da razão, o cidadão da pólis, o pesquisador colonial. Ele propõe “uma desnordeante diversidade de idiomas” (CLIFFORD, 1998, p. 19) e de certa forma a descolonização da antropologia para que a perspectiva imperialista seja superada:

[...] agora que o Ocidente não pode mais se apresentar como o único provedor de conhecimento antropológico sobre o outro, tornou-se necessário imaginar um mundo de etnografia generalizada. Com a expansão da comunicação e da influência intercultural, as pessoas interpretam os outros, e a si mesmas, numa desnordeante diversidade de idiomas - uma condição global (CLIFFORD, 1998, p. 19).

Nessa direção, ao pensarmos o processo de trabalho de campo realizado por meio de entrevistas semiestruturadas com as gestoras do Grupo TEZ, podemos afirmar que esse processo não se encaixa no modelo tradicional de pesquisa, já que também sou uma gestora do grupo. A hierarquia aqui não se estabeleceu entre entrevistador (a) e entrevistados (as) da forma convencional, como por exemplo apontam (BOGDAN E BIKLEN, 1994), segundo os quais o sujeito que entrevista tem o controle da situação.

A relação de poder que se estabeleceu seguiu a lógica da sociedade Iorubá – africana ou do Candomblé - religião afro-brasileira via ancianidade por meio do conhecimento oral, o mais velho ou a mais velha são os detentores do conhecimento sem distinção de gênero ou classe social. Portanto, como entrevistei mulheres negras do Grupo TEZ, todas com mais idade do que eu, elas foram guiando as entrevistas. Ainda que eu tivesse presente um roteiro a ser seguido para alcançar os objetivos, esse era recorrentemente modificado pelas minhas gestoras.

No processo de análise das entrevistas foi necessário ver outras literaturas ou até mesmo revisitar algumas, no que se refere à construção da subjetividade de cada mulher negra

e como elas dialogam com as múltiplas identidades, seja no plano individual ou coletivo. Para isso foi preciso ter contato com literaturas escritas por mulheres negras de diferentes territórios epistemológicos e nacionalidades. Mas elas têm em comum a mudança no campo das representações da mulher negra e a busca pela quebra de estereótipos. Os textos de *bell hooks*, *Patricia Hill Collins* e *Lélia Gonzáles* foram algumas dessas literaturas. Elas criticam o sistema cultural onde a norma é a branquitude patriarcal e analisam a contrapelo as literaturas chamadas clássicas. Essas autoras nos deram um aporte para pensarmos outras epistemologias para além do eurocentrismo. Clifford (1998) chama a nossa atenção para essas mudanças no ato de nossas escritas:

A escrita da etnografia, uma atividade não controlada e multissubjetiva, ganha coerência através de atos específicos de leitura. Mas há sempre uma variedade de leituras possíveis (além das apropriações meramente individuais), leituras além do controle de qualquer autoridade única. Pode-se abordar uma etnografia clássica buscando simplesmente captar os significados que o pesquisador deduz a partir dos fatos culturais representados. Ou, como sugeri, pode-se também ler a contrapelo a voz dominante no texto, procurando outras semi-ocultas autoridades, reinterpretando as descrições, textos e citações reunidas pelo escritor. Com o recente questionamento dos estilos coloniais de representação, com a expansão da alfabetização e da consciência etnográfica, novas possibilidades de leitura (e, portanto, de escrita) das descrições culturais estão surgindo (CLIFFORD, 1998, p. 58).

Desta forma, ao questionarmos o modo de se fazer pesquisa em Educação baseada na etnografia tradicional, nós mulheres negras saímos das margens, deixamos de ser vistas como “objetos” de pesquisa e nos tornamos pesquisadoras. Assim, ocupamos o centro das discussões e pautamos nossa realidade em nossos textos. A fala do nosso lugar se faz presente (hooks, 2019), o ato de nos nomear é extremamente importante, porque apontamos quem somos, e quando falamos-escrevemos como lugar, saímos das margens. “Ou seja, o lixo vai falar e é numa boa” (GONZALES, 1984, p. 225).

Por isso, em nossa pesquisa utilizaremos os nomes verdadeiros das entrevistadas. Todas concordaram que seu nome completo aparecesse como forma de dar visibilidade a suas falas. Seguindo a sugestão da entrevistada Bartolina Ramalho Catanente, denominaremos todas as nossas entrevistadas de gestoras, não no sentido administrativo, mas sim de gestação, de gerir, de multiplicar as lutas e resistências. As membras do Grupo Tez gestam o grupo em seu dia a dia, nas suas diferentes formas de atuação. Da escolha da temática à execução das

entrevistas percorremos vários caminhos e carregamos muitos sentimentos. Ao redigirmos o trabalho final de pós-graduação em Educação, como aponta Backes:

Muitas são as histórias de investigação. Muitas são as angústias sentidas. Muitos são abandonos. Muitas são as marcas produzidas no corpo. Muitas são as (re)significações. Muitos são os (des) caminhos percorridos. [...] Entendo que não há um conhecimento que não carregue junto consigo as marcas inscritas no corpo do pesquisador através de sua história de vida, de seu lugar cultural, de sua trajetória acadêmica (BACKES, 2005, p. 13).

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que pesquiso as mulheres negras do grupo Tez na sociedade brasileira, estou descrevendo um pouco sobre mim, um pouco da carga histórica e das lutas de mulheres negras que me antecederam na busca por seus direitos como mulheres, negras e periféricas, bem como membra ativa do Grupo TEZ. Segundo Silveira (2002), ao interrogar cada uma, nas suas mais diversas particularidades, experiencio a troca, na minha busca pela experiência coletiva:

A [...] entrevista - um jogo interlocutivo em que um/a entrevistador/a “quer saber algo” propondo ao/à entrevistado/a uma espécie de exercício de lacunas a serem preenchidas ... para esse preenchimento, os/as entrevistados/as saberão ou tentarão se reivindicar como personagens mas não personagens sem autores, e sim, personagens cujo autor coletivo sejam as experiências culturais, cotidianas, os discursos que os atravessaram e ressoam em suas vozes (SILVEIRA, 2002, p. 140).

Ao participar do processo seletivo da Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco tinha como objetivo estudar a trajetória das mulheres negras em Mato Grosso do Sul de diversos movimentos negros. Para saber mais sobre esses movimentos e poder elaborar meu pré-projeto para participar do processo seletivo, agendei uma entrevista com Ben-Hur Ferreira, um dos fundadores do Grupo TEZ, criado em 1985, que foi o primeiro Grupo do Movimento Negro que acabou por gerar outros grupos.

Ben-Hur Ferreira me contou um pouco como se deu a formação do grupo Tez em seus mais diversos aspectos, sejam políticos ou comunitários, sendo que na fundação participaram cinco homens e apenas uma mulher. Ao indagar sobre a participação das mulheres no grupo, afirmou que com o passar dos anos o número de mulheres aumentou, que elas tinham participação atuante de maneira ímpar e começou a citar alguns nomes que, posteriormente, foram escolhidos como nossas interlocutoras no processo de escrita da

dissertação. Porém, como será destacado na dissertação, foi apenas em 2010 que as mulheres passaram a assumir os cargos de gestão administrativa.

Inicialmente, a pesquisa se daria apenas por meio de fontes bibliográficas e na linha teórica do materialismo histórico. No decorrer das aulas e posteriormente com as orientações provocativas do orientador, alteramos o projeto, ou melhor, demos vida a ele. Ao delimitarmos a investigação, as mulheres do Grupo de Trabalho e Estudos Zumbi - TEZ que se encontra em MS tornam-se as protagonistas da pesquisa. Optamos por fazer entrevistas semiestruturadas, e num primeiro momento seriam seis mulheres. Em decorrência do Covid-19, o processo de ir a campo foi postergado e tivemos alguns contratemplos.

Definido o campo de pesquisa e os sujeitos participantes, estabelecemos como objetivo geral da pesquisa: analisar as formas de luta e resistência que mulheres negras militantes do Grupo Tez desenvolvem para transgredir o lugar reservado a elas na sociedade racista e sexista, marcada pelo ideal de branqueamento e o mito da democracia racial. E como objetivos específicos: a) Destacar as principais características do contexto histórico brasileiro que contribuem para a subalternização da mulher negra; b) Contextualizar o movimento de luta e resistência do Grupo Tez, destacando a participação das mulheres; c) Mostrar a luta e resistência que as mulheres negras travam para o reconhecimento da intelectualidade negra; d) Identificar formas de luta e resistência das mulheres negras do Grupo TEZ para combater o racismo e o machismo; e) Descrever as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras do Grupo TEZ para lutar contra o ideal de branqueamento, bem como as formas de enfrentá-lo; f) Caracterizar a compreensão das mulheres negras do Grupo TEZ sobre o mito da democracia racial e como está sendo desconstruído pela sua luta e resistência.

Para dar conta dos objetivos, realizamos cinco entrevistas no primeiro semestre de 2021, sendo quatro delas via *Google-Meet*, plataforma digital com a possibilidade de gravação de áudio e vídeo. E uma entrevista presencial, com gravação apenas de áudio. A mesma só aconteceu de forma presencial após a vacinação da primeira dose contra o coronavírus.

A primeira entrevista aconteceu com a gestora Vânia Lúcia dos Santos, professora da rede básica de educação. É quilombola da comunidade Tia Eva. Realizei a entrevista no dia 15 de junho de 2021, via plataforma digital. Por falta de experiência sobre o gerenciamento da

ferramenta, utilizei uma versão gratuita, que descobri que não possibilita a gravação da mesma. Coloquei o celular para gravar, mas coloquei o fone de ouvido e com isso a gravação não saiu. Como a gestora intensificou seu trabalho na educação, não realizei outra entrevista com ela. Mas com a autorização da mesma, incluí algumas falas que havia registrado em minha memória.

Já a segunda entrevista foi feita com a gestora Bartolina Ramalho Catanante (58 anos) professora aposentada da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, doutora em Educação. A entrevista ocorreu no dia 16 de junho de 2021, via plataforma digital, com duração de 57 minutos e 45 segundos. A terceira entrevista foi realizada com a gestora Sheila Azevedo (41anos), professora da educação infantil e mestre em Educação, no dia 19 de junho, com a duração de 1 hora, 32 minutos e 03 segundos. Nesse mesmo dia realizei de forma presencial a entrevista com a gestora Jaceguara Dantas (59 anos), Procuradora de Justiça Criminal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, realizada na residência de Ben-Hur Ferreira. A entrevista durou 24 minutos e 53 segundos. Já a quinta entrevista foi realizada com a gestora Lucimar Rosa Dias, professora da Universidade Federal do Paraná, doutora em Educação, no dia 21 de junho de 2021, via plataforma digital.

Essas entrevistas foram articuladas e interpretadas com as teóricas do feminismo negro. Entendo que o feminismo negro efetivamente dá conta de analisar os processos de inferiorização e desqualificação pelo qual passam sistematicamente as mulheres negras. Ele dá conta também de mostrar a luta e a resistência das mulheres negras para superarem a tríplice opressão (raça, classe e gênero). Ao mostrar que essas categorias se interseccionam, possibilita-se uma análise crítica radical e decolonial¹.

¹ O termo decolonial refere-se à palavra *décolonial* e é utilizada pela teórica do feminismo negro *Françoise Vergès* “[...] Na França, o termo costuma estar associado ao ativismo antirracista e a um amplo combate à xenofobia, destacando-se a defesa de imigrantes e descendentes de imigrantes vindos de ex-colônias. No Brasil, o adjetivo “decolonial” tem sido associado à recepção de estudos do grupo conhecido como Modernidade /Colonialidade /Decolonialidade (mcd), formado por pesquisadores latino-americanos atuantes nas Américas (ver, a esse respeito, autores como Aníbal Quijano, Walter Dignolo e Catherine Walsh)”. (VERGÉS,2020, p 13). “[...] caracteriza-se pelo enfrentamento da colonialidade do poder que, mesmo após a formalização da independência de territórios colonizados, persiste como legado da modernidade, do racismo e do capitalismo”. Em contrapartida, nos momentos em que a autora faz referência ao movimento contínuo de tornar pensamentos e práticas cada vez mais livres da colonialidade (VERGÉS,2020, p 13). Ela nos faz um chamamento para a necessidade de denunciarmos e expormos o sistema social vigente que está alicerçado em uma estrutura colonial.

Vejo no feminismo negro uma forma de entender minha própria trajetória de vida, pois ela sempre esteve e continua marcada pela opressão de classe, raça e gênero. Mas, minha luta e resistência dentro do Grupo TEZ e nos demais espaços que ocupo também se dá contra essas mesmas opressões. Diante de múltiplas opressões, precisamos entender como se interseccionam e como combatê-las ao mesmo tempo.

Destaco que a dissertação está organizada em dois capítulos. No primeiro capítulo, A luta e resistência da mulher negra no Brasil, mostro que o movimento negro, com destaque para as mulheres, sempre lutou para combater o racismo e resistiu à imposição do modo de ser, viver e conhecer do branco. Destaco também que o termo negro é utilizado no sentido político e não como uma categoria biológica. No primeiro tópico desse capítulo, Colocando a branquitude em questão: o outro, a outra como categoria móvel, argumento que ser o outro ou a outra não é uma questão fixa, mas é um efeito das relações sociais de poder. Nós mulheres negras fomos colocadas no lugar da outra, pelo racismo e pelo patriarcado. No segundo item, O racismo e o sexismo no contexto brasileiro: abordagem interseccional, trago a discussão teórica do feminismo negro, mostrando que o movimento feminista, quando não leva em conta questões de raça e classe, torna-se um movimento conservador/burguês. No terceiro tópico, O candomblé como sistema educativo feminista negro, mostro que segundo a cultura e a história africanas, a mulher negra não é vista como inferior ao homem. No quarto item, Movimento negro e a luta por uma educação étnico-racial e decolonial, mostro como o movimento negro (incluindo as mulheres) sempre se preocupou com a educação e vai assumindo protagonismo na defesa de uma educação crítica e decolonial. No quinto e último item desse capítulo, A negritude como categoria de proteção e luta contra o racismo, argumento que uma visão não essencialista de negritude é crucial para lutar contra o racismo e poder afirmar a identidade negra, incluindo a identidade da mulher negra.

No segundo capítulo trago a análise das entrevistas, organizadas em cinco categorias. Na primeira categoria, intitulada Grupo Tez: um espaço importante de afirmação da mulher negra, trago a importância que as mulheres negras entrevistadas dão ao Grupo TEZ e como elas estão, aos poucos, transformando-o num espaço de discussão interseccional. Na segunda categoria, A intelectualidade negra: conquistas e dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras do Grupo TEZ, mostro como as mulheres negras têm que lutar cotidianamente para serem reconhecidas como intelectuais, pois a intelectualidade continua associada ao conhecimento e ao sujeito branco/ocidental. Na terceira categoria, Dificuldades enfrentadas

pelas mulheres negras do Grupo TEZ para lutar o ideal de branqueamento, mostro como as mulheres negras, apesar de toda luta e resistência cotidiana, ainda sofrem em função do ideal de branqueamento e o quanto é difícil lutar contra ele no contexto atual. Na quarta categoria, A desconstrução do mito da democracia racial: uma luta ainda muito necessária, mostro como as mulheres negras do Grupo TEZ têm denunciado a falácia da democracia racial em diferentes espaços nos quais atuam, salientando que essa é uma luta cotidiana. Na quinta e última categoria, os espaços da mulher negra: entre a “inexistência”, a resistência e a conquista de novos espaços, visualiza-se como as mulheres negras do Grupo TEZ, apesar da existência do racismo, sexismo, mito da democracia racial, ideal de branqueamento, têm por meio da luta e resistência ocupado espaços historicamente ocupados somente pelos homens brancos.

I – A LUTA E RESISTÊNCIA DA MULHER NEGRA NO BRASIL

1.1 COLOCANDO A BRANQUITUDE EM QUESTÃO: O OUTRO, A OUTRA COMO CATEGORIA MÓVEL.

Início com uma experiência minha que contribui para entender que ser o outro e ou a outra, no contexto das relações étnico-raciais, não é algo fixo, mas depende do contexto das relações históricas e culturais.

Em 2019, fui para São Paulo, no encontro Reconexões Periferia, representando o Grupo Trabalho Estudos Zumbi - TEZ. Nessa viagem, no final do dia, meus colegas e eu decidimos curtir a noite em um bar no Lago do Arouche. Magnani (1996) aponta que o bairro é marcado por ter uma grande diversidade de bares, que atende as mais diferentes tribos urbanas.

O autor levanta o questionamento sobre o trabalho de campo e traz a categoria nativo de Geertz, para se referir ao título do seu trabalho: Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. Nele o antropólogo caracteriza a cidade como uma comunidade marcada pela diversidade: “[...] a riqueza de suas tradições culturais, a variedade de seus modos de vida, e, por conseguinte, a infinita possibilidade de trocas e contatos que propicia (MANGNANI, 1996, p. 03).

Na animação, fomos procurar na rede social qual bar agradaria o gosto de todos. Nesse momento começa a confusão, cada um queria ir em um bar diferente, que mais se aproximava da sua identificação cultural. Ficamos discutindo em torno de uns 40 minutos até escolhermos um. Isso vem ao encontro da explicação que Silva (2000) dá em torno da construção da identidade, quando esse afirma que ela sempre se dá na relação com a diferença: “A identidade, a diferença é, nesta perspectiva, concebida como autorreferenciada, como algo que remete a si própria. A diferença tal como a identidade, simplesmente existe” (SILVA, 2000, p. 72).

Como fazer com que quinze pessoas, das quatro regiões do país, entrassem em consenso, qual era o denominador em comum? O elo, nesse caso, seria a identidade. Contudo, nesse grupo tinha um colega que era diferente, isso ficou ainda mais entendível quando descobrimos que ele teria grande probabilidade de não entrar no bar, porque a cor da sua pele era diferente da nossa.

O espaço era um ponto de encontro de gente preta, que visava trocas de experiências e reconexão com as tradições afro-latinas. Todos já estávamos preparados para sair, então vários colegas se questionaram como isso era possível e cogitamos não irmos. Minutos depois estávamos nós, na frente do bar.

O lugar estava cheio, música boa e pessoas bonitas na fila, era tudo o que queríamos. Fomos todos em direção à entrada, um dos meus colegas chegou até o segurança e disse: “ele está comigo”. Então, o nosso colega, o “diferente”, entrou no bar. Naquele momento, por meio da linguagem, o incluímos no ambiente. As fronteiras antes demarcadas do eu e do outro entraram em negociação. Como diz Bhabha (1998), as fronteiras não são fixas, elas não são lugares apenas de separação, mas, sobretudo, de encontro, ou seja, é nelas que as identidades são negociadas na relação com as diferenças.

As horas se passaram e voltamos para o hotel, questionamos o que ele achou do lugar, da música e da bebida. E ele solta “me senti um peixe fora d’água”. Isso vem ao encontro do que afirma Silva (2000), quando mostra que o processo de afirmação de uma identidade é sempre um processo que envolve conflito e disputa: “Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade” (SILVA, 2000, p. 75).

Sobre a ótica dos Estudos Culturais, só podemos ser quem somos a partir do contato com o outro. O problema é que nas relações históricas e culturais entre negros e brancos, os brancos recorrerem à violência física e simbólica para se imporem como a referência, inventando o negro como um sujeito inferior. É na afirmação da identidade que compreendemos a diferença. Trago novamente Silva (2000), quando mostra que há uma lógica de interdependência: “Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis” (SILVA, 2000, p. 75).

Quando um sujeito não encontra outros sujeitos com os quais possa se identificar, ele passa a se sentir “um peixe fora d’água”. O sentimento de não pertencimento cultural (HALL,

2003), utilizando a expressão do autor, traz a sensação de estar fora do lugar. O autor afirma que ele sempre se sentiu fora do lugar, seja na Jamaica, seja na Inglaterra:

Na situação de diáspora, as identidades se tornam múltiplas. Junto com os elos que as ligam a uma ilha de origem específica, há outras forças centrípetas: há a qualidade de “ser caribenho” [...] tornou-se “caribenha”, não no Caribe, mas em Londres [...] as reidentificações simbólicas com as culturas “africanas” (HALL, 2003, p. 29).

É na afirmação do eu, da identidade que se dá o ponto de encontro com a diferença, que pode ser bastante conflitante. Entre tantos exemplos, porque eu trouxe o bar nessa discussão? O espaço denominado Aparelha Luzia (quilombo urbano), muito além de um ponto de encontro para uns *drinks*, é um espaço político de construção e afirmação da identidade: reconexão com a ancestralidade, de valorização da beleza negra, fortalecimento, ressignificação, de memória e de encontro de identidade. Gomes (2008) argumenta que para subverter e desconstruir a lógica colonial e o racismo estrutural decorrente dela, os negros têm produzido espaços políticos de afirmação de sua cultura, história e identidades: “Os espaços políticos, os movimentos sociais são, portanto, produtores de uma epistemologia tão legítima quanto a que é considerada hegemônica pela educação e pela teoria social” (GOMES, 2008, p. 100).

Quero aqui questionar a branquitude, com base nos estudos do feminismo negro. Ao mesmo tempo, buscar a valorização, a retomada das origens, a valorização do tradicional e as novas interrogações à historiografia de povos que foram invisibilizados, mas que têm uma rica história de resistência, de produção de conhecimentos e de outras formas de ver e estar no mundo.

Muito se fala sobre os lugares e a situação de inferioridade da população negra em nosso país. Por meio de muitos discursos racistas de manutenção de seus privilégios, somos impedidas de frequentar inúmeros ambientes sociais nos mais diferentes segmentos em razão de um racismo, que nem sempre é explícito, mas de denegação. (GONZALES, 1984). Para a autora, o racismo de denegação é típico do Brasil e de países da América Latina, muito em função da criação do mito da democracia racial, baseado nas teorias de miscigenação e assimilação. Segundo essas teorias, já que todos os brasileiros são frutos da “mistura” racial não é possível identificar quem é negro, o que acaba por produzir uma harmonia social.

Entretanto, trata-se de um discurso falso construído com a intenção de apagar a história e a cultura negra, bem como evitar que o Estado seja obrigado a desenvolver políticas de reparação, mantendo a ideia de que o padrão é o branco, e o negro o outro do branco, um outro inferiorizado, subalternizado.

Mas, como mostram os autores que utilizaremos em nossa dissertação, a invenção do negro como outro com as características apontadas não é algo fixo, e está sendo ressignificado pela luta e resistência negra, e, atualmente, com a luta do feminismo negro, por meio de uma análise interseccional (classe, raça e gênero).

1.2 O RACISMO E O SEXISMO NO CONTEXTO BRASILEIRO: ABORDAGEM INTERSECCIONAL

O racismo no contexto brasileiro marca profundamente a identidade e a diferença. Elas são produtos das interações sociais entre indivíduos marcadas pelas relações sociais de subalternização, inferiorização e estereotipização. As relações de poder, ainda que haja negociação, tendem a favorecer os grupos brancos.

Mas isso está sistematicamente sendo combatido pelos movimentos negros. Nessas relações de poder, entram também as relações de gênero, que são marcadas ao mesmo tempo pela heteronormatividade, pelo sexismo, mas também com um componente racial. “O sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje” (hooks, 1995, p 468). Portanto, a construção da identidade da mulher negra passa ao mesmo tempo pela luta contra o racismo e contra o machismo/patriarcado.

Assim, como se constrói a identidade da mulher negra na sociedade brasileira? Sabemos que a identidade é um processo contínuo de construção, porém, passa pelo campo do discurso com o contato com a diferença. Em nome da dominação moderna aconteceu o processo de hierarquização das diferenças, onde se estabeleceu uma identidade como padrão dominante. Esse padrão dominante, portanto, não é natural, mas produzido historicamente, cultural e socialmente. Como afirma Gomes (1996), todas as identidades são construídas, portanto, a

identidade de gênero, no nosso caso, da mulher negra, é resultado de um processo de construção coletivo, que se inicia nos primeiros contatos sociais que o sujeito estabelece:

Assim, como em outros processos identitários, a identidade racial se constrói gradativamente, num processo que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, no qual os contatos pessoais se estabelecem permeados de seções e afetividade e onde se elabora os primeiros ensaios de futura visão de mundo (GOMES, 1996, p. 75).

Portanto, a existência desses espaços é de extrema importância para a construção e manutenção da subjetividade da população negra, para o enfrentamento da ideologia hegemônica. Entendemos que o racismo é um processo articulado ao coletivo. Mesmo que as experiências vivenciadas na grande maioria sejam individuais, os reflexos sempre têm a ver com o coletivo/raça de pertencimento. Ele é resquício da escravidão colonial e das teorias racistas do século XIX.

Como explica o antropólogo Munanga (1999, p. 171), baseado em Oracy Nogueira², no Brasil se desenvolveu um racismo de marca ou de cor, ou seja, segundo essa lógica, quanto mais branco, mais próximo da “humanidade”. Portanto, configurou-se um “[...] preconceito de ‘marca’ ou de ‘cor’ em oposição ao preconceito de “origem”, baseado numa gota de sangue”. Assim, no caso do Brasil, a discriminação racial ativa-se pelo fenótipo, o tom da pele dos indivíduos e outras características físicas e não como nos Estados Unidos da América, que é pela origem, ou seja, se o sujeito tiver “uma gota de sangue negro” será considerado negro.

O racismo, embora atinja toda a população negra, assume outros contornos quando se trata das mulheres negras. Como se dá a produção da mulher negra no imaginário da sociedade brasileira? O que se espera dela, qual é o seu papel, a sua função social? A intelectual Lélia Gonzales (1984) chama nossa atenção para a utilização das imagens de controle. No caso das mulheres negras, são imagens de controle baseadas na naturalização, subordinação e objetificação. Nós, mulheres negras, estamos sempre em um lugar de subordinação e de inferiorização, no discurso e nas práticas do sistema colonizador e no

² “Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem” (NOGUEIRA, 2007, p. 292).

contexto atual, pelo sistema colonialidade. Há uma naturalização dos espaços que ocupamos, como se nosso lugar fosse o lugar das más condições de moradia, trabalho, mobilidade urbana, como se vivêssemos em uma sociedade estamental, nulas de mobilidade social: “Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados” (GONZALES, 1984, p. 226).

Embora a autora inicie falando das mulheres e no final se refira a toda população negra, efetivamente, no caso das mulheres negras, a questão racial assume um contorno ainda mais cruel, porque associada a uma questão de gênero, elas são vistas também sob a ótica do regime patriarcal/machista.

Dessa forma, o imaginário da mulher negra é construído simultaneamente pelo racismo e sexismo. Nesse sentido, hooks (2019) explica que um homem negro pode sofrer racismo, mas nem por isso ele deixa de ter uma postura machista em relação às mulheres. Ou seja, na perspectiva que estou trabalhando nessa dissertação, entendo que é preciso reconhecer que:

[...] homens negros podem ser vítimas do racismo, mas, ao mesmo tempo agirem como opressores sexistas de mulheres negras. Consequentemente, há pouco reconhecimento da opressão sexista em relacionamentos entre mulheres e homens negros como um problema sério (hooks, 2019a, p. 146).

Assim, em relação às mulheres negras, geralmente há um imaginário negativo em função de ser mulher e negra, e muitas vezes, ainda conforme hooks (2019), por ser pobre. Segundo Fanon (2008), esse imaginário de inferioridade da pessoa negra tem a ver com o período colonial. A desumanização promovida pelo colonizador branco fez com que os descendentes das pessoas do continente africano recebessem o estado de coisa, um produto, algo necessário para a manutenção da lógica hegemônica. Nessa lógica, o branco dá as ordens e quem as recebe são os negros; quem tem conhecimento é o branco e quem não o tem são os negros; quem vive é o branco e quem morre é o negro; quem tem liberdade é o branco e quem vive no cativeiro é o negro. Assim, por meio da lógica binária produz um polo que representa o lado positivo e outro que representa o lado negativo, ou, como afirma Skliar (2003), o outro é inventado como a fonte do mal.

Como afirma hooks (1989), o pensamento binário tem na sua raiz a objetificação do outro para fins de dominação/subordinação/inferiorização: “Como objeto, a realidade da

pessoa é definida por outras, sua identidade é criada por outra, sua história é nomeada apenas de maneira que definem sua relação com pessoas consideradas sujeitos” (hooks, 1989, p. 42, apud COLLINS, 2019, p. 138).

Embora as identidades sempre sejam construídas na relação com as diferenças, é importante destacar que, no caso da construção da identidade negra no contexto brasileiro, esta se deu e continua se dando dentro de um imaginário hierarquizado, o que pode representar algumas armadilhas para a população negra.

Os sujeitos são atravessados por múltiplas identidades ao longo da vida, e, portanto, também pelos discursos racistas construídos pelos brancos, que visam ao controle e à subordinação da população negra, e com mais intensidade, da mulher negra. A professora estadunidense Patrícia Hill Collins (2019) fala do controle que é exercido sobre as mulheres negras em seu país. Ela afirma que para a manutenção da dominação são criados ou reforçados símbolos e signos negativos sobre a condição da mulher negra. Trata-se de estereótipos que visam ao controle da mulher negra:

O objetivo dos estereótipos não é refletir ou representar uma realidade, mas funciona como um disfarce ou mistificação de relações sociais objetivas. Essas imagens de controle são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana (COLLINS, 2019, p. 136).

A partir das análises da autora, podemos verificar cinco imagens de controle que intentam justificar a inferioridade sociocultural da população negra: a) *mammy*, mulher guerreira, que na grande maioria das vezes é a provedora da casa, já que os homens negros têm baixos salários ou desempregados, ela trabalha como doméstica ou babá na casa de família de *gente bacana* com longas jornadas de trabalho. b) Matriarca, estigmatizada como forte, por ser ela a responsável financeira da casa, anulando o marido na ótica do patriarcado; c) Mãe dependente do Estado, símbolo de fracasso como trabalhadora, por não ter um esposo, porque o marido a deixou, e como mãe, o mau exemplo em pessoa. d) A “dama negra”, a atrevida, ela é um mix das anteriores, trabalha muito, pois tem que mostrar que é inteligente. Por trabalhar demais não tem tempo para relacionamentos e só conseguiu terminar os estudos por conta das ações afirmativas; e) a quinta, a prostituta, a sexualmente agressiva infestada de uma feminilidade desviante já que ela visa à caça dos seus parceiros, seja por relacionamentos baseados na troca por dinheiro ou prazer e até mesmo homossexuais e a grande maioria são

mães solteiras. A autora nos mostra que todas as imagens articulam-se em torno da sexualidade e fecundidade da mulher negra:

Consideradas em conjunto, essas imagens predominantes da condição de mulher negra representam o interesse da elite masculina branca em definir a sexualidade fecundidade das mulheres negras. Além disso, ao formar sutilmente uma trama com opressões interseccionais de raça, classe, gênero e sexualidade, elas ajudam a justificar as práticas sociais que caracterizam a matriz de dominação nos Estados Unidos (COLLINS, 2019, p. 159).

Embora a autora esteja se referindo ao contexto estadunidense, é possível perceber que no Brasil há também um conjunto de imagens estereotipadas criadas em torno da mulher negra, sobretudo, ligadas à sexualidade e à reprodução. A questão da reprodução articula-se com a questão de classe, pois quando se trata de reproduzir a mão-de-obra, elas são vistas como importantes, mas em outras situações, são vistas de forma pejorativa.

O imaginário negativo construído sobre a população negra e de modo mais específico sobre a mulher negra, é o que muitos autores apontam como colonialidade do poder (OLIVEIRA E CANDAU, 2010). Constrói-se uma imagem da mulher branca como a ideal em oposição à mulher negra. Constrói-se uma identidade fixa e distorcida da realidade ou até mesmo do que se espera dela, na ótica do racismo e do sexismo.

Nesse sentido, hooks (1995) chama a atenção que muitas vezes, mesmo dentro do movimento feminista, quando esse é controlado por mulheres brancas da classe média/alta, não há a subversão ou o questionamento das imagens estereotipadas da mulher negra. A autora denomina esse feminismo de feminismo burguês. Nessa ótica, somos concebidas como fortes, guerreiras, bravas, barraqueiras, atrevidas, que adoramos crianças e sem falar na nossa aptidão sexual. A ativista bell hooks (1995) pontua que as mulheres negras no processo de socialização desempenharam tarefas relacionadas ao cuidado da casa e dos familiares. Isso faz com que até hoje, muitas vezes, mesmo em se tratando de mulheres, sobretudo, brancas, elas entendam que o lugar da mulher, principalmente, se ela for negra, não é a de ser uma intelectual, mas de desempenhar trabalhos domésticos e de cuidado:

A socialização sexista inicial que ensina as negras e na verdade a maioria das mulheres que o trabalho mental tem de ser sempre secundário aos afazeres domésticos ao cuidado dos filhos ou a um monte de outras atividades servis tornou difícil para elas fazer do trabalho intelectual uma prioridade essencial mesmo quando suas

circunstâncias sociais ofereciam de fato recompensas por essa atividade [...]. A insistência cultural em que as negras sejam encaradas como empregadas domésticas independentemente de nosso status no trabalho ou carreira assim como a aceitação passiva desses papéis pelas negras talvez sejam o maior fator a impedir que mais negras escolham tornar-se intelectuais (hooks, 1995, p. 470).

Como fugir dos estereótipos das imagens de controle sobre a mulher negra? Na infância lembro por diversas vezes minha mãe falando para andarmos sempre bem arrumadinhas e “limpinhas”. Isso significava que as meninas tinham que estar com os cabelos sempre presos em todos os ambientes, já que o corpo negro provoca uma perturbação da ordem cultural (ORTIZ, 1997). Estar “limpinha” é um processo de higienização dos nossos corpos, uma exigência do padrão hegemônico, que se pauta em vários estereótipos.

Como apontamos anteriormente, Collins (2019) cita cinco formas de controle da mulher negra no contexto estadunidense, que de alguma forma também circulam no Brasil, não necessariamente com a mesma classificação. A professora Lélia Gonzalez afirma que no Brasil existem três categorias de mulheres: a) mucama, escrava doméstica b) mãe preta, ama de leite / empregada doméstica/ babá, a invisibilizada, que “carrega o peso do mundo” c) mulata, cor do pecado/mestiça, “aceitável” socialmente em momentos específicos. Afinal, o Brasil não é uma bagunça, “Preto tem que saber qual é o seu lugar”. Nesse sentido, a autora traz algumas situações corriqueiras pelas quais as mulheres negras passam:

[...] porta da minha casa e, quando abro, perguntam gentilmente: “A madame está?” Sempre lhes respondo que a madame saiu e, mais uma vez, constato como somos vistas pelo “cordial” brasileiro. Outro tipo de pergunta que se costuma fazer, mas aí em lugares públicos: “Você trabalha na televisão?” ou “Você é artista?” E a gente sabe que significa esse “trabalho” e essa “arte” (GONZALES, 1984, p. 228).

As três categorias apresentadas por Gonzales (1984) se articulam em torno da “função materna”, reforçando assim o racismo e o sexismo, que a autora chama de neurose cultural brasileira. Uma espécie de patologia narcisista por parte dos senhores de escravos e posteriormente dos patrões: “o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios” (GONZALES, 1984, p. 232). Trago novamente Collins (2019) quando se refere às imagens de controle. A autora cobra uma postura diferenciada e reivindica outras imagens para a mulher negra. Ela vê isso como uma questão urgente para a mulher

negra. Somente assim será possível a construção coletiva de uma “autodefinição” ou de uma “autoimagem” positiva, via feminismo negro (COLLINS, 2019).

Na lógica da construção de uma autoimagem positiva, revestida da subjetividade de mulher para a mulher negra na categoria mãe preta, Gonzalez (1984) reivindica o lugar de humanidade, para desconstruir o discurso hegemônico, questionando as relações de poder sobre o uso das imagens estereotipadas, que procuram demarcar uma identidade padrão para a mulher negra.

A mulher negra/escrava no período colonial era responsável pela função social do cuidado, liberando assim a mulher branca dessa função, que ocupava a categoria de “outra”. Como a autora afirma: “[...] a branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve para parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a ‘mãe preta’ é a mãe” (GONZALES, 1984, p. 235).

Da mesma forma, o ensino e aprendizado dessas crianças são concebidos na lógica das experiências das mulheres negras: são os costumes e valores das mulheres negras, repassados via linguagem na forma oral das narrativas, que “educam” as crianças brancas, o que Gonzales (1980) chama de *pretuguês*.

Diante dessas explicações podemos afirmar que as mulheres negras ao longo da história exercem as mais diferentes formas de (re)existência e existência diante do domínio heteronormativo, ainda que não tenham sido percebidas pela lógica colonial, sua forma de educar estava impregnada de valores e costumes africanos. É a luta diária pela sobrevivência, subvertendo a política da morte e da violência: seja física ou epistêmica. Essa resistência efetiva-se pela presença do corpo negro nos mais diferentes espaços de poder na atualidade, agora não mais como criados mudos e sim como agentes de transformação social.

Mesmo que num primeiro momento possa parecer que a luta dessas mulheres foi individual, ela sempre se deu dentro de um coletivo. A experiência da coletividade é o ponto de partida para entendermos o feminismo negro segundo a ex-ministra Barros (1995). Segundo ela, as experiências individuais das mulheres ao serem analisadas em seu conjunto, isto é, na coletividade, são a base do pensamento feminista:

O pensamento feminista negro seria então como um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro americanas que oferecem um ângulo particular de visão do eu, da comunidade e da

sociedade. Ele envolve interpretação teórica da realidade de mulheres negras por aquelas que a vivem (BARROS, 1995, p. 463).

Assim, a análise que Gonzáles (1984) faz das mulheres negras no tempo da escravidão nos ajudam a entender a resistência das mulheres negras e a ampliação dos espaços de luta. Gonzáles (1980), ao reconstruir a categoria mãe preta, não a faz na lógica da subordinação da mulher negra, mas, sim traz à tona as potencialidades da experiência de luta e resistência no seio da família branca.

Portanto, a mulher negra no contexto colonial não foi simplesmente uma mulher subordinada, ela, mesmo em condições extremamente adversas, resistiu e lutou pela sua história e cultura. Perceber a participação ativa das mulheres negras só é possível quando nós nos despimos da lógica binária de dominação colonial. Reconhecer a participação ativa das mulheres é fundamental para desconstruir as imagens estereotipadas inventadas pelo colonizador e afirmar a cultura e história africana. É fundamental para que a mulher negra possa construir sua identidade e em função de sua cultura e história, desfazendo-se das amarras do colonizador, ou ainda, utilizando a expressão de Fanon (2008), é necessária a desalienação do negro, para que possa aparecer sua subjetividade: “desalienação nascerá da recusa em aceitar a atualidade como definitiva [...] e empenhar em ressuscitar uma civilização negra injustamente ignorada” (FANON, 2008, p. 187). Nesse sentido, “[..] antes de se engajar na voz positiva, há de ser realizada uma tentativa de desalienação em prol da liberdade”. (FANON, 2008, p. 190).

A partir das formulações concebidas anteriormente, há necessidade de pensar o feminismo de maneira interseccional, levando em conta a raça, a classe, gênero e nacionalidade. Deste modo, poderemos analisar as condições que constituíram a posição das mulheres negras no Brasil para que a partir de sua compreensão possa-se pensar em outras formas de subjetividade feminina negra, ou seja, subjetividades de mulheres negras construídas com base na cultura e história africana e afro-brasileira.

O feminismo negro no Brasil nasceu em meio a uma grande repressão e perseguição política do regime militar (1964-1985). Os escritos e a voz da filha de oxum Lélia Gonzales inauguram a interseção das categorias: gênero, raça, classe nas análises do movimento de mulheres. Em suas análises, aponta erros, como a universalização e a ênfase biológica da categoria mulher nos estudos de gênero: “Tanto o racismo como o

feminismo partem das diferenças biológicas para estabelecerem-se como ideologias de dominação” (GONZALES, 1998, p. 13). Ela ativa duas categorias para explicar essa afirmação: a) de infante: a necessidade de ser falado por outra pessoa, mesmo que se faz presente, significa a ausência do discurso. O grande exemplo são as pesquisadoras feministas não negras nas universidades, quando se utilizam de uma imagem de controle, para nos definir em suas pesquisas: “[...] fomos ‘faladas’, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza[...] , com tudo, [...] suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não só do nosso próprio discurso, senão da nossa própria história[.]” (GONZALES, 1988, p. 14) b) de sujeito-suposto-saber: reveste-se de identificações imaginárias com determinadas figuras, um conhecimento produzido pelos brancos que passa pelo campo do discurso, ou seja, ele existe porque foi produzido discursivamente. Assim como mãe, pai, psicanalista, professor, só existem porque foram criados pelo discurso, a mulher negra é retratada não pelos seus conhecimentos, mas pelo discurso do colonizador e do feminismo branco, que traz embutida a lógica de superioridade do colonizador. (GONZALES, 1988).

A necessidade de uma teoria feminista que leve em conta os múltiplos marcadores sociais de forma a não hierarquizá-los é uma urgência política em nosso país. Discutir a opressão interseccional vivenciada por nós mulheres negras no Brasil é mexer em uma ferida infeccionada, que demanda um tratamento longo e contínuo.

Não podemos descolorir os números estatísticos, onde nossos corpos estão presentes. Precisamos garantir que nossas histórias continuem sendo contadas e debatidas nas escolas na efetivação da Lei 10639/03. Precisamos derrubar o programa “anticrime” do atual governo que criminaliza a pobreza e a população negra. Precisamos da ampliação de programas de transferência de renda.

Para que outras políticas sejam possíveis, precisamos desconstruir o mito fundador da sociedade brasileira elaborado por Gilberto Freyre em Casa grande e Senzala. Ele consiste na ilusão de uma relação harmoniosa entre as três raças (negra, branca e indígena) desde o período colonial. Segundo Bento (2002), o sociólogo foi responsável por disseminar essa ideia dentro e fora do território brasileiro, até mesmo afirmou que o processo de escravidão no Brasil teria acontecido de forma amena e passiva no que diz respeito ao sujeito escravizado por conta da generosidade dos senhores de engenhos. Desta

forma, o processo de colonização para ele teria acontecido sem conflitos já que as relações sociais, culturais e sexuais eram harmoniosas. Segundo Freyre:

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. Organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família; e servindo-se em sua economia e vida doméstica de muitas das tradições, experiências e utensílios da gente autóctone (FREYRE, 2003, p. 160).

O antropólogo Munanga (1999) afirma que o mito tem origem no processo de miscigenação biológica e cultural com a finalidade de controlar e dominar a população negra. Portanto, perceber que o racismo denegação (GONZALES, 1988) e o mito da democracia racial é um grande artifício até hoje para a manutenção da opressão da população preta é fundamental:

O mito de democracia racial, baseado na dupla mestiçagem ideológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído (MUNANGA, 1999, p. 80).

Esse mito da democracia racial de certa forma sofisticou o processo de dominação desenvolvido pela ideologia do branqueamento. Ele torna mais “sutil” a ideia de apagar a história e a cultura negra.

A ideologia do branqueamento foi um projeto genocida da população negra, pensado pelo alto escalão do governo republicano, com o objetivo de clareamento populacional em três gerações. A obra *A Redenção de Cam*, do artista espanhol Modesto Brocos, de 1895, é a materialização do que era esperado do projeto (LOTIERZO, 2013). Trago Munanga (1999) para salientar que essa ideologia tem em sua base a violência física e psicológica, estratégias recorrentes do colonialismo: “A política e a ideologia do branqueamento exerceram uma pressão psicológica muito forte sobre os africanos e seus

descendentes. Foram, pela coação, forçados a alienar sua identidade transformando-se, cultural e fisicamente em brancos” (MUNANGA, 1999, p. 94).



Imagem 1: uma pintura a óleo sobre tela realizada pelo artista espanhol Modesto Brocos, em 1895. Tendo o tamanho de 199 centímetros x 166 centímetros ela se encontra no Museu Nacional de Belas Artes - Rio de Janeiro.

Não se pode esquecer que os primeiros casos de miscigenação se deram via estupro de mulheres negras escravizadas e em seguida por relacionamentos interracialis de matrimônio ou concubinação. Essa ideologia busca a manutenção dos privilégios dos brancos e produz nos negros e negras a negação de suas características físicas e culturais, um sentimento de “ódio” em relação a si mesmo.

Como aponta hooks (2005b), as relações afetivas nesse período eram nulas, as mulheres negras tiveram qualquer tipo de amor negado: seja para com os filhos, companheiro, mãe e pai. Ainda hoje o amor é uma grande lacuna na vida de inúmeras mulheres negras: “Muitas mulheres negras sentem que em suas vidas existe pouco ou nenhum amor. Essa é uma de nossas verdades privadas que raramente é discutida em público. Essa realidade é tão dolorosa que as mulheres negras raramente falam abertamente sobre isso” (hooks, 2005b, s.p.).

1.3 O CANDOMBLÉ COMO SISTEMA EDUCATIVO FEMINISTA

O sistema matriarcal negro sobrepõe-se ao patriarcado heteronormativo. As mulheres negras desde o período colonial brasileiro vêm mostrando outras formas de organização social, uma lógica própria, onde são protagonistas de suas histórias. No caso do candomblé, essa outra lógica é materializada pelas sacerdotisas *Tata* de *Inkisi*-mães de santo. O Candomblé é uma religião tradicionalmente chefiada por mulheres.

A organização social, o *Inzo* (terreiro/casa) - vem do dialeto banto - é constituída de forma hierarquizada, onde o tempo de *catulagem* – feitura - é o denominador. No entanto, o cargo mais alto é a de Mãe de Santo, ela é responsável pela chefia do *Inzo* e cuidado dos filhos. Aqui não são filhos biológicos e sim filhos de axé, aqueles que se iniciam na religião por suas mãos.

No período colonial, os terreiros serviram de abrigo e reconstrução social e cultural da africanidade, para aqueles que o sistema colonial/heteronormativo excluía da vida social: mulheres negras, escravizados “rebeldes”, homossexuais, prostitutas e caboclos. Hoje não é muito diferente, podemos perceber que o candomblé é uma religião baseada no acolhimento e não de julgamento das ações individuais.

Porém, com novas configurações, com a presença de homens nos cargos de chefia. Os terreiros continuam sendo um espaço de subversão da lógica hegemônica. Os terreiros são muito importantes para a construção e manutenção da identidade dos afro-brasileiros. O candomblé é para nós, mulheres negras, uma forma de nos assumirmos no mundo como sujeitos, sem a lógica dualista: de bem e mal / céu e inferno / puro e impuro, que o cristianismo tentou nos impor. Revestimos-nos com o *adjá*-instrumento sagrado e nos tornamos narradoras dos nossos próprios destinos na conexão com o sagrado. Como aponta Gonzales (1998, p. 74), trazer as raízes da cultura africana é fundamental: “Aqui a força cultural apresenta-se como a melhor forma de resistência”.

A cientista política Françoise Vergés (2020) chama a nossa atenção em relação à resistência, pois se o feminismo decolonial for pautado na questão da racialização precisamos trazer os elementos que foram naturalizados e desqualificados para o debate. Nesse sentido, o

Candomblé mostra sua força e resistência em “[...] todas as iniciativas, todas as ações, todos os gestos, cantos e rituais, noite e dia, escondidos ou visíveis” (VERGÉS, 2020, p. 49). Diferentemente do feminismo burguês, que se preocupou com a emancipação individual ou econômica das mulheres brancas, o feminismo negro é mais radical e revolucionário, pois mostra como existem processos de discriminação e racismo no interior do movimento feminista burguês.

Ser mulher negra é radicalmente diferente do que ser mulher branca. São experiências que não podem ser igualadas. Nesse sentido, o movimento feminista burguês, ao não discutir a lógica de dominação racial e social (classe), de certa forma contribuiu para a manutenção desse sistema (VERGÉS, 2020). O candomblé pode ser visto como espaço/tempo de construção de conhecimento para o pensamento feminista negro brasileiro. É a partir de suas práticas que muitas mulheres negras como eu estão conseguindo se desprender da colonialidade do poder. Dessa forma, criam novas possibilidades de “reaprender ouvir, ver, sentir pra poder pensar”, como explica a professora Vergés (2020, p. 46).

Nessa mesma direção, a professora Gomes (2011) afirma que vivenciar o processo de valorização racial/étnica passa pelo campo da emancipação e libertação da dominação colonial:

A vivência da raça faz parte dos processos regulatórios, de transgressão, libertação e emancipação vividos pelos africanos e seus descendentes no Brasil, desde o regime da escravidão até os nossos dias. Desse modo, a raça é entendida como uma dimensão estrutural e estruturante da sociedade brasileira presente nos processos de dominação, nas transformações sociais e econômicas vividas sob a égide do capitalismo e nas lutas por emancipação. (GOMES, 2011, p. 45).

Pertencer a esta religião é muito mais do que praticar os rituais de culto aos *orixás*-deuses. O Candomblé está para além do *Inzo*, o candomblé é a mulher negra, é o sujeito. É a partir dele que se dá nossa cosmovisão de mundo. Gomes (2011), em sua análise sobre o corpo negro, aponta que somos produtos de um tempo e espaço e que as identidades negras são produzidas no meio social: “[...] ‘somos um corpo no mundo’, como sujeitos históricos e corpóreos no mundo. A identidade se constrói de forma coletiva por mais que se anuncie individual” (GOMES, 2011, p. 51).

Diferentemente do cristianismo, no qual a Santíssima Trindade separa o sagrado (o pai, o filho e espírito santo) e o profano (o corpo humano), no candomblé o nosso corpo é o

sagrado, ele é o instrumento de culto, e em determinados momentos precisa ser purificado. Isso acontece nas formas de banho de *abo* - banhos de ervas ou de *preceitos* – restrições temporais da cosmologia da religião. É a partir dele que se dá nossa cosmovisão de mundo. Como aponta Gomes (2011), o corpo negro se reconstitui via movimento negro diante de símbolos; o corpo negro ganha caráter político afirmando assim sua identidade:

[...] os corpos negros se distinguem e se afirmam no espaço público sem cair na exotização ou na folclorização. O corpo rebelde durante a escravidão. O corpo fugitivo. A construção política da estética e da beleza negra. A dança como expressão e libertação do corpo (GOMES, 2011, p. 52).

A religião é um elemento social e cultural. As religiões africanas mostram outras cosmovisões no continente americano, contribuindo para o pensamento decolonial. Não podemos aceitar que o candomblé continue sendo associado somente ao sincretismo religioso que aconteceu no período colonial. Ele é um sistema de vida, não apenas uma religião. Como afirma Abul Lughod (2012), é necessário um olhar diferenciado para as diferenças, para não cair nas generalizações culturais ou universalização.

As cerimônias são marcadas por inúmeros rituais: desde a chegada do filho ou *Tata de Inkisi* no *Inzo*, nos preparativos para a festa-cerimônia, composição da roda, vestimenta de cada membro e por fim os despachos. No decorrer de cada ato há um aprendizado, uma história por trás. Conhecimento desse passado de forma oral, e cada um no seu tempo, verbos com pressa e impulso são inexistentes no terreiro. Tudo gira em torno do tabuleiro de búzios, onde tem todas as respostas ou não. A magia do candomblé é a reconexão com os antepassados em busca de conhecimento, como explicam os ativistas Munanga e a professora Gomes (2004): “As vozes das nossas antepassadas, com suas dores e lutas ainda ecoam entre nós e servem de exemplo para que não desistamos do nosso objetivo de construir uma sociedade digna para todos” (MUNANGA E GOMES, 2004, p. 136).

Nos dias atuais, o candomblé se tornou um espaço de construção e reprodução das epistemologias negras, espaço de produção de conhecimento intelectual e decolonial. Inspirando-me em Gomes (2011), quando fala sobre três categorias analíticas da corporeidade negra, penso que elas também servem para pensar o Candomblé: saberes identitários, saberes políticos e saberes estéticos/corpóreos. No candomblé os saberes identitários relacionam-se à ancestralidade negra, à centralidade da mulher negra, portanto, à valorização da história e cultura africanas.

Os saberes políticos apontam para a necessidade do reconhecimento por parte do Estado da pluralidade de crenças, evitando o racismo religioso. Por fim, os saberes estéticos/corpóreos tornam-se centrais na medida em que deixam de ser elementos camuflados de pertença e tomam a cena, tornam-se potência e adquirem visibilidade.

As mulheres negras, na perspectiva do candomblé, são a centralidade dessa lógica. Isso fica ainda mais notável no culto das *Yabas* - divindades africanas, sendo elas: *Iemanjá, Oxum, Yansã, Obá, Nanã e Ewá*. Cada uma delas tem a sua importância na manutenção do ser mulher, para além da lógica iluminista, do ser feminino inventado pela lógica ocidental. As *Yabas* são proprietárias - senhoras de suas vidas e destinos, portanto, é nessa direção que as mulheres de axé se orientam, para a manutenção do bem estar coletivo. A professora bell hooks (2019) chama nossa atenção ao pensarmos em teoria feminista para além do egocentrismo do feminismo burguês: “Entender o feminismo como mais um papel social pré-definido que pode ser escolhido no mercado de identidades contribui apenas para perpetuar o sistema opressor” (hooks, 2019a, p. 61). O feminismo negro vem despertando a necessidade de se pensar teoria e prática de maneira intrínseca em nossa sociedade. Uma práxis revolucionária que pulsa pela justiça social, contra o capitalismo, o imperialismo, o sexismo e o racismo.

É preciso lutar contra esses modos de organizar a vida social para que haja outras possibilidades, no nosso caso, que a mulher negra possa viver sua identidade sem ser vista pela ótica dos estereótipos construídos na lógica da colonialidade. Nesse sentido, o candomblé vai à contramão desse sistema. Quando falamos e pensamos as filosofias africanas - o candomblé, o corpo e a corporeidade são centrais. Nesse sentido, utilizando a expressão de Oliveira e Candau (2010), pode-se dizer que são pedagogias decoloniais, que no caso das mulheres negras, envolve lutar contra o poder e saber colonial, além de colocar em xeque as epistemologias coloniais.

Falar de pedagogia decolonial é falar de corpo, emoção e coração. Se na lógica colonial/moderna, por influência de Descartes, colocou-se a razão como a dimensão mais importante (Penso, logo existo), para o candomblé, pode-se dizer que “Sinto, logo existo”. Sendo assim, trago novamente hooks para elucidar essa afirmação, quando aponta que fomos convencidas a “[...] acreditar que o lugar do aprendizado é a mente, e não o coração” (hooks, 2020, p. 40).

Nosso trabalho se desenvolve com base nas estratégias que os africanos e afro-brasileiros (com destaque para as mulheres) devolveram para a manutenção e ressignificação de suas subjetividades. Nossa tentativa é tirar das margens o ser mulher negra no Brasil, colocando-a no centro das discussões. E tirá-la da tripla opressão (mulher/negra/pobre). Nessa linha, a mulher negra seria um sujeito que está na fronteira, já que ela é também um sujeito ativo nessa relação, na produção de resistência a essas dominações e também no sentido de afirmar a sua subjetividade. Mesmo que haja a tentativa de subalternização, ela, por meio de mecanismos coletivos, vem construindo narrativas, combatendo o silenciamento que sistematicamente lhe é imposto pela lógica da colonialidade.

As mulheres negras da minha geração (nascidas nos anos 1990) se utilizam do mecanismo da fala do lugar. Todas as questões que perpassam a identidade de gênero, raça, classe e nacionalidade são demarcadas pela experiência pessoal de vida. Como afirma o afro-caribenho Hall (2003, p. 143), “trata-se de onde e como as pessoas experimentam suas condições de vida”. Desta maneira me afirmo em minha escrita como negra, pobre e sul-americana. Diante destas demarcações revivo o meu passado nas leituras de intelectuais negras, reescrevo o meu presente, vivenciando as práticas decoloniais no processo de aprendizagem e construo um futuro via representatividade, abrindo portas para as próximas gerações.

É necessário aquilombar (NASCIMENTO, 2019) os espaços. Com isso, queremos dizer que é necessário ter mais negras e negros para além da margem. Se por vários momentos estivemos presentes no mundo do branco, chegou a hora de acontecer o inverso, já que somos a maioria populacional. O diálogo “Cumé que a gente fica?”, trazido por Gonzales (1980), onde os negros são convidados a sentar à mesa dos brancos, onde o tema era os brancos falando sobre os negros, mostra o quanto os negros foram historicamente silenciados, inclusive para falar de si mesmos. Trago o trecho do diálogo: “onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? (GONZALES, 1984, p. 223). Nesse trabalho convidamos a sentar à mesa conosco, para nos ouvir: “ou seja, o lixo vai falar, e numa boa” (GONZALES, 1984, p, 225). Esse “lixo” vai te mostrar o quanto você não conhece quem nós somos, nossa capacidade, nossa epistemologia, nossa cosmologia, nossa luta, nossa resistência...

De certo modo, esse movimento de mostrar aos brancos a negritude foi um movimento que começa a se intensificar também no contexto da universidade, a partir do

Governo Lula, do Partido dos Trabalhadores. Mas apesar das políticas educacionais de ações afirmativas desse governo, a partir de 2003, que possibilitaram a inserção de negros e negras nas universidades, estes espaços não estavam preparados para lidar com esses corpos, investidos de outros saberes, visões de mundo, formas de aprendizado diferentes e outras experiências. Como afirma a professora Gomes:

[...] no ensino superior mediante políticas de acesso e permanência têm que lidar com a chegada de sujeitos sociais concretos, com outros saberes, outra forma de construir o conhecimento acadêmico e com outra trajetória de vida, bem diferentes do tipo ideal de estudante universitário hegemônico e idealizado em nosso país. Temas como diversidade, desigualdade racial e vivências da juventude negra, entre outros, passam a figurar no contexto acadêmico, mas ainda com grande dificuldade de ser considerados “legítimos” (GOMES, 2011, p. 56).

Podemos observar o desconhecimento por parte do mundo acadêmico da história dos africanos e afro-brasileiros, pela forma como somos vistos e vistas, apenas como subalternos e oprimidos. A importância de lermos autores negros e negras é ver que muitos assuntos já foram discutidos na academia, no entanto, não receberam a credibilidade merecida. Temos os exemplos de Lélia Gonzales e Maria Carolina de Jesus, ambas mineiras nos anos de 1960.

A trajetória intelectual de Lélia Gonzales, como explica Barros (1994), não iniciou de forma diferente de muitas mulheres negras, onde a educação foi o meio de transformação social: “De ‘babá de filhinho de madame’, passou a estudante aplicada de História e de Filosofia, professora da rede pública, mestre em Comunicação e em Antropologia, professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutoranda em Antropologia Política na Universidade de São Paulo” (BARROS, 1994, p. 03). Como apontamos anteriormente, Gonzales foi a primeira mulher a pensar o feminismo de forma interseccional em nosso país, e desta maneira questionar como as mulheres negras eram vistas no interior do movimento de mulheres - feminismo burguês e no movimento negro - sexista/machista. Entretanto, o sentimento de acolhimento se dava no movimento negro por conta de uma experiência de memória histórica comum, como afirma a professora:

E, fato da maior importância (comumente “esquecido” pelo próprio Movimento Negro), era justamente o da atuação das mulheres negras que, ao que parece, antes mesmo da existência de organizações do Movimento de Mulheres, reuniam-se para discutir o seu cotidiano marcado, por um lado,

pela discriminação racial e, por outro, pelo machismo não só dos homens brancos, mas dos próprios negros. E não deixavam de reconhecer o caráter mais acentuado do machismo negro, uma vez que este se articula com mecanismos compensatórios que são efeitos diretos da opressão racial (afinal, qual a mulher negra que não passou pela experiência de ver o filho, o irmão, o companheiro, o namorado, o amigo, etc., passarem pela humilhação da suspeição policial, por exemplo?). Nesse sentido, o feminismo negro possui sua diferença específica em face do ocidental: a da solidariedade, fundada numa experiência histórica comum. (GONZALEZ, 1994, p. 8).

Já a trajetória de Maria Carolina de Jesus seguiu caminhos diferentes, caminhos estes, que por sua vez, não são de escolhas. Estudou até a segunda série do primário, trabalhou como lavradora, empregada doméstica, catadora de reciclagem, mãe solo de três filhos e moradora de favela. No entanto, sua produção intelectual segue um dos grandes questionamentos levantados nessa dissertação, a produção e reprodução de uma epistemologia própria da população negra. Como apontam Camargo e Cardoso (2012), a autora percorre caminhos opostos da hegemonia em seus escritos literários, e exprime sua identidade e experiência como mulher negra: “a partir do seu lugar de enunciação, ou seja, em sua condição de mulher, negra e pobre, passa a contar sua memória individual que é, também, ao mesmo tempo, nossa história coletiva” (CAMARGO E CARDOSO, 2012, p. 166).

Diante da grande importância das intelectuais negras na construção e nas análises da história brasileira, o fato de suas obras não estarem inseridas nos currículos escolares e universitários é mais uma demonstração de como o racismo é estrutural e está presente em todos os contextos, incluindo o conhecimento científico e o campo da educação. A professora hooks (1995) nos faz um alerta, mostrando o quanto o sistema educacional está submerso nas ideologias hegemônicas, seja pela exclusão ou invisibilidade das produções dos sujeitos negros, e em especial das mulheres negras, que não são vistas com intelectuais:

As intelectuais negras que não são escritoras famosas (e nem todos os escritores são intelectuais) continuam praticamente invisíveis nessa sociedade. Essa invisibilidade é ao mesmo tempo em função do racismo do sexismo e da exploração de classe institucionalizados e um reflexo da realidade de que grande número de negras não escolhem o trabalho intelectual como sua vocação (hooks, 1995, p. 467).

Por outro lado, acontece também o *debranquear*³ - analogia ao denegrir, dos sujeitos racializados. O Movimento Negro e seus intelectuais vêm mostrando que é comum na sociedade brasileira que negros e negras sejam “embranquecidos” para que sejam aceitos socialmente, como é o caso de Machado de Assis, Escrava Isaura, Cleópatra, Jesus Cristo, etc. Esses corpos ganham potência discursiva no imaginário das representações sociais na forma de existência (SANTOS, 1997), como sujeitos que têm história, credibilidade e subjetividade, porque sua raça é apagada ou omitida. Com isso, reforça-se que o padrão é a branquitude e que para ter importância é preciso ser branco. Esse padrão branco também se reforça pelo uso das expressões racistas: ela é preta, **mas** é limpinha; ela não é tão preta **assim**, no máximo moreninha; ela é uma mulher negra bonita; ela é uma negra inteligente. Em todas essas expressões observa-se uma forma velada de dizer que essas qualidades não são típicas da negritude.

Novamente cabe destacar que essas situações sempre foram denunciadas pelo movimento negro, principalmente, pelas mulheres negras. Muitas vezes, como destaca Lorde (2020), essa resistência se dá pela raiva. A raiva pode ser um sentimento e uma atitude de libertação. Lembro-me que na adolescência tinha raiva de ver minha mãe chegando em casa toda molhada e com dificuldade de andar por conta das duras jornadas de trabalho na casa das mulheres “liberadas” (hooks, 2019). Porém, esse sentimento era mais latente ao ouvir os comentários de desprezo do meu padrasto sobre o trabalho dela e a baixa remuneração. Mas essa raiva contribuiu para eu intensificar a luta feminista, ao mesmo tempo contra o machismo e o racismo.

A feminista francesa Vergès (2020) nos explica que as mulheres racializadas têm seus corpos exauridos/invisíveis como marca da dominação neoliberal/patriarcal. Já os corpos brancos têm sua exaustão em função do cuidado que dispensam em relação a eles, sobretudo, nas academias ou nos escritórios. Reafirmam-se, dessa forma, ao mesmo tempo as hierarquias de classe, gênero e raça:

O proprietário do corpo eficiente, que tem como medida o corpo branco e masculino, deve demonstrar sua disposição de passar longas horas na academia ou no escritório, de trabalhar até tarde da noite e no fim de semana, pois essa capacidade é sinal de sucesso e da sua adesão à ordem dominante; seu esgotamento é prova do seu triunfo sobre as necessidades

³ Em nossa roda de amigos, temos utilizado o termo “debranquear” como forma de subverter a linguagem e chamar a atenção de como a linguagem também pode ser racista, como é por exemplo a expressão “denegrir”.

básicas dos simples mortais. ‘O’ proprietário do corpo invisível é uma mulher negra, cujo esgotamento é a consequência da lógica histórica do extrativismo que construiu a acumulação primitiva do capital- extração de trabalho dos corpos racializados e das terras colonizadas. Essa economia do esgotamento dos corpos está historicamente ancorada na escravatura, período no qual o ventre das mulheres negras, cuja exploração é indissociável da reprodução social. (VERGÈS, 2020, p. 19).

Não foi por coincidência que a primeira vítima de óbito em nosso país pela covid-19 foi uma mulher negra, empregada doméstica, contaminada pela sua patroa branca, que voltava de suas férias do exterior. No momento em que estamos vivendo momentos de incerteza sobre o futuro do Brasil, em meio à crise sanitária, econômica, social e o colapso do sistema de saúde público, a população negra é a que mais está sendo atingida, pela impossibilidade do isolamento social, já que a maioria trabalha como autônomos ou são desempregados. As crianças e jovens estão sem acesso às aulas remotas, pois os governos não disponibilizam o acesso à tecnologia. Em entrevista à Revista Reconexões Periferias (2021), o Grupo Tez⁴ afirma:

[..] os maiores atingidos no momento são da comunidade negra, onde muitos estão desempregados, as crianças não conseguem acompanhar as aulas remotas por falta de sinal de internet, adolescentes e jovens permanecem sem perspectivas de acompanhar o ensino escolar. Nesse sentido, o Grupo Tez entende que é necessário continuar combatendo o racismo e as desigualdades que acometem a comunidade negra, compreendendo que “Vidas Negras Importam” (TEZ, 2021, p. 07).

Essa situação se tornou mais dramática pelo atraso intencional da política de vacinação em massa e a dificuldade de os negros e as mulheres aderirem ao distanciamento social, haja vista não existir uma política social que permita a permanência em casa. De certa forma, no contexto do Covid, intensifica-se a lógica de quais vidas importam e quais devem ser sacrificadas.

Novamente podemos apontar a raiva como forma de resistência. Como já destaquei, a escritora estadunidense Lorde (2020) nos ensina que a raiva pode ser um sentimento de mudança positiva. Portanto, trata-se de uma compreensão diferente que as feministas brancas-irmãs (LORDE, 2020) têm da raiva, uma vez que a associam a um sentimento inútil e perturbador, que deve ser controlado. Longe de ser um sentimento

⁴ Embora a entrevista tenha sido dada por integrantes do Movimento Tez, o Movimento, como forma de se fortalecer, não cita os autores, mas o Movimento.

ruim, a autora afirma que é um caminho para a nossa libertação e mecanismo de identificação dos inimigos:

No entanto, a raiva expressa e traduzida em ação a favor de nossos ideais e nosso futuro é um ato de esclarecimento que liberta e dá força, pois é nesse processo doloroso de tradução que identificamos quem são nossos verdadeiros inimigos (LORDE, 2019, p. 160).

Em sua obra, a autora esclarece que a raiva liberta. Ela narra suas diversas experiências, seja no movimento de mulheres, no movimento de mulheres negras, no movimento lésbico, no movimento negro, nas vivências do dia a dia como mãe. A autora destaca que a opressão se manifesta de várias maneiras, e, que, portanto, não pode se “[..] dar ao luxo de combater apenas uma forma de opressão” (LORDE, 2020, p. 65), já que todas têm o mesmo denominador comum: homem branco, heterossexual, da classe média/alta.

Assim como Lorde (2020), hooks (2019a) também afirma que a raiva deu início aos seus questionamentos sobre a socialização sexista, já que as feministas brancas viviam tentando ensiná-la sobre a opressão patriarcal, ignorando as experiências vivenciadas pelas mulheres negras. As mulheres brancas, mesmo que feministas,

Não entendem nem podem sequer imaginar que as mulheres negras, assim como outros grupos de mulheres que vivem diariamente em situação de opressão geralmente tomam consciência das políticas patriarcais através de sua própria experiência, desenvolvendo também, por isso, estratégias de resistência (hooks, 2019a, p. 39).

Sempre utilizamos a palavra indignação/revolta/injustiça para expressarmos nossa raiva diante do silenciamento e hierarquização da posição de subalternização que fomos colocadas como mulheres negras. Questionar esse lugar é provocar fissuras e causar desestabilidade. É desenterrar um passado e um presente que se encontra ainda invisibilizado pela lógica do patriarcado. Ao reinventar a reconstrução das narrativas até então produzidas sobre nós, para nós, criamos condições para nos libertarmos dos processos de opressão. São ações que levam à prática da libertação, é reconhecer e nominar os verdadeiros responsáveis.

É reconhecer a feminização da pobreza, a negrofobia e a ocidentalização do conhecimento (VERGÉS, 2020). Nessa perspectiva, temos o dever de denunciar as

práticas vigentes do sistema heteropatriarcal racista que vivemos, onde todos os dias lucrarse com a exploração e desvalorização do trabalho produzido pelos corpos racializados, onde nos colocam em uma categoria de subclasse. A racialização produziu dualismos segundo os quais os negros e negras são menos humanos, menos capazes. No caso das mulheres negras, como já apontamos, há no mínimo um duplo processo de subalternização, articulando raça e gênero.

A dualidade é o elemento central desse sistema que se fundamenta nas relações de gênero e raça. Nessa linha, a socióloga nigeriana Oyêwùmí (2020) faz uma crítica ao funcionamento da sociedade euro-estadunidense que se baseia na organização de família nuclear. No interior dessa família reproduzem-se as relações de gênero, baseadas no patriarcado:

Cada casa, ocupada apenas por uma família, é centrada em uma mulher subordinada, um marido patriarcal e seus filhos. Essa estrutura, centrada na unidade conjugal, presta-se à promoção do gênero como categoria natural e inevitável. Não existem categorias transversais desprovidas de gênero nessa família. Em uma casa generificada, encabeçada pelo homem e com dois genitores, o homem-chefe é concebido como provedor e a mulher está associada ao doméstico e ao cuidado (OYĚWÙMÍ, 2020, p. 88).

Embora a autora esteja se referindo ao contexto euro-estadunidense, a mesma lógica se observa no contexto brasileiro. Ainda, segundo a autora, nessa estrutura, a categoria mãe só é possível se for esposa. Nessa lógica só é possível ser mãe sendo esposa, ou seja, sendo subordinada ao homem. O exemplo que a socióloga traz é a “mãe solteira”, termo esse muito utilizado em nossa sociedade, para distinguir o *status* civil das mulheres.

Nesse sentido, trago novamente a tradição africana para mostrar que há efetivamente outras experiências históricas de organização familiar. Aliás, a própria autora mostra que na lógica da sociedade *Yorubá* - nação africana onde a autora está inserida, as estruturas familiares de organização são determinadas pela ancianidade, assim como no candomblé no Brasil. Não há diferenciação de papéis por gênero, a linhagem materna é entendida como família, ou seja, prevalece a lógica matrilinear. Sendo assim, os primos que partilham o mesmo ventre de origem são mais próximos que o irmão do mesmo pai. A sociedade *Yorubá* “[...] ressalta a importância da maternidade como instituição e como experiência na cultura (OYĚWÙMÍ, 2020, p. 93).

Nessa perspectiva, a nigeriana chama atenção para a generalização da teoria feminista como algo muito perigoso, ao associar gênero a mulher, de modo a reforçar uma concepção biológica, que ignora os diferentes modos de ser/viver mulher. A afirmação da autora vem ao encontro do que afirma Vergès (2020, p. 57), ao criticar “[...] o biologismo ocidental e dominação da ideologia euro-norte-americana na teoria feminista”. Essa teoria não se aplica em todas as experiências de ser mulher, sobretudo, ela ignora as inúmeras experiências e tradições africanas.

Além de pensar de forma decolonial, precisamos ter ações decoloniais⁵. Por meio das historiografias negras podemos verificar o importante papel do movimento negro na luta pela liberdade e pelos direitos, provocando a ruptura com a universalização. Elas são outras possibilidades de se ensinar e aprender outras maneiras de entender o mundo, outras formas de viver em sociedade, outras formas de ser mulher. “Outras” refere-se às formas sufocadas pelo projeto moderno. É a partir do não silenciamento, da negação do estado de subordinação, que nos declaramos como mulher *negra-outra*, que se dá na luta pela liberdade. Como afirma Lorde:

[...] seguimos lutando para recuperar essa visibilidade que ao mesmo tempo nos faz mais vulneráveis: a de ser Negras. Porque para sobreviver nesta boca de dragão que chamamos América, tivemos que aprender esta primeira lição, a mais vital, e não se supunha que fôssemos sobreviver. Não como seres humanos. Nem se supunha que fossem sobreviver a maioria de vocês, negras ou não. E essa visibilidade que nos faz tão vulneráveis, é também a fonte de nossa maior fortaleza (LORDE, 2015, s. p.).

Esse processo de afirmação da identidade surge na evocação do eu. É sobre a experiência da racialização feminina que se pode afirmar a subjetividade de mulher negra, ao invocar a identidade. Como destaca Hall (1997), a identidade se constrói no encontro entre os

⁵ “Entre os eixos de luta de um feminismo decolonial é necessário, principalmente, sublinhar o combate à violência policial e à militarização acelerada da sociedade, que se apoiam na ideia de que a proteção deve ser garantida pelo Exército, pela justiça de classe/racial e pela polícia. Isso implica recusar o feminismo carcerário e punitivo que se satisfaz com uma abordagem judicial das violências, sem questionar a morte de mulheres e homens racializados/as, uma vez que elas são apresentadas como “naturais”, consideradas, um fato de cultura, um acidente, uma triste contingência em nossas democracias. É necessário denunciar a violência sistêmica contra as mulheres e os transgêneros, mas sem opor as vítimas umas as outras; é preciso analisar a produção dos corpos racializados sem esquecer a violência que tem por alvo os/as transgêneros/as e os/as trabalhados/as do sexo; desnacionalizar e decolonizar a narrativas do feminismo branco burguês sem ocultar as redes feministas antirracistas internacionalistas; prestar atenção às políticas de apropriação cultural, desconfiar do interesse das instituições de poder pela “diversidade”. Não devemos subestimar a velocidade com que o capital é capaz de absorver certas noções para transformá-las em palavras de ordem esvaziadas de seu conteúdo; por que o capital não seria, então capaz de incorporar a ideia de decolonização, de decolonialidade?” (VERGÉS, 2020, p. 41).

discursos que nos são dirigidos e a forma pela qual nos situamos diante desses discursos. A identidade

[...] significa o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nosso lugar como sujeitos sociais e discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividade, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar” (HALL, 1997, p. 112).

As mulheres negras podem ser feministas, sem cair nas armadilhas produzidas pelo feminismo burguês, isto é, sem aceitar o discurso burguês/branco. Elas podem ser feministas, opondo-se à universalização da pauta do movimento “igualdade para as mulheres” que tem na sua base a manutenção das estruturas de opressão, classista e racista. Na lógica do feminismo burguês as mulheres são estimuladas pelo capitalismo a se empoderar, mas muitas vezes esse empoderamento é superficial, porque desprovido da dimensão política de luta revolucionária contra o racismo, o sexismo e o capitalismo. Muitas vezes, observa-se uma romantização do empoderamento, ou até mesmo, ele é associado ao empreendedorismo. De certa forma, o feminismo burguês cria uma versão feminina do mito napoleônico *self made man* (o homem que se faz por si mesmo). Com isso o feminismo burguês, muitas vezes, esquece a dimensão da luta coletiva, que é a que efetivamente transforma as relações de gênero.

A cientista Collis (2020) alerta que o sentido real das ideias do feminismo está se perdendo, tornando-se um estilo de vida, como se ele estivesse nas prateleiras das identidades para a compra, a espera de “mulheres jovens e brancas de classe média” em busca de estimular outras mulheres com seus discursos privilegiados de “Sim, você pode”. Em seus belos discursos somos vistas como outras, nos racializam e nos subordinam. hooks (2019a) chama atenção que o feminismo burguês produz alienação, assim como o racismo para Fanon (2008). As feministas burguesas/brancas acreditam na sua superioridade, uma superioridade narcísica, já que foram elas as responsáveis pela elaboração da teoria. Entretanto, a história é outra: “Nós, mulheres negras que defendemos a ideologia feminista, somos pioneiras. Estamos abrindo um caminho para nossas irmãs e para nós mesmas”. (hooks, 2019a, p. 307). Essa luta ocorre também no campo da educação.

1.4 MOVIMENTO NEGRO: A BUSCA POR EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E DECOLONIAL

Início esse texto lembrando uma situação que vivenciei na educação básica. No segundo semestre, no ano de 2007, a gestora da escola pública municipal em que estudava, junto com os professores, decidiu separar os alunos “bons” e os “ruins”, do sétimo ano, isso foi desestabilizador, pois fiquei na turma dos “ruins”. Comecei a odiar o fato de ir para a escola. Minha mãe se apresentou na escola por diversas vezes com o pedido de mudança de turma, e todas as vezes foi negado. Por estar na sala nominada e demarcada publicamente como a pior da escola, pelos baixos índices de aprendizagem – nota e de indisciplina – corpos rebeldes, o processo de aprendizagem tornou-se mais difícil, pois ficamos estigmatizados, vistos como incapazes e em função disso, os professores não se dedicavam a nossa turma, pois praticamente éramos vistos como um caso perdido. Como destaca Hall (2003), as linguagens são centrais no processo de construção das identidades e diferenças. Mesmo que o autor não esteja se referindo à identidade estudantil, pode-se dizer que esse processo de construção discursiva também ocorre em relação a essa identidade, contribuindo para a aprendizagem ou não.

O sétimo ano B era marcado por crianças negras e mestiças - pardas em sua maioria, conforme classificação do IBGE. A justificativa era que tínhamos um ensino diferenciado, para a melhoria do rendimento escolar. No final das contas, o que ocorreu foi a segregação, a hierarquização e a discriminação por parte dos professores e alunos da outra turma. A filósofa Sueli Carneiro (2011, p. 76) nos faz um alerta de que muitas práticas escolares geram um “círculo vicioso do racismo que estigmatiza uns e gera vantagens e privilégios para outros”. Certamente entre essas práticas, a formação de turmas com base num suposto nível intelectual, mas na verdade com um recorte racial, faz parte dessas práticas escolares que geram dificuldades para alunos e alunas negras.

A escola é uma das instituições mais importantes na formação social das crianças, porém, as práticas aplicadas naquele momento transformaram o ambiente escolar em espaço de opressão, legitimando o sistema hegemônico. Sobre o seu domínio está a uniformização do conhecimento, negando a diversidade étnico-racial e tentando dobrar os corpos negros à branquidade. Se a Escola do período colonial brasileiro tinha como objetivo catequizar e promover a assimilação dos povos originários para fins de dominação e exploração daqueles corpos, a escola do século XXI ainda caminha de modo parecido, desconsiderando os

múltiplos saberes, sobretudo, dos “corpos rebeldes”, isto é, dos corpos que não se dobram à branquidade.

Mas graças à luta do movimento negro, essa realidade vem sendo modificada. A professora Gomes (2020) traça um histórico sobre a atuação do movimento negro na construção das políticas públicas voltadas para negras e negros, desde a lei Euzébio de Queiroz até a Lei 12.711 de reserva de vagas em concurso público. Ela deixa nítido o protagonismo e o compromisso do movimento negro na busca pelo direito à cidadania e o combate ao racismo e à discriminação:

O movimento negro conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil. Ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante. (GOMES, 2020, p. 21).

Ao longo da história brasileira, podemos ver a atuação do movimento negro como agente tensionador das práticas e ações da branquitude. Ele possibilita que a população negra e não negra tenha uma outra visão sobre a questão racial. Se investigamos a fundo, vemos que o dia 13 de maio de 1888, a “conquista da abolição da escravatura”, não passou de um ato de salvação do branco, no imaginário social brasileiro, na figura da princesa Isabel. Esse marco histórico não introduziu de fato os ex-escravizados e ex-escravizadas na sociedade brasileira. De modo que suas cidadanias foram castradas de forma legal, pela criação de leis que dificultassem a vida dos negros e negras ou por falta de legislação específica que garantisse sua cidadania, ou ainda, pelo campo simbólico e pelo imaginário social de inferiorização de negros e negras pelo Estado e pela sociedade naquele momento. O movimento negro reivindica pra si a luta pela abolição da escravatura sob as figuras de Dandara e seu marido Zumbi dos Palmares, Lima Barreto, Maria Felipa de Oliveira, Tereza de Benguela, Anastácia, Ganga Zumba e milhares de africanos e seus descendentes dos trezentos anos de regime de escravidão.

Nessa direção, há a necessidade de desconstruir o imaginário eclipsado da população negra diante dos acontecimentos como sujeitos passivos/coadjuvantes das transformações sociais. Diante disso é necessário desconstruir as imagens de controle apontadas por Collins (2020) e Gonzalez (1988). São imagens que nos infantilizam, como se necessitássemos de alguém para ser responsável por nós. São imagens que nos animalizam, somos colocados no

mundo dos seres vivos e não dos seres humanos. Como se fôssemos objetos de domesticação, gerando um aprisionamento. Precisamos nos livrar dessas imagens de projeções que têm como objetivo a subalternização e construir novas imagens que representem nossa história e cultura africana, eliminando o determinismo da branquidade.

Na luta para construção de outras imagens, a Educação tem sido a espinha dorsal das reivindicações do Movimento Negro ao longo dos anos. Por anos fomos negados a qualquer tipo de direito à cidadania e também excluídos dos processos de escolarização. A educação pelo seu caráter político e formador é algo genuíno para o Movimento Negro. Segundo a professora Gomes (2011), é a partir dela que se constrói os conhecimentos de si e dos outros:

A educação não é a solução para todos os males, porém ocupa lugar importante nos processos de produção de conhecimento sobre si e sobre “os outros”, contribui na formação de quadros intelectuais e políticos e é constantemente usada pelo mercado de trabalho como critério de seleção de uns e exclusão de outros (GOMES, 2011, p. 112).

O Movimento Negro foi responsável pela formação de intelectuais da militância, como: Beatriz do Nascimento, Lélia Gonzales, Abdias do Nascimento, Neuza Santos Souza, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Luiza Barros e Raimunda Luzia de Brito, para pensar uma educação diferenciada na perspectiva étnico-racial a partir dos anos de 1960.

Com isso não estou dizendo que a luta pela educação e contra o racismo tenha começado nessa década. Como aponta o próprio Movimento Negro, a resistência começou desde a chegada forçada dos primeiros negros na América. O que ocorre é que com esses intelectuais, o movimento negro ganha um novo ímpeto e se torna ainda mais protagonista. Essas ideias eclodiram em meio à ditadura militar, influenciadas pelo *Black Panther Party* e movimento *Black Power* dos EUA. Esses dois movimentos vão ao encontro da tese de Gomes (2011) sobre o movimento negro brasileiro, já apontado nesse texto.

O movimento negro vive a permanente tensão entre a necessidade de viver numa sociedade marcada pelo racismo e a luta pela sua superação. Nesse processo ele é ao mesmo tempo regulado, mas também encontra processos de emancipação, sobretudo, pelo questionamento da “identidade padrão”, que como vimos, é a identidade branca, que na verdade revela a existência e a manutenção das estruturas racistas, construídas desde o período colonial. Nesses contextos, os projetos educativos defendidos pelo movimento negro tornam-se centrais no processo de luta e superação do racismo:

No Brasil, o corpo negro ganha visibilidade social na tensão entre adaptar-se ou superar o pensamento racista que o toma por erótico, exótico e violento. Essa superação se dá mediante a publicização da questão racial ou afro-brasileira, a denúncia ao racismo e a realização de ações, projetos educativos, sociais e culturais e organização política (GOMES, 2011, p. 51).

Mesmo com a grande atuação do Movimento Negro por meio da denúncia, das reivindicações, até os anos 2000, como apontam Gomes (2011) e Carneiro (2011), não houve ações afirmativas que contribuíssem para o combate ao racismo e a superação da desigualdade racial. Mesmo que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, no seu discurso de posse, tenha afirmado que havia um problema racial no Brasil e isso deveria ser resolvido com uma política inovadora e firme, somente no início dos anos 2000, por pressão do movimento negro, o Estado brasileiro começa a incorporar timidamente algumas reivindicações desse movimento.

Porém, isso só aconteceu em seu governo após pressões internacionais a partir da participação do Movimento Negro na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância em setembro de 2001 em Durban - África do Sul. Nesse primeiro momento o que se teve foram políticas públicas universalistas, que não levavam em conta as necessidades do Movimento Negro. Como salienta Gomes (2011), o movimento negro intensifica sua luta pela implantação de

Programas voltados para a efetivação da justiça social e a necessidade de políticas de ações afirmativas que possibilitem a efetiva superação das desigualdades étnico-raciais, de gênero, geracionais, educacionais, de saúde, moradia e emprego aos coletivos historicamente marcados pela exclusão e pela discriminação (GOMES, 2011, p. 115).

Com a posse do governo popular do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, grandes iniciativas de mudanças foram feitas. Uma delas foi incluir negros e negras no alto escalão do poder, inclusive fazendo parte de vários ministérios. Essa ação pode ser vista como uma forma de contribuir de forma positiva para a construção da identidade negra.

Para Carneiro (2011), tratou-se de um “gesto simbólico”. Ainda que tenha sido um gesto simbólico, com Hall (2003), podemos entender que tais atitudes simbólicas produzem efeitos reais na vida dos sujeitos, no caso em questão, pode-se dizer que produziu efeitos

positivos para os negros e negras, pois favoreceu a desconstrução do imaginário racista de que o negro e a negra não têm condições de ocupar lugares de poder.

Desta maneira acreditamos que essa iniciativa foi decisiva para a implementação das futuras políticas de ações afirmativas. Iniciativas no âmbito da Educação, como a institucionalização em 2003 da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), e em 2004 da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). E a principal iniciativa foi a Lei 10.639/03, que estava em tramitação desde março de 1999, sendo ela a responsável por alterar a lei. 10.394/96 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, especificamente os artigos 26 e 79B, compondo em seu corpo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Como já ressaltamos aqui, os avanços da legislação devem ser entendidos como uma vitória do Movimento Negro, pois ele é o grande responsável pelas mudanças significativas. Ele é o grande ator político no processo de tensão entre o Estado e a sociedade.

A lei 10.639/03 veio pra (des)marginalizar os conhecimentos e práticas dos africanos e afro-brasileiros no cenário educacional brasileiro. Ela trouxe “outras” possibilidades de “ser e estar” no mundo, de aprender e ensinar. A teórica hooks (2019b) fala sobre a necessidade de trazer para o centro as discussões que foram marginalizadas, como raça, gênero e classe. A regulamentação dessa lei viabiliza que professores, professoras, gestores e gestoras escolares saiam da clandestinidade, da “militância” e possam traçar metas e objetivos que levem a promoção da igualdade racial nos ambientes escolares.

Podemos afirmar que hoje, a partir das pesquisas feitas por Gomes e Jesus (2011), as escolas públicas que seguem uma gestão coletiva e visam à justiça social têm contribuído para a mudança do cenário da desigualdade racial. Mas esse processo ainda é lento. Com dezoito anos da implementação da Lei, vários questionamentos são colocados em cena: quem são os responsáveis pela dificuldade da implementação, porque falta a efetivação, que tipo de currículo está sendo aplicado?

O Brasil, em sua curta trajetória, em comparação a outros Estados nacionais, vivenciou grandes mudanças. Porém, algo que é latente são as questões raciais. Ainda não conseguimos superar o estereótipo de que os trabalhos que exigem menos atividade intelectual são geralmente destinados aos negros e no caso das mulheres, o trabalho mais vistos como sendo delas, é de trabalhadora doméstica. O espaço público ainda é visto como sendo mais o espaço dos homens, enquanto que para as mulheres se pensa mais no espaço

privado. Não conseguimos dissociar o público do campo masculino e o privado do campo feminino e as implicações sociais dessa relação. Há por parte de uma elite econômica uma espécie de “síndrome da casa grande”, onde tudo que é produzido fora dela deve ser descartado, descredenciado e marginalizado.

Entretanto, a história, quando não silenciada, mostra a existência de vários conhecimentos produzidos pela população negra. Isso torna-se possível, como explica hooks (2017), inspirando-se em Paulo Freire, com a prática de uma pedagogia da libertação, voltada para uma educação crítica e a construção de espaços alternativos para professores e alunos. Essa pedagogia tem como objetivo nos oferecer novas perspectivas de ensino e aprendizagem, o descolamento da ideia da neutralidade é sua gênese. Superar os paradigmas tradicionais da educação, onde a teoria não está ligada às práticas cotidianas é um dos grandes elementos dessa pedagogia. Precisamos de uma educação que leve em conta as diferenças, e os diferentes saberes existentes nesse processo, no nosso caso, sobretudo, os saberes da história e cultura africana e afro-brasileira.

Segundo a autora, a centralidade da experiência é algo enriquecedor no processo de ensino e aprendizagem, entre professor e alunos. Ela possibilita a criação de laços em uma espécie de comunidade de aprendizagem, onde a hierarquia entre professoras, professores e alunas e alunos tende a desaparecer. Todos são capazes de ensinar e aprender. Nessa pedagogia que dialoga com a prática é possível questionar a ciência branca, qual é o conhecimento válido ou não, quem está autorizado a produzi-lo.

A academia precisa entender que existem vários tipos de construção e produção do conhecimento em cada sociedade. Para a sociedade hegemônica dominante o conhecimento está apenas presente em seu modo de produzi-lo, ignorando e subalternizando os conhecimentos dos outros grupos culturais. Com isso autodenominam-se “civilizados” e rotulam de não civilizados os demais. Já os povos racializados (VERGÉS, 2020), no contexto brasileiro, produzem o conhecimento pelas práticas e tradições orais herdadas pelos mais velhos – *ancianidade* (OYÈRÓNKÉ, 2019). Podemos afirmar a existência de uma comunidade de aprendizado (hooks, 2017) onde todos são responsáveis pela manutenção e construção dos conhecimentos.

Lembro-me da infância de algumas explicações das minhas professoras e professores, onde a prática e a teoria estavam relacionadas. A compreensão foi mais eficaz para a turma. Nesses momentos os professoras e professores deixam de lado todo

vocabulário rebuscado da teoria e ativam o conhecimento popular, facilitando a aprendizagem. Esse conhecimento existe e pelo fato de ele existir é relevante e precisa ser considerado na educação. A necessidade de práticas libertadoras em sala de aula é urgente. Essas práticas libertadoras envolvem os estudos étnico-raciais articulados com a questão do gênero. Dessa forma, será possível descolonizar os currículos escolares, confrontar os conhecimentos ocidentais vistos como universais. Precisamos exigir o *status* de conhecimento aos conhecimentos marginalizados e aos saberes produzidos pelos sujeitos racializados com novas narrativas orais. Como salienta hooks (2017), na educação, é fundamental considerar as diferentes vozes e falas e desenvolver uma atitude de escuta para que todos e todas tenham suas vozes e falas contempladas, superando o que Paulo Freire denominou de educação bancária:

A aceitação da descentralização global do Ocidente, a adoção do multiculturalismo obrigam os educadores a centrar sua atenção na questão da voz. Quem fala? Quem ouve? E por quê? Cuidar para que todos os alunos cumpram sua responsabilidade de contribuir para o aprendizado na sala de aula não é uma abordagem comum no sistema que Freire chamou de “educação bancária”, onde os alunos são encarados como meros consumidores passivos. Uma vez que tantos professores ensinam a partir desse ponto de vista, é difícil criar uma comunidade de aprendizado que abrace plenamente o multiculturalismo (hooks, 2017, p. 57).

Para hooks (2017), fica difícil promover uma educação multicultural se não houver essa atitude de considerar todas as vozes e falas. Às vezes, as diferentes vozes e falas não são contempladas pelos educadores, por desconhecimento ou medo, ou por não saberem lidar com essa diversidade. Pode ser também por falta de uma formação multicultural, pois muitas vezes, sobretudo, os professores que tiveram sua formação inicial há mais tempo, não receberam nenhuma formação para lidar com outras práticas de ensino e aprendizagem. No caso dos formados recentemente, muitos preferem continuar com as práticas positivistas, pois não “dão trabalho” e nem “conflito”.

O processo de educação não eurocentrada demanda um maior comprometimento metodológico e político do educador, e por isso, é comum a expressão, que “dá trabalho”. Cabe destacar que efetivamente houve um aumento do trabalho do educador nos últimos anos e a precarização do trabalho docente. Assim, entendo que para que haja efetivamente uma mudança no trabalho do educador é necessário que as condições de trabalho mudem, ou seja, entendo que o educador é um efeito do contexto que o produziu. Além disso, o processo

de conscientização crítica que envolve o combate ao racismo e ao sexismo traz resultados a longo prazo, o que pode levar os professores a pensarem que não vale a pena insistir numa educação diferente.

Mas uma educação na qual todos são ouvidos é fundamental e necessária no contexto atual. A desconstrução das práticas eurocentradas impõe-se como estratégia de luta contra a sociedade racista e sexista que supõe que alguns corpos têm o privilégio de serem ouvidos na sala de aula e outros não. Os professores e professoras, por serem a “autoridade máxima” de conhecimento, precisam se manter vigilantes para que os meninos brancos não sejam vistos como pertencendo a um grupo cultural ou ao “gênero superior”.

Apontamos a raiva anteriormente como sentimento que catalisa os anseios de mudanças. Ela pode e deve ser transformadora. Temos que ter bem nítido em nossas mentes e corações que raiva é diferente de ódio. Ódio segrega, maltrata, mata, aprisiona, oprime, aliena e violenta a todos. Raiva é uma atitude política que leva à luta para a transformação das relações sociais. Outro sentimento presente na vida dos racializados é a dor pelas feridas provocadas pelo colonialismo: “a dor dentro de mim era tão intensa que não conseguiria continuar vivendo” (hooks, 2017, p. 83). A grande indagação nessa caminhada é o que fazemos com ela? Como superá-la? Tem cura? O que *Franz Fanon* e Juliano Moreira nos diriam sobre ela?

A teoria crítica (que envolve a crítica da sociedade racista e patriarcal, portanto, decolonial) pode ser um lugar de cura, segundo hooks (2017). É a partir dela que nos conhecemos melhor e os outros, ela é libertadora. Quando questionamos as estruturas institucionais e sociais do racismo, sexismo, patriarcado e de classe, nós mulheres negras somos vistas como a verdadeira balbúrdia social, os sujeitos do não lugar, ou de lugar nenhum. É doloroso. O feminismo negro tem se tornado o ambiente polivalente do “tratamento dessa dor”.

Para inúmeras mulheres negras, a troca das experiências e práticas vivenciadas por elas tem se tornado uma forma de luta e diminuição da dor e do sofrimento. Na educação, a reflexão crítica e decolonial tem proporcionado por meio da intencionalidade, o não silenciamento das questões de raça, gênero e classe, gerando novas discussões nas salas de aula. Ancorada nas teorias de bell hooks, entendo que a teoria do feminismo negro tem e poderá contribuir ainda mais na construção de uma educação crítica, que leve em conta as inúmeras experiências, as várias identidades vivenciadas pelos sujeitos nos processos

educacionais ao longo da vida. Essa teoria contribui para entender os processos históricos e sociais das instituições sociais como família, escola, religião, política e judiciário.

Para que a educação seja crítica e decolonial é fundamental que ela incorpore as demandas do feminismo negro. O movimento de mulheres negras do século XXI vem desempenhando transformações significativas na mentalidade e práticas sociais, e na educação. Elas denunciam a exploração e o abuso dos corpos femininos, a corrupção, o assédio, o feminismo burguês, o feminicídio, a violência policial, a falta de saúde e a falta de direitos trabalhistas.

Esse levante feminista, nos anos 2000, foi caracterizado como primavera feminina. Em 12 de agosto de 2000 aconteceu a primeira Marcha das Margaridas, em Brasília, contando com cerca de 20 mil mulheres trabalhadoras rurais, quilombolas e indígenas. Já a sua última edição, em 2019, teve mais de 100 mil mulheres, tornando-se a maior mobilização de trabalhadoras rurais da América Latina. Em 31 de outubro de 2015, cerca de 15 mil mulheres saíram às ruas na cidade de São Paulo para lutar por seus direitos. No dia 18 de novembro do mesmo ano aconteceu a primeira Marcha Nacional das Mulheres Negras, reunindo cerca de 50 mil mulheres negras e em 2018 o movimento “Ele não” se torna o maior movimento de mulheres, se espalhando por todo o país. Em 2019 aconteceu a primeira marcha das mulheres indígenas, reunindo 2.500 mulheres indígenas.

Trouxe esses dados para demonstrar os inúmeros movimentos e suas diferenças do ponto de vista de ser mulher, e não excluir a possibilidade de nos unirmos em alguns momentos/movimentos, já que temos o mesmo inimigo, que é o sistema hétero-patriarcal, racista, capitalista e predador. Precisamos mudar a estrutura social, como explicam Arruza, Bhattacharya e Fraser:

O feminismo para os 99% é um feminismo anticapitalista inquieto-que não pode nunca se satisfazer com equivalência, até que tenhamos igualdade; nunca satisfazer com direitos legais, até que tenhamos justiça; e nunca satisfeito com a democracia, até que a liberdade individual seja ajustada a base da liberdade para todas as pessoas (ARRUZA, BHATTACHARYA E FRASER, 2019, p. 123).

As vozes que ecoam do Movimento Negro, em especial do Movimento de Mulheres Negras, buscam a “real” implementação da Democracia, que leve a sério as diferenças por meio da consciência crítica baseada na ideia de autorreconhecimento. Além disso, que as atitudes da supremacia branca caiam por terra, para que haja justiça racial. Tornando assim a

Constituição uma realidade para todos. Sabemos que a nossa Constituição em seu texto é uma das mais democráticas do mundo.

Entretanto, a democracia ainda carrega as marcas da colonialidade que fazem com que apenas uma parcela da população (homens brancos, proprietários de bens) seja efetivamente tratada como sujeitos de direitos, mas que na verdade se tornam sujeitos de privilégios, mantendo a desigualdade social, racial e de gênero. É necessário questionar o privilégio masculino, de classe e de raça: sua origem, do que se alimenta, principalmente, como combatê-lo. É preciso, inclusive, questionar o privilégio da língua, ainda que para tanto faça-se necessário apropriar-se da língua do colonizador.

Nesse sentido, destaco que no contexto atual, quando começamos a nos inserir no universo da pesquisa, somos confrontadas diariamente pelo processo acadêmico em dominar outro idioma, com a crença de que ele aumenta a nossa inserção no mundo científico. Somos forçadas pelo mundo acadêmico hegemônico a acreditar que esse segundo idioma é o inglês. Porém, temos conhecimento de outros idiomas que circulam em nosso país, que são desqualificados, como Banto, Yorubá e Guarani (historicamente o idioma da América Latina). No Brasil, no contexto da América Latina, conhecer a língua espanhola teria muito mais sentido para, inclusive, desenvolver relações mais solidárias e afetivas por meio da língua.

hooks (2019c) defende que a língua para os sujeitos colonizados não é somente uma questão de assimilação e subordinação. Ela se torna símbolo de resistência. É preciso tomar posse do símbolo da opressão e dominação e subverter sua função genuína. É a partir dela que temos acesso aos códigos da cultura dominante e a utilizamos para lutar contra a dominação. Isso fica claro na fala do *Calibã*, personagem da peça *A tempestade*: “A falar me ensinastes, em verdade. Minha vantagem nisso, é ter ficado sabendo como amaldiçoar. Que a peste vermelha vos carregue, por me terdes ensinado a falar vossa linguagem” (SHAKESPEARE, 2002, p. 17).

Um dos grandes questionamentos dos pesquisadores do Brasil e da América Latina é que as nossas pesquisas e teorias não chegam até os “grandes centros” do conhecimento. Geram assim uma dúvida: será que as nossas pesquisas não podem ser levadas a sério, já que são escritas em um idioma que não atende ao que foi imposto ou não estamos fazendo ciência? Diante disso, a língua do opressor se torna necessária, não para nos dobrar a ele, mas para nos fazer ouvir, sobretudo, as nossas críticas a essa imposição e o que ela representa em termos de opressão. Precisamos construir uma rede anti-eurocêntrica para compartilhar

experiências e discutirmos estratégias para destruir o imperialismo. hooks (2019) afirma que essa estratégia foi usada pelos escravizados que foram forçados a vir para o continente Americano pelo imperialismo europeu:

Imagino-os ouvindo o inglês falado como língua do opressor, mas também os imagino percebendo que essa língua teria de ser adquirida, tomada, reclamada como espaço de resistência. Imagino que foi feliz o momento em que perceberam que a língua do opressor, confiscada e falada pelas línguas dos colonizados, poderia ser recuperada, de que poderia ser formada uma cultura de resistência que possibilitaria o resgate do trauma da escravidão. Imagino, portanto, os africanos ouvindo o inglês como “a língua do opressor” e depois ouvindo-o outra vez como foco e potencial de resistência. Aprender o inglês, aprender a falar a língua estrangeira, foi um modo pelo qual os africanos escravizados começaram a recuperar seu poder pessoal dentro de um contexto de dominação (hooks, 2019c, p. 226).

Foi a partir da apropriação da língua do opressor, no caso do Brasil a língua portuguesa, que foi possível nos estabelecermos como movimento negro, onde a única coisa que nos unia era nossa negritude em terras desconhecidas. Ao nos apropriarmos dela, ressignificamos, transformamos e resistimos. A língua não pode ser pensada fora de um corpo. Ao dominar a mesma, nós negros e negras nos tornamos sujeitos e denominamos quem nós somos. O seu poder é inexplicável. Ao colocar a língua em xeque abrimos espaço de questionamento para o “modo como sabemos, e o que sabemos”. Na academia nos cobram o conhecimento do inglês, assim como fizeram com os nossos antepassados no período da colônia o Português, para a sobrevivência. Nossa tarefa é nos apropriar dela para que se volte contra ela em suas escritas. Assim poderemos utilizá-la para nos defender e criticar quem nos oprime, fazendo-nos ouvir pela posse da língua. Como afirma hooks: “[...] essa é a língua do opressor, mas preciso dela para falar com você” (hooks, 2019c, p. 229).

Assim, a educação crítica e decolonial tem um papel importantíssimo, no processo de apropriação da língua do opressor, da sua escrita, para transformá-la em instrumento de luta e resistência. Caso contrário, será apenas mais uma ferramenta de dominação, por parte do opressor. A escrita tem se tornado a maior arma de denúncia da população negra. Desde os anos 1980, com os escritos de Lélia Gonzales, houve um aumento, e no início do século XXI, a intensificação, sobretudo com os governos Lula, que possibilitaram a entrada de mais negros e negras na educação superior, o que trouxe outras escritas, mesmo que utilizando a língua do opressor, servindo para denunciar e criticar o racismo.

Segundo *Collins e Bilge* (2020), a educação crítica caminha ao lado da interseccionalidade, pois ambas defendem o entrelaçamento teoria e prática na busca pela justiça social. Pensar em educação crítica e decolonial é algo desafiador, é levar em conta as múltiplas diferenças em sala de aula. Essa questão fica ainda mais visível nas escolas públicas. Elas nos exigem levar em conta as especificidades de cada sujeito, como classe, gênero e raça. É necessário desconstruir estereótipos para a implementação de uma educação crítica e decolonial que coloque em xeque o racismo e o sexismo:

Em uma sociedade que veem as meninas no futuro apenas como cuidadoras, esposas, mães, não faz tanto sentido lhes dar uma escolaridade formal. O recurso escolar é “desperdiçado” com elas, porque são depositadas nelas habilidades que nunca usarão (COLLINS e BILGE, 2020, p. 213).

As autoras estão tratando de gênero, mas podemos também articular essa realidade à questão de raça, portanto, trata-se de uma interseccionalidade. A população negra brasileira se encontra com os piores índices, segundo o IGBE, de evasão escolar. Ao analisar os dados, percebe-se que quando a criança negra está “apta” para trabalhar, ela sai da escola. A escola, geralmente, não aposta na criança negra, o que acaba contribuindo para que ela não veja sentido na escola, já que essa lhe coloca que ela é desnecessária.

Junto a isso, tem a situação de vulnerabilidade que faz com que muitas crianças negras tenham que abandonar as escolas para de alguma forma ajudar na manutenção da família. O ambiente escolar geralmente não traz exceções de mudanças reais para os alunos negros e negras, porque sua grande maioria reforça os padrões hegemônicos das relações de poder. Seja na execução dos currículos, nas práticas de avaliação ou nas relações entre professores e professoras e alunos e alunas.

Por isso, a educação crítica e decolonial faz parte da luta histórica do movimento negro, do feminismo negro, e dos movimentos sociais de modo geral. A educação, além de possibilitar o domínio da língua do opressor, fortalece de vários modos os sujeitos na sua luta contra o racismo, classismo e sexismo, quando desenvolvida na perspectiva crítica e decolonial. Nesse sentido: “Apesar da retórica dominante que afirma que grupos historicamente privados de direitos não valorizam a educação, os registros dizem o contrário. A educação tem sido fundamental nas lutas políticas, indo além da concepção bancária de educação”. (COLLINS e BILGE, 2020, p. 215). Ela torna-se mais fundamental ainda se forem

incluídas as demandas e a luta do feminismo negro, questionando a branquitude e afirmando a negritude.

1.5 A NEGRITUDE COMO CATEGORIA POLÍTICA DE PROTEÇÃO CONTRA O RACISMO E SEXISMO

O termo negritude foi cunhado pelo intelectual e líder político *Aimé Césaire*, no início do século XX. No início, a essencialização da negritude foi importante, porém, segundo Fanon (2008), continuou a reproduzir a polarização entre negros e brancos, baseada numa concepção fixa de cultura.

Hoje, entendemos a cultura, a negritude como históricas e dinâmicas. Sabemos que o resgate ou a hipervalorização de um passado que sempre visou à invisibilidade, não necessariamente contribuiu para a retomada da negritude. Nesse caso, a negritude seria a hipervalorização das características estereotipadas produzidas pelos brancos, com o padrão do branco, que passariam agora a assumir um caráter “positivo”. Como se fosse possível transformar a falta da racionalidade atribuída pelos brancos em emoção/alegria, a sexualização do corpo negro em potência sexual, a exploração do trabalho escravo em trabalho “livre”, etc.

Fanon (2008) salienta que a negritude baseada nas características inventadas pelos brancos é uma invenção do processo de racialização da lógica ocidental. O homem e a mulher negra precisam lutar contra essa forma de “negritude” para afirmar a cultura e história africana, ou seja, a negritude com conotação política e decolonial:

Sempre em termos de consciência, a consciência negra é imanente a si própria. Não sou uma potencialidade de algo, sou plenamente o que sou. Não tenho de recorrer ao universal. No meu peito nenhuma probabilidade tem lugar. Minha consciência negra não se assume como a falta de algo. Ela é. Ela é aderente a si própria (FANON, 2008, p. 124).

A categoria negritude, a partir dos anos de 1960, toma um caráter político, diante das reivindicações e conquistas dos Direitos Civis nos EUA por parte da população negra, mediante o movimento Black Power. Suas ideias se espalharam por todo continente

americano. Sob a ótica da subversão da estética racista, os cabelos lisos dão lugar aos penteados naturais: tranças, *black power* e dreadlocks.

A ativista hooks (2005a) afirma que os cabelos são “associados à militância política”. É nítido que o posicionamento via estética da população negra é um processo de libertação dos padrões impostos pela branquitude. É um processo de “construção social da identidade negra” (hooks, 2005a, s. p.), uma vez que a beleza até então se encontrava no mundo branco.

Para nós mulheres negras esse padrão estético era ainda mais perverso, seja pelos procedimentos invasivos de “ocultamento do fenótipo” ou associado à “baixa autoestima”. O Brasil nos de 1980 utilizou os meios de comunicação de forma maciça para reforçar o mito da supremacia branca de beleza feminina, materializado nas paquitas, um grupo de assistentes de palco da apresentadora Xuxa Meneghel, onde todas era brancas e loiras. Gonzales (1998) afirma que o racismo utiliza de elementos sofisticados para propagar sua superioridade via narrativas de dominação e provocar divisão entre os negros:

O mito da superioridade branca comprova a sua eficácia e os efeitos de desintegração violenta, de fragmentação da identidade étnica por ele produzidos, o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue” como se diz no Brasil), é internalizado com a consequente negação da própria raça e da própria cultura (GONZALES, 1998, p. 15).

Passei minha infância assistindo a esse programa de televisão, e por diversas vezes queria ser como aquelas mulheres. Hoje sei que na verdade se tratava de uma estratégia de imposição da lógica branca, do padrão de beleza branco, enfim, dos modos de ser, viver, conviver brancos (OLIVEIRA E CANDAU, 2010). Com isso, tenta-se dizer para os negros e negras que para serem aceitos socialmente devem se dobrar à branquitude, procurar ter um corpo igual ao daquele espaço. Por mais de quinze anos alisei meus cabelos na tentativa de amenizar a minha diferença fenotípica.

Sobre essa questão hooks (2005, s. p.) argumenta que: “nós mulheres negras não somos aceitas a menos que alteremos nossa aparência ou textura do cabelo”. Essa afirmação fica ainda mais nítida quando olho para o interior da minha vida familiar, todas as mulheres utilizam os cabelos alisados até hoje. Umam afirmam que os cabelos naturais não combinam com elas, outras que o liso é mais prático ou até mesmo que os homens preferem mulheres de cabelos compridos. Para romper com a opressão racista e sexista na

questão da estética, é necessária uma rede de apoio, que no meu caso foi o *candomblé*. O cabelo sai do estado de elemento de dominação e passa a ser elemento de autodefinição da identidade de mulher negra.

Como já destacamos, utilizamos a categoria *negritude* no seu aspecto político e não essencialista. Como aponta hooks (2019c), ela é o resultado da resistência da população negra contra a segregação, o *apartheid* e no contexto brasileiro, podemos incluir a resistência contra o mito da democracia racial. É a partir do encontro com a *negritude* que podemos desconstruir as razões do auto “ódio” por meio da descolonização de nossas psiques, onde o padrão é a branquitude, responsável pelas injustiças sociais como discriminação, o racismo e o sexismo.

hooks, revestida pelas ideias de James Cone, afirma: “A desconstrução da categoria ‘branquitude’ é central para esse processo de desaprender atitudes e valores supremacistas brancos” (hooks, 2019c, p. 50). A autora salienta que não é apagando a questão racial e a *negritude* que se acaba com o racismo, mas sim tomando consciência dos privilégios que são concebidos pela supremacia branca.

Em nosso país fomos socializados para acreditar que não existe racismo, por conta do processo de miscigenação. Isso fica nítido no jargão nacional “todo mundo tem sangue negro”. Houve e continuam as tentativas de apagamento da representatividade das culturas africanas e afro-brasileira no processo de construção histórica. Abraçar a *negritude* é uma das grandes armas contra o racismo, ela é responsável por criar uma espécie de comunidade de proteção para as populações negras contra os sujeitos e atitudes racistas.

A partir dela é possível, segundo hooks (2019c), a autodefinição. Ela nos possibilita “[...] reaprender o passado, entender sua cultura e história, reconhecer seus ancestrais e assumir a responsabilidade de ajudar outras pessoas negras a descolonizar seus pensamentos” (hooks, 2019c, p. 61). A branquitude por sua vez impõe a autonegação, nos colocando nas margens, e nos faz acreditar em imagens de controle ou até mesmo na síndrome da Gabriela. Os brancos sabem que o racismo é um problema, que têm privilégios em função do ideal de branqueamento, mas se acomodam com a situação porque lhes favorece. Assim, manêm-se em sua zona de conforto e não têm interesse de fazer uma autocrítica sobre o processo histórico, já que para a manutenção do sistema de dominação hegemônica essa autocrítica não é bem-vinda. A *negritude* produz a tomada da consciência crítica e a prática do autoamor. Por meio dela desenvolve-se a atitude revolucionária de afastar a prática de dominação e se efetiva a política de antirracista.

Um grande exemplo de comunidade de proteção no meio acadêmico são os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABIs, sendo eles em muitos casos o único ponto de apoio e representatividade dos estudantes não brancos nas Universidades ou Institutos Federais, seja para ter acesso às literaturas específicas (raça, gênero e classe), troca de experiências, promoção de eventos, políticas de acesso e permanência. Desta forma, podemos afirmar que os NEABIs trabalham de maneira interseccional no combate ao racismo, sexismo e classismo. Eles atuam na pesquisa, na produção e revisão das literaturas e na extensão da conscientização da comunidade interna e externa da universidade por meio de palestras ou rodas de conversa.

A grande tarefa das comunidades de proteção é promover outras possibilidades de ver o mundo por outras lentes que não sejam as da supremacia branca que visa ao ódio, à segregação, à opressão. hooks (2019c) convida a todos a praticar a negritude apesar das diferenças raciais:

A todos nós que amamos a negritude que ousamos criar no dia a dia de nossas vidas espaços de reconciliação e perdão onde deixamos vergonhas, medos do passado, e nos seguramos uns nos outros, bem próximos. Somente o ato e a prática de amar a negritude nos permitirá ir além e abraçar o mundo sem amargura destrutiva e raiva coletiva corrente. Abraçar uns aos outros apesar das diferenças, além do conflito, em meio à mudança, é um ato de resistência (hooks, 2019c, p. 05).

A luta antirracista solicita o envolvimento de pessoas brancas no cotidiano dessa batalha. Assim poderemos ter efetividade nas mudanças das estruturas, principalmente no que diz respeito à democracia. Uma participação para além das “micaretas raciais”, para além das datas comemorativas ou do turismo cultural, como por exemplo, a visitação de comunidades quilombolas por mera curiosidade, que podem até reforçar ideias estereotipadas e de subalternização.

Precisamos desconstruir a relação entre ser negro/negra e a violência/mortes naturalizadas e os lugares de subalternização. Essa busca passa pelo terreno da teoria e prática decolonial, onde é necessário entendermos que o racismo está internalizado em nossa mente e materializado nas relações sociais de poder e dominação. Nossa esperança utópica no meio acadêmico concentra-se em defender que isso será possível por meio de uma pedagogia crítica e decolonial, onde o principal desafio é confrontar o privilégio da branquitude e fazer com que o reconheçam. No entanto, é um caminho ainda mais desafiador, vai além das redomas

acadêmicas. Para além da reflexão teórica é necessária uma mudança no contexto da sociedade e da educação.

Mudanças nas estruturas sociais que só serão possíveis, como argumentam Hall (2003) e hooks (2019c), se desconstruirmos as representações “universais”, que na verdade são ocidentais/brancas sobre religião, língua, cultura, e conhecimento, pois a partir deles se fundam os estereótipos:

Embora sejam imprecisos, estereótipos são uma forma de representação. Como as ficções, são criadas para servir como substitutos, posto no lugar de realidade. Não estão lá para dizer como as coisas são, mas para estimular e encorajar o fingimento. São fantasias, projeções sobre o Outro para torná-lo menos ameaçador. Estereótipos sobram quando existem distância. São uma invenção, um fingimento de que se sabe quando os passos que levariam ao verdadeiro conhecimento possivelmente não podem ser dados ou não são permitidos (hooks, 2019c, p. 303).

No caso das mulheres negras, como já vimos, vários são os estereótipos construídos pelo colonizador e que até hoje circulam em nossa sociedade, prejudicando sua vida. Como hooks (2019) aponta, eles não dizem o que são as mulheres negras, mas servem para negar o conhecimento produzido por elas sobre o que significa ser mulher negra.

No próximo capítulo, apresento a análise das falas das mulheres negras, falando de si, do Grupo TEZ, de suas lutas, resistências e conquistas.

II – A MULHER NEGRA NO GRUPO TEZ: LUTA, RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO

Essa dissertação, ao ser desenvolvida por uma mulher negra e trazer para o centro da discussão a luta e resistência de mulheres negras contra a dominação de gênero e o racismo, pretende contribuir para a transformação dessa realidade, que precisa acontecer desde a representatividade em todos os espaços sociais, incluindo as universidades, para questionar a lógica colonial/patriarcal de produção de conhecimento.

Cada vez mais precisamos de mulheres negras saindo do lugar de “objeto” de estudo, para mulheres negras contando suas histórias e produzindo conhecimento. No processo de entrevista com algumas gestoras⁶ do Grupo Tez, essa missão ficou mais evidente, sobre o papel desse trabalho.

É preciso transgredir os currículos e desconstruir a normatização branca, já que nós, mulheres negras, de acordo com o IBGE, somos a maioria entre as mulheres, e entre a população brasileira, somos maioria como negros. Está na hora da academia senhorial hegemônica ser forçada a rever os conceitos de conhecimento popular, conhecimento científico e de quem tem capacidade de produzir conhecimento.

Na análise que desenvolvo, a mulher negra está no centro da narrativa, sua subjetividade faz parte do processo de construção das narrativas apresentadas. Para o feminismo negro, é a partir dessa centralidade que lutamos contra a subalternização provocada pelas relações raciais, de classe e de gênero. Ao analisá-las de forma interseccional, mostramos como a luta e resistência da mulher negra é mais difícil, tendo-se que lutar contra várias discriminações ao mesmo tempo.

Como apontamos na introdução, as falas foram produzidas por meio da interação com cinco mulheres negras militantes do Grupo TEZ, que por sugestão das próprias entrevistadas denominamos de gestoras e utilizamos seus nomes verdadeiros, como forma de dar visibilidade a elas.

⁶ O termo gestora foi utilizado pela entrevistada Vânia Lúcia dos Santos. Segundo ela, o termo “gestora” tem um alcance maior, pois ela se vê como “gestando o movimento”, colocando-o sempre num processo de ação e reflexão. A ideia de gestora indica um compromisso maior com o movimento, um engajamento permanente, mais do que o termo “participante”.

2.1 GRUPO TEZ: UM ESPAÇO IMPORTANTE DE AFIRMAÇÃO DA MULHER NEGRA

A educação como forma de luta e resistência se materializa no grupo Trabalho e Estudos Zumbi - TEZ, ao longo dos seus trinta e seis anos. O TEZ tem dado um *status* de centralidade para a educação, como sujeito ativo no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial e, nos últimos anos, também um destaque para a questão de gênero, lutando ao mesmo tempo contra a sociedade racista e patriarcal. O Grupo educa por meio da organização do grupo de estudo, que durante anos acontecia aos sábados, pela execução de palestras nas escolas sobre a temática étnico-racial, pela concretização do Cursinho Popular Pré-vestibular em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de MS e o Cursinho Preparatório para Pós-graduação em parceria com a Fundação Ford. Podemos observar que as formações educacionais transcendem o Grupo, ao mesmo tempo em que o movimento negro se educa ele educa a sociedade (GOMES, 2020).

Como nos diz Gomes (2020), a educação pode e deve ser um projeto emancipatório via Movimento Negro, para vivenciar a especificidade que é a subjetividade de ser negra e negro nesse país, composta de luta e resistência para conquistar os direitos de cidadania e democracia:

O Movimento Negro do ponto de vista institucional, tem como foco a educação básica e o Ensino Superior. Porém, ele não reduz a educação formal. Ele visa a educação como processo de formação humana, vivido por todo nós. Visa ainda, promover um processo social, cultural, pedagógico e político de reeducação do negro e da negra sobre si mesmo e sobre o seu lugar de direito na sociedade brasileira. E reeduca os outros segmentos étnico-raciais e sociais na relação com o segmento negro da população, suas lutas por direitos e suas conquistas (GOMES, 2020, p. 130).

O grupo TEZ tem desempenhado o papel de formador e de genitor, do Movimento Negro em Mato Grosso do Sul. Ao longo de suas mais de três décadas, muitas pessoas passaram pelo grupo, desenvolveram vínculos “permanentes ou temporários”, uma espécie de chegadas e partidas. Isso fica claro na fala das gestoras entrevistadas. Segundo elas, o grupo vai além dos encontros entre os participantes. Ele está presente na formação de outros grupos, coletivos, nos ambientes de trabalho, nas escolas, nas casas, nas universidades, nos bares frequentados por cada negra, negro e não negro impactados pela luta antirracista desenvolvida pelo movimento negro.

Inúmeras mudanças aconteceram ao longo dos anos, e uma coisa que hooks (2019a) chama a nossa atenção é para a participação majoritária de homens negros como lideranças no Movimento Negro nos EUA. E no Tez isso não foi muito diferente. Em sua fundação em 1985 em Campo Grande, o grupo contava com a participação de cinco homens e apenas uma mulher, sendo ela acadêmica de Direito. hooks (2019a, p. 151) argumenta sobre uma organização social baseada no sexismo: “[...] Líderes negros não eram contra garantir às mulheres o acesso a direitos políticos, desde que homens permanecessem na posição de autoridade superior reconhecida”. A autora vai além na exposição do paradoxo entre a vida pública e a vida privada vivenciada pelas mulheres negras do século XX, para explicar o imperialismo do patriarcado:

Na vida privada, ativistas negros e líderes políticos exigiam que a esposa assumisse papéis subordinados. A feminista Mary Crurchu Terrel registrou em seu diário que seu marido, advogado ativista, queria que ela não exercesse qualquer papel em relações políticas. [...] O marido de Terrel usava seu *status* patriarcal para sabotar o trabalho político dela (hooks, 2019a, p. 150).

Nos últimos anos, o grupo contou com gestões femininas. A gestora Vânia Lúcia dos Santos levantou duas hipóteses para essa mudança na liderança: primeiro as mulheres negras estão assumindo cada vez mais os espaços de poder, dessa forma denunciando o machismo e o sexismo na sociedade brasileira sofridos por elas; segunda hipótese, para os homens negros do grupo, por terem alcançado uma ascensão social, a questão racial acaba sendo cara para eles. E essa tarefa de enfrentamento “acaba sobrando” para nós mulheres negras, como se percebe no próprio TEZ.

Gomes (2020) mostra que os processos de opressão se originam a partir de um núcleo central: o racismo, o patriarcado e o capitalismo global. Diferentes movimentos sociais, ainda que suas lutas tenham especificidades, precisam resistir e combater esse núcleo. Se não tiverem essa preocupação, perdem seu potencial emancipatório. Entendemos que o que Gomes (2020) nos aponta pode ser traduzido como feminismo interseccional:

No centro da composição de diagramas, articulado e se comunicando com os diferentes movimentos sociais, está o alvo comum a ser superado para a construção de uma emancipação social conjunta: o racismo, o patriarcado e o capitalismo global, se alimentados pelas várias formas de discriminação e pela colonialidade do poder, do ser e do saber (GOMES, 2020, p. 127).

Desta maneira, o próprio Movimento Negro está tendo que se reorganizar, já que a questão de gênero foi e continua sendo uma questão cara para o movimento. A professora hooks (2019b) explica que sem as mulheres negras não há Movimento Negro, pois alguns saberes são particulares delas e são fundamentais para o fortalecimento de um todo, o coletivo:

Sem a contribuição material das mulheres negras como participantes e líderes, muitas instituições dominadas por homens na comunidade negra cessariam de existir; esse não é o caso em todas as comunidades brancas. [...] por anos a fio, mulheres negras (homens negros) vinham lutando para superar as tensões e antagonismos entre mulheres e homens negros gerados pelo racismo internalizado (isto é, quando o patriarcado branco sugere que um grupo causou a opressão do outro). As mulheres negras estavam dizendo para os homens negros: “Não somos inimigos uns dos outros”; “Temos de nos opor à educação que nos ensina a odiar a nós mesmos e uns aos outros”. (hooks, 2019b, p. 115).

O feminismo negro tem o seu alicerce na coletividade e nas múltiplas experiências e opressões vivenciadas pelos sujeitos, seja a questão racial, de gênero (podemos sim, utilizar o termo gênero para nos referir aos homens), de sexualidade, nacionalidade e classe. De acordo com Gonzáles (1988), o feminismo negro brasileiro vem há anos desenvolvendo suas análises de forma interseccional, antes mesmo da ferramenta analítica ser popularizada no meio acadêmico ou até mesmo, antes do surgimento dela nos anos de 1990.

As tarefas são muitas para o movimento de mulheres negras. Precisamos desconstruir a agenda mercantil e sócio-política que para o feminismo burguês não é vista como um problema, mas que nos atinge de maneira negativa. Os benefícios alcançados e buscados pelo feminismo burguês nunca foram e não serão para nós mulheres negras. É necessário construir uma pedagogia crítica e decolonial, também entendida como pedagogia da diversidade, como aponta Gomes (2020), que tenha em sua espinha dorsal a luta contra o racismo, o sexismo e a opressão de classe. A pedagogia da diversidade “[...] pode ser considerada como produto da luta contra-hegemônica no campo da educação e está no cerne do processo de emancipação social a educação” (GOMES, 2020, p. 135).

A partir da pedagogia decolonial e da diversidade, reivindicamos o argumento de Collins e Bilge (2021, p. 231) que “[...] a interseccionalidade talvez fosse o núcleo intelectual do trabalho da diversidade”. Usando-a como guarda-chuva analítico, a categoria nos possibilita uma compreensão das diferenças e especificidades de cada grupo, não de forma única, mas sim em uma estrutura interseccional de opressões. Isso fica nítido no caso das

mulheres negras no que se refere ao movimento negro, o feminista e sindical. Ao não levarem em consideração as opressões de raça, gênero e classe sofridas por elas dentro do movimento feminista burguês, organizaram-se para criar o movimento feminista negro:

Esses movimentos sociais isolados, contemplando feminismo, antirracismo e movimento da classe trabalhadora, foram importantes, e muitas mulheres negras continuaram a participar deles. No entanto, como nenhum movimento social conseguiu resolver adequadamente as questões específicas das mulheres afro-brasileiras, elas criaram um movimento próprio (COLLINS E BILGE, 2021, p. 21).

As mulheres negras brasileiras se politizaram ao criarem sua identidade coletiva, a partir das experiências e vivências em comum: da exploração de seus corpos, da dominação patriarcal, da invisibilidade social, do não acesso à cidadania e falta de democracia. Essa tomada de consciência possibilitou a nós mulheres negras confrontar o mito da democracia racial que tem em sua gênese uma harmonia entre raças ou até mesmo a inexistência de uma. Evidenciar a violência doméstica que atinge nossos corpos, os baixos salários no mercado de trabalho, a impossibilidade de ser mãe de seus filhos, tem sido uma luta cotidiana das mulheres negras.

O feminismo negro vem se mostrando como uma teoria complexa no combate à discriminação racial e de gênero. Diante de suas análises podemos entender que não existe uma opressão latente e sim que todas as opressões se articulam e a grande tarefa é democratizar os múltiplos conhecimentos via educação. Ela nos possibilitará ter acesso às literaturas já existentes, de forma a viabilizar a leitura e as reescritas das diversas identidades que estão no bojo desse movimento, onde todos sejam afetados e iniciem a luta em prol da igualdade racial e de gênero, questionando as relações de poder vigentes.

Toda as relações sociais são relações de poder. Os que ditam as normas a serem seguidas, que têm o direito à fala, que definem o momento em que me tornei a Outra, são fruto das relações de poder, que como vimos, no contexto brasileiro, estão marcadas pelo racismo e sexismo. Com a identidade alienante do colonizador revestida em mim, tornei-me um corpo fruto dessa dominação, mas ao mesmo tempo também que vive intensamente a resistência: “[...] toda vez que sou colocada como “Outra”, estou experienciando racismo, porque eu não sou “outra”. Eu sou eu mesma (KILOMBA, 2020, p. 80).

As mulheres negras vêm demonstrando, de forma brilhante via feminismo negro, que o sistema vigente capitalista é predador. É um sistema econômico que visa pressionar nossas

mentes e corpos em seu benefício. A Declaração do Homem e do Cidadão com a Revolução Francesa em seu primeiro artigo consta: “Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem ter como fundamento a utilidade comum”. Podemos observar nesse artigo que existe um tipo X de cidadão e tudo que foge desta categoria é colocado à margem, é excluído.

Nas relações raciais e de gênero marcadas pela exclusão criam-se ferramentas e formas de resistências. As mulheres negras marginalizadas pelo racismo, pelo sexismo e pelo fator de classe, por décadas vêm sendo submetidas à falta de acesso a direitos básicos de cidadania, como educação, moradia, empregos formais, saúde, segurança. A partir dos anos de 1960, vários intelectuais negros, seja via academia, seja via as artes, começaram a questionar o sistema de opressão vivenciado pela população negra brasileira. Mesmo durante a ditadura militar, o Teatro Experimental do Negro, que visava à valorização de corpos e a cultura negra e o Movimento Negro Unificado - MNU, em São Paulo, foram dois movimentos que representam um divisor de águas e influenciaram todo país.

Em 1985, em Mato Grosso do Sul, nos corredores inicialmente da antiga FUCMAT (atualmente, UCDB), a união de sete amigos, influenciados pela militância do movimento estudantil, fundou o Grupo de Trabalho e Estudos Zumbi - TEZ. Essa instituição proporcionou um espaço de coletividade, onde os anseios e as questões vivenciadas por cada indivíduo do grupo, que já tinham passado por várias formas de racismo em diferentes espaços, produziu um conjunto de práticas e experiências positivas para combatê-lo.

Jaceguara Dantas, a única mulher no início da formação do grupo, nos explica que o grupo TEZ foi para ela um espaço de aprendizagem, onde desenvolveu a consciência da questão racial, como uma mulher negra em uma sociedade marcada pelo mito da democracia racial, mostra como o Grupo possibilitou desenvolver ações e atividades de combate ao racismo ao longo de sua vida, seja no ambiente de trabalho ou no contexto familiar. Ela tem ciência que o racismo prejudica profundamente a vida de negros e negras:

Bom, eu sempre tive consciência da questão racial, mas a partir da participação no grupo TEZ, e dessa fundação desse grupo, na verdade foi um marco divisor na minha vida, porque além de exercitar a consciência cada vez mais, eu pude desenvolver ações objetivando ao combate ao racismo e sobretudo procurar conscientizar as pessoas no meu entorno, e não só da comunidade acadêmica, mas também dos locais onde eu convivia, sobre a temática racial e as consequências danosas dessa prática. E sobretudo, o quanto tudo isso, o racismo, tira as oportunidades das pessoas desenvolverem suas potencialidades e sobretudo de seres humanos por completo na verdadeira acepção da palavra.

A fala da gestora Jaceguara Dantas vem ao encontro do que a professora Gomes (2011) afirma: “[...] o movimento negro pode ser considerado um produtor e sistematizador de saberes produzidos pela população negra ao longo dos anos” (GOMES, 2001, p. 44).

Podemos observar que nas falas das nossas entrevistadas a centralidade se dá para a questão do racismo. Em muitos momentos, o gênero fica em segundo plano. hooks (2019a) nos alerta para a preferência de escolha das mulheres negras em participar do Movimento Negro, mais que do Movimento de Mulheres. No Movimento das Mulheres, suas pautas não são questionadas, gerando assim outro tipo de silenciamento. Se no movimento de mulheres a luta era pela entrada no mercado de trabalho, os corpos das mulheres negras já tinham sido apropriados pelo capital. Sob “a cruz e a espada”, como afirma hooks (2019a), no movimento negro, as mulheres desempenhavam funções de segunda categoria. Como afirma a gestora Lucimar Rosa Dias: “[...] ser as secretárias dos grupos, porque normalmente esse era o papel que as mulheres negras ocupavam, elas participavam ativamente da luta, mas o dirigente era homem”.

Durante décadas as reivindicações das mulheres negras foram silenciadas na luta do Movimento Negro. Os homens negros acreditavam que a única questão de opressão sofrida por elas estava relacionada ao racismo. Com isso eles desempenhavam uma espécie de irmandade masculina com os homens brancos, promovendo o sexismo. A “[...] conexão entre militantes negros e homens brancos era o sexismo compartilhado - ambos acreditavam na inferioridade natural da mulher e apoiavam o domínio do homem” (hooks, 2019a, p. 164). O mesmo patriarcado que tem como base a hierarquização de pessoas - que visa subordinar indivíduos - era, e é usado como modelo na ordem social entre homens negros e mulheres negras. Nós pessoas negras sabemos como são prejudiciais as consequências do racismo no desenvolvimento social e emocional em uma sociedade que é marcada pela racialização de pessoas. hooks (2019a) explica que existe um imperialismo do patriarcado. Mesmo que os homens negros sofram com o racismo isso não os deixou livres da socialização sexista que acredita no poder inato da virilidade masculina:

Quando o racismo impediu pessoas negras de alcançarem igualdade social como pessoas brancas, homens negros reagiram como se fossem os únicos representantes da raça negra e, portanto, as únicas vítimas de opressão

racista. Eles enxergaram que eram as pessoas a quem a liberdade era negada, não as mulheres (hooks, 2019a, p. 166).

Entendo que o sexismo, o capitalismo e o racismo estão ligados de forma íntima já que os três se alimentam da violência e exploração de corpos que julgam “sem poder”, como de mulheres, crianças e pessoas negras. A violência é elemento central para a manutenção dos privilégios do homem branco no capitalismo. Em nossa sociedade os homens são incentivados a descarregar suas impossibilidades sociais sobre esses corpos. Desta forma percebemos que existe uma educação da violência, onde os corpos de mulheres negras são o alvo. Os homens negros são incentivados desde criança que o respeito é obtido pela força, seja pelas agressões domésticas sofridas por elas ou pela mãe ou na comunidade que residem.

Nesse emaranhado de complexidade para as mulheres negras, viver é um ato de resistência e transcrever essas vivências é um ato revolucionário. Collins (2019) afirma que para isso é necessário criar “espaços seguros”, ambientes onde pode-se falar abertamente sobre as opressões vividas, sem medo da repressão do grupo dominante. Lembro-me uma vez de explicar para uma colega branca de escola como me sentia ou percebia as ações racistas em minha cidade, e isso foi um desastre, pois a colega não conseguiu entender minha dor e disse que estava exagerando. Então eu parei de falar com as pessoas brancas sobre esse sentimento/vivência do racismo.

Os espaços seguros aos quais Collins (2019) se refere visam promover o empoderamento da identidade da mulher negra via a “autodefinição”. Isso fica nítido no depoimento da gestora Lucimar Rosa Dias:

[...] Estou falando deste lugar de mulher negra, mas para tornar-me negra, como diz a Neusa Santos, é um processo, e as mulheres negras passam por esse processo, inicia pela negação da identidade negra e graças à atuação de grupos como o TEZ, o Movimento Negro, a gente aprende, torna-se negra, toma consciência da sua negritude.

O Grupo TEZ em Mato Grosso do Sul tornou-se esse espaço seguro, sendo ele a instituição responsável por educar e transformar as vidas de nossas entrevistadas. Ainda conforme Lucimar Rosa Dias, o Grupo TEZ é um espaço de “encontro com ela mesma”, que possibilitou a troca de experiências, formação social e política e de afirmação racial, de classe e de gênero. Conforme Lucimar Rosa Dias:

Eu acho que estar em coletividade é sempre muito importante. Tinha 18 anos, estava começando minha militância, não vinha de uma história de familiares de militância, de ativistas, meus pais não se encaixam nesse perfil clássico de ativistas, eles estavam sobrevivendo, fazendo a luta a partir da sobrevivência da própria vida. Então conhecer outras pessoas que travavam a discussão de raça, e o perfil do grupo que era um perfil de estudo, pra mim foi muito importante, foi muito orientador, porque tinha pessoas mais velhas, e as pessoas estudavam, e eu estava nessa fase de entrar em uma universidade, de me conectar não só com a luta negra, mas com a luta também de classes, comecei a participar de sindicatos de professores, então eu não me sentia sozinha, me somava a outras pessoas e ao mesmo tempo olhava para as pessoas que eram do grupo que eram mais velhas, pessoas que estavam também no mesmo perfil que eu, que eram universitárias, tudo isso me fortalecia para atuar onde eu estava, que era na universidade.

A resistência das mulheres negras é marcada por inúmeras frentes de atuação. Vejo a participação inicial das mulheres negras no movimento negro como uma grande conquista para essa população. Estar longe das redomas da vida doméstica possibilitou que muitos homens negros as enxergassem com outros olhos, percebendo a importância delas para a manutenção e a ressignificação das tradições africanas, vendo-as como verdadeiras educadoras.

Collins (2019) aponta que a educação se tornou a bandeira principal do Movimento Negro no século XX. Eles acreditavam que a educação era o mecanismo de “ascensão da raça”. Como vimos anteriormente, para a sobrevivência e a manutenção das identidades de grupos subalternizados é necessário que o sistema escolar aplique uma pedagogia crítica e decolonial, onde os conhecimentos tradicionais e as experiências vivenciadas pelas alunas e alunos sejam valorizados e recebam o devido reconhecimento.

A professora Gomes (2011) afirma que a educação sozinha não resolve todos os problemas ligados à opressão racial e de gênero, porém exerce papel fundamental no processo de formação de novas pesquisadoras e intelectuais negras. Como afirma Collins (2019, p. 344): “A luta por educação politiza as mulheres negras”. Essa politização está ligada à autodefinição, não ao “eu” como se fosse uma questão individual, mas sim a um “nós”, portanto, ao coletivo. Um pertencimento em que a identidade não é o produto final, mas sim o início da caminhada para a autodefinição. A gestora Sheila Azevedo Pereira ressalta a importância da sua participação no Grupo TEZ, seja para a sua vida pessoal ou profissional.

Ele teve um papel muito importante na minha vida, porque a mulher que eu sou hoje, a mulher negra que eu sou hoje em processo de construção, eu devo ao TEZ, meu despertar, essa minha evolução pessoal. [...] quando eu

passsei a frequentar as reuniões, quando eu passei a conhecer e ter um pouco mais de compreensão do que é ser uma pessoa negra e hoje eu tenho plena consciência disso, muitas mudanças vieram né, e mudanças evolutivas pessoais, no meu pensar, no meu agir, no meu vestir, no meu ser, e não foram mudanças tão fáceis. [...] eu assumi meu cabelo e mudar toda minha postura, isso não foi algo receptivo.

Os relatos feitos pela entrevistada acima vão ao encontro de Gomes (2011) no que se refere às tensões da corporeidade negra. O corpo da mulher negra, sujeito político, nesse momento, ao afirmar sua identidade, cria tensões e fissuras com o sistema hegemônico branco, imposto como normal. O rompimento com a “normalidade” possibilita a criação de novos discursos, novos significados e o distanciamento das imagens de controle construídas pela branquidade. Vivenciar a raça e o gênero nesses moldes vai na contramão do patriarcado capitalista. É um processo de libertação, de transgressão e de emancipação do imaginário social sobre o que é ser mulher negra no Brasil.

A professora Collins (2019) afirma haver duas dimensões de ativismo das mulheres negras. A primeira está ligada à luta pela sobrevivência real do grupo. As mulheres negras criam mecanismos de negociação com o sistema hegemônico onde as estruturas de dominação são desestabilizadas não pelo conflito direto, mas sim por estratégias para manutenção das vidas negras. A autora traz o exemplo das empregadas domésticas que precisam sustentar seus filhos, e acionam as imagens de controle como a *mammies*, porém isso não é real, apenas um momento de negociação. Vimos anteriormente que este não é um espaço seguro para autodefinição das mulheres negras. Já a segunda dimensão está ligada à luta pela transformação institucional, incluiríamos nessa análise as mudanças estruturais. Já que temos a ciência que os grandes problemas da desigualdade racial e de gênero não estão na instituição e sim na estrutura das instituições, a luta: “[...] seja individualmente, seja por meio de grupos organizados, todas as ações que questionem as regras legais e consuetudinárias que governam a subordinação” (COLLINIS, 2019, p. 333), são importantes.

Acreditamos que as duas dimensões do ativismo das mulheres negras se encaixem nessa dissertação, mesmo que estejamos analisando mulheres negras do Grupo TEZ, uma instituição que visa ao combate da discriminação racial. Podemos observar na fala das nossas gestoras que a questão de gênero ficou em segundo plano, muitas vezes, porque em vários momentos a prioridade estava na manutenção da sobrevivência do grupo, mesmo que isso

custasse a invisibilidade das mulheres negras. Desta maneira silenciar-se também é uma forma de resistência.

A gestora Jaceguara Dantas ressalta como ela vê a questão do gênero na sociedade brasileira:

Uma ideia muito eurocêntrica no feminismo, na questão gênero e agora que nós estamos ouvindo algumas vozes de mulheres que são negras e querem fazer valer a realidade da mulher negra que tá se falando no feminismo negro, só que são vozes muito pontuais e ainda, não tem uma força significativa para fazer uma mudança nessa do feminismo, ao meu ver. Estamos começando a discutir essa questão, mas ainda é uma realidade distante.

Para nossas gestoras, vivenciar coletivamente a luta contra o racismo dentro do movimento proporcionou o processo de autodefinição via autoconhecimento (COLLINS, 2019), e construir novas imagens de si mesmas. E a partir dessas imagens, levando em conta as suas experiências, está sendo possível elaborar novas narrativas. Isso fica nítido na fala da gestora Bartolina Catanante, mostrando como o movimento negro constituiu e constitui a sua vida:

O movimento negro, o debate sobre a questão da etnia, da questão racial se torna central na minha vida né, então as minhas pesquisas vão por esse caminho, o Grupo TEZ e o movimento negro é o que me movimenta na atualidade. Por causa do movimento negro, por causa do Grupo TEZ que eu tenho saído na pandemia. Então eu penso que isso é uma questão central né. E centraliza ainda mais durante a minha passagem pelo mestrado em Educação na cidade de São Carlos.

Como vimos, para todas as gestoras entrevistadas, o Grupo TEZ foi um espaço de suma importância para a afirmação de sua identidade negra, de combate ao racismo e de construção de uma imagem positiva de si mesmas enquanto mulheres negras, abrindo o caminho para se tornarem intelectuais negras.

2.2 A INTELLECTUALIDADE NEGRA: CONQUISTAS E DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS MULHERES NEGRAS DO GRUPO TEZ

No último ano que lecionei, em 2019, antes de me tornar uma “informante nativa” (hooks, 2019c) dessa dissertação, fui contratada como professora substituta por um bimestre em uma renomada escola pública da minha cidade. Ao analisar o conteúdo que seria aplicado

para os alunos verifiquei que estava relacionado à lei 10.639/2003 e não por coincidência seria trabalhado no mês da consciência negra, novembro.

Ao realizar meu planejamento, montei de forma que nunca tinha feito, por saber que não receberia retratações no outro bimestre, já que não estaria mais lá. Bombardeei meus alunos de conteúdo de gente preta, levei livros, músicas e vídeos. Iniciei o bimestre com uma dinâmica em grupo, os alunos deveriam listar personalidades negras e brancas. A primeira etapa terminou e as pessoas negras que apareceram na lista apenas estavam relacionadas ao corpo: atletas, cantores e atores. Questionei-os sobre a lista e em seguida apresentei o vídeo do astrofísico Neil Degrasse Tyson sobre o questionamento “a diferença genética entre homens e mulheres”. De forma brilhante há uma fala mostrando as diferenças estruturais e que o único que se beneficia delas são os homens brancos. Abrimos o bimestre com dois grandes questionamentos: raça e gênero, duas categorias centrais em minha vida e compartilhá-la com os meus alunos foi um momento muito enriquecedor.

Como vimos no primeiro capítulo, há um imaginário social segundo o qual as mulheres negras têm um lugar pré-estabelecido em nossa sociedade como “corpos sem mentes”, já que somos poucas no universo acadêmico e a “única” forma de produzir conhecimento “importante” é na universidade. A partir das ideias de intelectualidade de hooks (2019c), intelectual é aquele que “transgride fronteiras discursivas”. Não precisa ter um diploma de doutorado para ser considerada uma intelectual, pois tem muitos que os têm e não conseguem transgredir as fronteiras.

A belíssima explicação da gestora Lucimar Rosa Dias sobre intelectualidade casa com os pensamentos de hooks (2019b). Ser intelectual é ir além das redomas universitárias, é pensar e sentir o mundo em busca de mudanças reais:

O que é um intelectual, uma pessoa que pensa o mundo e que define estratégias para a sociedade para viver nesse mundo e que não são Doutoradas, que não têm alta escolarização, que são mulheres que a sociologia chamaria de mulher comum, que produzir uma Carolina por exemplo, Maria Carolina de Jesus, pra mim a Carolina é uma intelectual, e ela não teve doutorado, agora tem, que ela foi receber o doutorado honoris causa que é uma coisa linda de ver, mas pra mostrar o que é a intelectualidade. Esse conceito também, ele é construído para excluir determinados grupos sociais, populações indígenas por exemplo, Airton Krenak que esse ano teve sua intelectualidade reconhecida, e há muitos líderes indígenas sendo reconhecidos, porque produzem conhecimentos né, eu imagino que um intelectual é esse, que produz conhecimento. Acho que sou uma intelectual acadêmica e me espelho em intelectuais mulheres negras, acadêmicas e não

acadêmicas e que constroem esse conhecimento necessário para que a gente exista em uma sociedade racista como é a brasileira.

Ao analisar a fala da Gestora Lucimar Rosa Dias sobre o conceito de intelectualidade, nós sujeitos da diáspora temos o sentimento de nunca pertencermos àquele lugar, já que em termos gerais ser intelectual é ser do sexo masculino e obter conhecimento da sistematização da história global. Porém, nessa globalização existe um centro, um marco temporal e um sujeito. Esses marcadores são propositais já que fazem parte do projeto colonial. Como explica Hall (2003), ao se referir a sua formação, um homem negro na Jamaica no início do século XX:

Foi uma educação muito “clássica”, muito boa, porém em termos acadêmicos, muito formal. Estudei latim, história inglesa, história colonial inglesa, história europeia, literatura inglesa [...] uma formação típica de um membro da intelligentsia colonial (HALL, 2003. p. 410).

Sobre o impacto da socialização patriarcal sexista e racista, para nós, mulheres negras, em relação ao espaço acadêmico, esse se apresenta como “não lugar”. Mesmo que ocorra a formação “clássica” para nós, essa formação “clássica” está marcada pelo patriarcado. Nela impera a ordem do discurso hegemônico. A academia é um espaço majoritariamente de homens brancos e como explica a gestora Jaceguara Dantas, ao se referir à intelectualidade:

Eu não sei se sou uma intelectual, eu tenho mestrado, doutorado, eu sou Procuradora de Justiça, mas eu não sou uma professora atuante, né pesquisadora atuante, do que eu percebi nesses espaços que ocupei e ocupo, é que [...] a universidade, a academia são brancas e masculinas, mas sobretudo majoritariamente branca. Eu me lembro quando eu passei no concurso em 1992, para eu fazer mestrado na USP. E eu me lembrei eu me lembro me chamou atenção naquela época que as pessoas negras que existiam, elas estavam limpando o chão e servindo café.

Em função da ditadura da anti-intelectualidade (hooks, 1995), as mulheres negras são colocadas em xeque, muitas vezes no próprio Movimento Negro, e sistematicamente na universidade. Como destacamos anteriormente, as mulheres negras são muito importantes para a manutenção do movimento negro e atuam como intelectuais decoloniais. Ao longo dos anos, a população negra vê o processo de alfabetização como uma ferramenta para a diminuição da marginalização sofrida por nós, ela se torna uma arma contra a discriminação racial. No início da atuação do movimento negro, os homens foram os primeiros a terem o

acesso à educação. Desta maneira, os primeiros a entrarem na universidade e seguirem a carreira acadêmica e receberem o apoio do próprio movimento negro.

Já no caso das mulheres do Grupo Tez, havia um antagonismo: elas, por um determinado tempo, se afastaram do movimento para buscarem a formação superior e foram criticadas algumas vezes por esse afastamento, pois diziam que o movimento negro estava perdendo sua organicidade.

Na fala da gestora Bartolina Catanante esse antagonismo está presente: é possível ser mulher negra intelectual? Como?

[...] ser uma intelectual orgânica digamos assim ou intelectual tradicional, te rouba muito tempo para você ser esse intelectual orgânico e assim, pra mim era isso que eu tinha que fazer, então eu fui até um pouco criticada pelo movimento negro, porque eu não participava mais dos lançamentos das coisas do movimento social. Mas isso é porque, eu falo sempre que ser professor universitário é um bicho meio estranho, porque a gente se dedica muito tempo à pesquisa. E a pesquisa te rouba esse tempo de rua, você chega da rua com o sol, depois de um tempo de militância, você não vai sentar no computador e simplesmente produzir igual, porque você volta exausta, você precisa de outro tempo, etc. Enquanto que a pesquisa não, você senta de manhã, você tem que ler, tem que produzir, tem que comprar dados e tal. Então é uma atividade de prática muito solitária e que não combina muito com rua, o movimento de rua né, então isso é um desafio para professora universitária / pesquisadora fazer o movimento negro, um movimento de rua, porque é difícil.

No que se refere à intelectualidade “tradicional”, as mulheres negras, nas universidades, sofrem perseguições sobre suas capacidades intelectuais ou se realmente o que estão fazendo é ciência por terem como foco de pesquisa as questões de identidade, seja de raça, gênero e classe. Desta forma, ao denunciar as realidades enfrentadas por elas, são rotuladas no meio acadêmico de “ativistas ou militantes”, termos utilizados de forma pejorativa, pois seus trabalhos não são considerados científicos. A gestora Bartolina Catanante salienta a importância da militância social no seu trabalho na universidade e como isso é importante para a construção da consciência racial daquele espaço:

A gente faz a militância na universidade, para mim, com o trabalho desenvolvido, por exemplo, você ganhar colegas, sensibilizar, passar projetos sobre isso é muito importante né, não é qualquer coisa não. Então você tem pessoas que defendem seu ponto de vista juntos na questão racial e é isso que a gente quer né, eu não quero ficar sozinha defendendo a questão racial dentro da universidade. Eu quero formar um bloco, quero formar um grupo de pesquisa, quero formar a partir do momento que eu saio, ter

peessoas que vão fazer esse debate, isso é fundamental. Então isso tudo está nesse desafio de ser pesquisadora da questão racial.

Entendo que as duas intelectualidades apontadas pela gestora Bartolina Catanante são os pilares para a formação e consolidação do feminismo negro: conhecer a intelectualidade tradicional é importante para entender como ela está marcada pelo racismo e pelo patriarcado para poder questioná-la e subvertê-la; já a intelectualidade orgânica é a forma pela qual as mulheres negras vão assumindo o protagonismo no processo de transformação das relações sexistas e racistas. Como aponta hooks (1995), o trabalho intelectual pode produzir conflitos e tensões, quando visa à transformação das relações sociais de poder:

Muitas vezes o trabalho intelectual leva ao confronto com duras realidades para poder nos lembrar que a dominação e a opressão continuam a moldar as vidas de todos sobretudo das pessoas negras e mestiças. Esse trabalho não apenas nos arrasta mais para perto do sofrimento como nos faz sofrer, andar em meio a esse sofrimento para trabalhar com ideias que possam servir de catalisador para a transformação de nossa consciência e nossas vidas e de outras é um processo prazeroso e intacto. Quando o trabalho intelectual surge de uma preocupação com a mudança social e política radical quando esse trabalho é dirigido para as necessidades das pessoas nos põe numa solidariedade e comunidade maiores enaltece fundamentalmente a vida (hooks, 1995, p. 478)

hooks (2020) argumenta ainda que não existe justiça sem amor, ele é responsável pela equidade. Uma sociedade baseada na equidade estaria livre de qualquer tipo de opressão. Nesse sentido entendo a intelectualidade como toda forma que vise à emancipação da opressão em função da raça, gênero e classe. Segundo a gestora Sheila Azevedo, sua tomada de consciência racial se ampliou na universidade e essa tomada de consciência possibilitou se definir como intelectual negra:

Foi a partir do mestrado que eu tive a certeza, que eu tive a confirmação na minha vida de que é muito importante você saber aliar teoria e prática, porque aí é como se fosse um céu que se abre, você consegue fazer essa conexão, você consegue visualizar aquilo que muitas vezes a teoria tá falando com a prática da sala de aula, e você ter conhecimento, você se identificar como um intelectual, ou se colocar dentro da intelectualidade não é algo muito fácil, não é algo muito simples, porque por mais que você se identifique isso não é algo que é agradável às pessoas.

As mulheres negras, ao se apropriarem do conceito de intelectualidade e resignificá-lo, rompem com a lógica colonial. Cabe destacar que no contexto atual essa lógica é fundamentalmente neoliberal, segundo a qual não é necessário discutir a questão racial e de gênero. Basta que a escola desenvolva as habilidades adequadas de modo uniforme e dessa forma negros e mulheres terão as mesmas oportunidades. Mas a rigor, todos os estudos de gênero e raça mostram que essa é mais uma falácia.

A escola que conhecemos, muitas vezes, é um espaço de disputa e hierarquização, racismo e sexismo. Podemos observar vários tipos de discriminação no ambiente escolar, determinados conhecimentos são considerados melhores que outros, há desvalorização de alguns territórios e a valorização de algumas estudantes em detrimento de outras: “A lógica neoliberal sugere que a missão da escola não deveria ser a promoção da equidade, mas a busca de formas economicamente viáveis de fornecer instrução e habilidades de maneira não discriminatória” (COLLINS, COLLINS E BILGE, 2021, p. 216).

Portanto, é possível observar que as intelectualidades negras estão promovendo debates importantes no mundo acadêmico. Desta forma, geram mudanças na mentalidade no que se refere à produção de conhecimento e provocam a descentralização da lógica patriarcal e colonial. Assim, estão reivindicando e conquistando os espaços que lhes foram negados. Há muitos desafios a serem alcançados, mas podemos observar que no campo crítico do mundo acadêmico as discussões sobre o assunto vêm se tornando uma realidade, graças à atuação da militância negra.

Gomes (2020) acredita que isso só foi possível com a entrada efetiva de negras e negros na universidade, no primeiro momento furando as bolhas da exclusão e no segundo com as ações afirmativas. Os corpos negros carregados com conhecimentos próprios estão reeducando a universidade:

O mito ôntico colonial do humano e não humano é destruído. Na medida em que afirmam sujeitos de história, conhecimento e cultura, negras e negros afirmam e reafirmam outras formas alternativas de ser humanos, sujeitos de direitos e de conhecimento ainda não reconhecidos pelas concepções hegemônicas de humanidade, cidadania e ciência (GOMES, 2020, p. 91).

Ao rediscutirem gênero, raça e classe de maneira interseccional, as gestoras do grupo TEZ ganham sua humanidade, o *status* de sujeito. Com isso interrogam os espaços hegemônicos da intelectualidade que têm em sua estrutura a uniformização das identidades e a

hierarquização. Como salientam Collins e Bilge (2021), a escolarização “formal” é marcada pelo processo discriminatório já que as múltiplas identidades não são contempladas, gerando assim um processo antidemocrático. Com a luta do movimento negro e do feminismo negro, essa realidade está mudando:

Por ajudar a reproduzir as desigualdades sociais, a escolarização formal é um lugar contestado de produção de conhecimento. Ao mesmo tempo, as pessoas que frequentam ou trabalham no ambiente escolar contestam essas desigualdades, em geral questionando o currículo escolar e muitas vezes rejeitando regras e regulamentos (COLLINS E BILGE, 2021, p. 218).

A gestora Bartolina Catanante nos explica que teve que negociar com o mundo acadêmico para permanecer na universidade. Em muitos momentos teve que se “dobrar” às normas eurocêntricas para ser vista como uma intelectual “genuína”. Só depois disso, pôde colocar sua intelectualidade como mulher negra e ser reconhecida como tal nesse ambiente:

Você chegando na universidade tem um grande desafio de que a pessoa militante, a pessoa que vem do movimento negro, que vem do movimento sindical, ela precisa se formar enquanto intelectual, enquanto professora, acadêmica, pesquisadora. E aí foi um período muito difícil da minha militância, não da minha militância, mas do julgamento que as pessoas faziam de mim, enquanto militante. Porque eu tinha que me formar enquanto pesquisadora, focar para me constituir enquanto pesquisadora, enquanto profissional, enquanto negra nessa universidade e fazer a militância.

Como nos explica Kilomba (2020), a ciência está intrinsecamente ligada com as relações de poder. Há uma autoridade racial, que no caso da universidade é das pessoas brancas. O conhecimento anterior à universidade que a gestora Bartolina Catanante tinha deveria ficar em segundo plano - na margem, já que na lógica colonial a subalternizada é menos capaz de falar por si mesma, sendo necessário submeter-se à violência acadêmica. A universidade – o centro - não é um espaço neutro de produção de conhecimento e continua sendo, ainda que haja transformações provocadas pelo movimento negro e pelas mulheres negras, um espaço hegemonicamente dos conhecimentos brancos:

Qual conhecimento está sendo reconhecido como tal? E qual conhecimento não é? Qual conhecimento tem feito parte das agendas acadêmicas? E qual conhecimento não? Quem é esse conhecimento quem é reconhecido/o como alguém é esse conhecimento? E quem não o é? Quem pode ensinar conhecimento? E quem não pode? Quem está no centro? Quem permanece fora, às margens? (KILOMBA, 2020, p. 50).

A reflexão de Kilomba (2020) vem ao encontro da reflexão levantada por hooks (2019b) sobre a dualidade “margens e o centro” que posiciona os corpos das mulheres negras no meio acadêmico. A frase aferida pela gestora Batolina Catanante “enquanto negra nessa universidade”, mostra essa situação. hooks (2019b) afirma que para transitar no centro é necessário possuir uma “autorização”, que pode ser questionada ou retirada a qualquer momento. O corpo da mulher negra sofre um processo de regulação (GOMES, 2020), o que Hall (2003) denomina como viver dentro da “barriga da besta”. Mesmo que esteja dentro, sempre será visto como de fora e constantemente terá que provar que merece estar dentro. Isso fica nítido na fala da nossa gestora Bartolina Catanante: “E aí foi um período muito difícil da minha militância, não da minha militância, mas do julgamento que as pessoas faziam de mim, enquanto militante”. O militante, corpo negro - mulher negra, é visto dessa forma por conta do processo da escravatura e, posteriormente, do segregacionismo racial e da colonialidade.

Nesse sentido, conforme Kilomba (2020), é necessário escrever com as palavras que expressam a nossa realidade, nossas experiências e não com as palavras de um erudito branco, pois escrevemos e teorizamos de lugares diferentes. Na busca de um conhecimento emancipatório esta pesquisa carrega em si uma composição discursiva entre política e poesia. Inspirada nos escritos de bell hooks e Frantz Fanon, entendo que precisamos transgredir a linguagem acadêmica hegemônica que visa nos aprisionar em suas epistemologias de caráter racista e machista. Precisamos de justiça epistemológica para com os corpos aos quais foram negados a razão e, muitas vezes, forçados a assimilarem a cultura hegemônica/branca. Se fosse seguir a razão alienante me tornaria ausente em meu mundo, tornando-me sujeito desnegricada: “A desgraça e a desumanidade do branco consistem em ter matado o homem em algum lugar. Consiste, ainda hoje, em organizar racionalmente essa desumanização” (FANON, 2008, p. 190). Carneiro (2005) chama esse fenômeno de epistemicídio, termo que tem suas raízes no teórico português Boaventura Sousa Santos (1997). Para Carneiro (2005), trata-se de um processo de inferiorização e subordinação intelectual, que teve seu início no período colonial de assassinatos das epistemes da população negra. O epistemicídio é

[...] para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da

capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender, etc (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Em função do epistemicídio, somos condicionados às imagens de controle que nos colocam como sujeitos de segunda classe e habitantes das periferias, inaptas para estarmos na universidade. Transpor esses dois elementos, mesmo que de forma simbólica, requer muito trabalho e compromisso social. hooks (1995) nos faz um chamado sobre a real missão do movimento feminista. Ele deve encorajar as mulheres negras na luta para a formação de seus intelectos, de forma que deixem para trás a política anti-intelectualista, que nos coloca como as responsáveis pelo “trabalho sujo” e até mesmo como “objetos” de pesquisa para as análises do feminismo burguês, em uma espécie de salvadorismo branco. Podemos observar que na atualidade ser considerada uma intelectual é um dos grandes desafios para as mulheres negras, como explica a gestora Lucimar Dias:

[...] sem menosprezar de maneira nenhuma as mulheres negras que estão nos serviços básicos como doméstica seria um outro enfrentamento, esse enfrentamento de mulher negra intelectual que está ocupando um espaço que é visto ou considerado um não espaço para esses coros, é um desafio. Então ser uma mulher negra intelectual é um desafio.

A intelectual hooks (2019a) reforça ainda que precisamos construir novas representações de nós mesmas. Para isso precisamos olhar e sentir a margem de maneira crítica, como um espaço de fortalecimento para resistir às opressões. A margem se torna o espaço imagético e criativo, de lá saem as interrogações e novas perguntas para os problemas que tanto nos afetam como o racismo, o sexismo e o capitalismo. O feminismo negro possibilita para nós mulheres negras transpor a lógica hegemônica da academia, nos colocando no centro das discussões.

Com a subversão dessa lógica, torna-se possível questionar o branqueamento do conhecimento, tema ainda pouco discutido em nossa sociedade e na universidade. Já que por muitos anos inúmeros pesquisadores centram suas pesquisas em questionar o ideal do branqueamento racial, uma política oficial do Estado brasileiro, que tinha como objetivo branquear a população brasileira por meio de cruzamento étnicos entre negros, brancos e

indígenas, sendo ele consensual ou não, é preciso também questionar o branqueamento do próprio conhecimento. A gestora Lucimar Dias chama a atenção para outros tipos de branqueamento, como o do conhecimento, um grande desafio, segundo ela:

Mas nós temos outros talvez mais sutis branqueamentos, por exemplo, um que a gente tem discutido. Quais são as nossas referências teóricas e metodológicas? Nós temos condições já de fazer esse enfrentamento em todas as áreas de conhecimento? Notadamente não. Então a gente ainda lida com ementas, cursos, formação. Eu estava vendo esses dias uma *live* sobre moda e esteticamente você vê que a população negra já construiu uma estética, inclusive no ponto de vista da roupa, da vestimenta negra. Mas quando vai para um curso de formação de moda essa estética não aparece como conhecimento. Então há um branqueamento ainda muito forte em espaços de poder, por exemplo, o político como a gente comentou que a maior parte dessas pessoas estão lá definindo a política são brancos, são homens. Na produção do conhecimento, nos cursos que formam as pessoas, não as pessoas negras, as pessoas. Ainda é muito forte.

Sobre o fantasma da brancura, fundam-se os traumas da psique do corpo negro. Parafrazeando Fanon (2008), eu sou uma mulher negra em um mundo branco, em um mundo de homens. O processo de inferiorização é diário, sou o produto da colonização, se não mais quiser uma “besta de carga” responsável por abrir a cidade (VERGÉS, 2020), a lógica colonial me diz que terei que me branquear. Se no passado o branqueamento foi um projeto civilizatório do sujeito branco, hoje a universidade me tornará “humana”: “Então tentarei simplesmente fazer-me branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer minha humanidade (FANON, 2008, p. 94).

Fanon (2008) explica que os polos simbólicos inferior e superior criam inconscientemente um complexo de dependência por parte do sujeito branco. Para isso ele precisa experimentar todas as suas fraquezas no outro, tornando-se um sujeito perfeito. Desta maneira se materializa o privilégio da raça, gênero ou da classe, o sujeito ideal, o sujeito de direito. A gestora Jaciguara Dantas nos aponta dois desafios acerca da raça e da classe, primeiro que é muito difícil questionar a questão da branquitude e seus privilégios em nossa sociedade e segundo, o comprometimento de negros e negras que conseguiram furar a bolha econômica:

Mas eu acho que a questão do branqueamento é muito forte os privilégios da branquitude são muito fortes as pessoas não querem reconhecer que são privilegiadas, ou têm dificuldades de reconhecer que são privilegiados, pelo simples fato de serem brancos ou não serem negros. Eu acho que o grande desafio que o negro que ascende socialmente tem, ele não procurar continuar

sendo quem ele é, ou seja manter pertencimento a uma raça, por mais que você mude seu patamar social, onde quer que você esteja sempre será um negro e que você em que bonito que isso é, porque você nunca vai integrar ou pertencer à raça branca que isso é extremamente significativo. Porque isso abre o campo de representatividade, mas, sobretudo, abre a possibilidade concreta de onde quer que você esteja contribuir para o reconhecimento dos direitos da população negra.

Trago novamente as categorias analíticas levantadas por hooks (2019a), margem e centro. A autora nos explica que as mulheres negras têm mais chances de obter permissão para estarem no centro, por meio de elementos estruturais, sejam eles simbólicos ou físicos, mas não no sentido de fazerem parte do centro, mas de prestarem serviços para o centro, desde que depois retornem para as margens. Entre o dito e o não dito, fica nítido que lá não é lugar para elas.

O ideal do branqueamento é um processo regulador de quem entra e de quem sai do centro. Quanto mais claro o tom da pele, mais chance de ter o passaporte racial carimbado. Já para aquele de tom escuro é expedida uma autorização temporária que é renovada todas as vezes que o caminho de volta para margem é realizado pela trabalhadora doméstica. Bartolina Catanante chama nossa atenção que corpos negros de tom escuro só são vistos no centro com a autorização temporária.

Muito presente e muito forte, eu diria assim que essa questão do branqueamento está presente em todas as relações. Desde o momento que você vem atender a porta que alguém te fala: "Não, chama a patroa", você entendeu? Isso é muito presente e a vantagem que eu vejo hoje é que tem mais pessoas se declarando negras.

Como vimos no primeiro capítulo, em nosso país sofremos o racismo de fenótipo. Por conta do processo de miscigenação temos negros de vários tons de pele. Aquele que tem o tom mais escuro acaba sofrendo mais com o racismo e a marginalização, já eu, pela "norma", quanto mais branco mais próximo de alcançar o *status* de humano, de sujeito de direitos e de posse. E isso, como mostram nossas gestoras, também se observa na intelectualidade.

Mas, em função da vivência no movimento negro, as gestoras foram desconstruindo a imagem de intelectualidade produzida pela lógica ocidental e colonial e veem a importância da intelectualidade negra estar articulada aos conhecimentos e lutas dos negros, em especial, as lutas das mulheres negras, dissociando a intelectualidade da branquitude e da masculinidade.

2.3 DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS MULHERES NEGRAS DO GRUPO TEZ PARA LUTAR CONTRA O IDEAL DE BRANQUEAMENTO

Com a maior população negra fora do continente africano, os africanos e seus descendentes sofrem e sofreram com o processo de branqueamento no Brasil. O pan africanista Nascimento (2016) nos explica que existiram várias frentes de embranquecimento da população negra no território brasileiro. Na categoria anterior analisamos o branqueamento do conhecimento, e como o mundo acadêmico está marcado por determinados corpos e seus conhecimentos. Nessa direção levantamos alguns questionamentos e apontamos alternativas para a mudança de mentalidade.

Entendo o processo da escravidão - colonialismo como uma política da morte, seja ela simbólica ou física. Na lógica racista, o embranquecimento é necessário para a sobrevivência do colonialismo e desaparecimento da população negra:

O processo de miscigenação, fundamentado na exploração sexual da mulher negra, foi erguido como um fenômeno de puro e simples genocídio. O “problema” seria resolvido pela eliminação da população afrodescendente. Com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país. Tal proposta foi recebida com elogios calorosos e grandes sinais de alívio otimista pela preocupada classe dominante (NASCIMENTO, 2016, p. 67).

Ao analisarmos as literaturas sobre a escravidão moderna, podemos observar que ela se configurou de forma diferente em cada colônia do continente americano, desde a política demográfica ou nas estruturas das relações sociais. A miscigenação por influência do darwinismo social, denominou a mistura étnica entre branco e negro de mulato, indivíduo este que não era visto com bons olhos por essa teoria, tornando-se assim proibida por parte dos órgãos oficiais (MUNANGA, 1999).

O medo era que o mestiço reclamasse “seu direito a herança” ou se rebelasse contra o processo de escravidão, já que ele tinha sangue branco. Essa ideia se espalhou por todo continente americano, porém no caso brasileiro a mistura étnica era a solução para inúmeros problemas internos, como a falta de mulheres brancas, alta taxa da mortalidade dos escravizados, seja durante o tráfico ou durante o trabalho.

A política de miscigenação tinha como objetivo conter a “proliferação” dos ditos “criolos” e o clareamento populacional, já que muitos intelectuais da época relacionavam o atraso econômico e cultural do Brasil com o aumento da população negra no país. Do ponto de vista do êxito colonial, o Brasil torna-se espelho das relações sociais entre a harmonia das três raças: brancos, negros e indígenas. Foi o país que desenvolveu um mecanismo físico e simbólico do embranquecimento da pele e cultural. O antropólogo Munanga (1999) nos explica que a criação de uma pseudo identidade nacional foi um projeto pensado por uma gama de cientistas e materializada pela política de imigração europeia em massa do Governo brasileiro, para evitar os conflitos sociais:

A elite "pensante" do país tinha clara consciência de que o processo de miscigenação, ao anular a superioridade numérica do negro e ao alienar seus descendentes mestiços graças à ideologia de branqueamento, ia evitar os prováveis conflitos raciais conhecidos em outros países, de um lado e, por outro lado, garantir o comando (MUNAGA, 1999, p. 78).

O ideal do branqueamento de pele, conhecido como eugenia, no caso brasileiro, aconteceria pelo melhoramento genético. Segundo o cientista João Batista de Lacerda (1846-1915), a extinção dos negros pela mestiçagem seria efetivado em cerca de cem anos, ou seja, três gerações. Os números apontados por Schucman (2012) mostram de forma nítida o empenho do governo brasileiro em apagar sua “origem africana”, era necessário voltar aos moldes brancos de civilidade:

Entre 1820 e 1903, desembarcaram no Brasil cerca de um milhão e 140 mil italianos, 549 mil portugueses, 212 mil espanhóis e 89 mil alemães. E em números menores, pessoas de todos os cantos da Europa. A imigração continuou alta durante o início do século XX, diminuindo após a década de 1930. Entraram, nesse período, diversos grupos. Entre 1904 e 1972, desembarcaram um milhão e 240 mil portugueses, 484 mil italianos, 505 mil espanhóis, 248 mil japoneses e 171 mil alemães (SCHUCMAN, 2012, p. 62).

As teorias científicas racistas foram vitais para o funcionamento do ideal de branqueamento. Elas estavam espalhadas por diversas áreas do conhecimento, da medicina à literatura. Esse processo resultou na discriminação por completo no que se refere ao sujeito negro, porém, como a questão de raça em nosso país é marcada pelo fenótipo, a estética corpórea foi a que mais sofreu impacto. A depreciação desses corpos está presente na construção das representações sociais, onde os corpos negros e em sua grande maioria o das mulheres negras são invisibilizados em detrimento da estética hegemônica/branca. Em tempos

atuais é fato inquestionável que graças ao feminismo negro muitas mulheres estão libertas dessa opressão, como aponta nossa gestora Lucimar Rosa Dias:

Nós éramos levadas, especialmente mulheres, a alisar o cabelo, a parecer branca do ponto de vista estético e eu acho que nisso nós avançamos muito. Eu trabalho com infância, então pra mim é sempre muito emocionante ver as crianças negras assumindo uma estética negra, cabelo crespo, uma forma de estar no mundo dizendo: “Eu sou Negra!”

Nascimento (2016) nos alerta sobre as inúmeras tentativas de nos enfiar goela a baixo “elementos de predominância branca”, pois só assim poder-se-ia conquistar a “condição de branca” de ser e ao nos submetemos a isso estaríamos livres de sofrer preconceito ou discriminação por ser de outra cultura, já que agora desfrutaríamos das mesmas regras sociais. O processo de alisarmos o cabelo seria uma estratégia para estamos nesse mundo branco.

A efetivação do racismo se dá no campo do discurso, no primeiro momento os cientistas utilizaram a medicina para justificar uma possível inferioridade biológica das pessoas negras, já no segundo momento, utilizaram a literatura para justificar a superioridade cultural da estética da mulher branca. Como já citamos, para a gestora Lucimar Rosa Dias “[...] Nós éramos levadas, especialmente mulheres, a alisar o cabelo, a parecer branca do ponto de vista estético”. A questão estética não se sobrepõe à questão biológica, as duas estão intrinsecamente ligadas: “Portanto, o racismo biológico e a discriminação cultural não constituem dois sistemas distintos, mas dois registros do racismo. Na maioria das vezes, os discursos da diferença biológica e cultural estão em jogo simultaneamente” (HALL, 2003, p. 79).

Nascimento (2016) salienta que mesmo que o ideal do branqueamento de pele não tenha se efetivado, já que conforme os dados do IBGE pretos e pardos somam 56% da população brasileira, o imaginário desse ideal ainda faz parte da nossa realidade. A gestora Sheila Azevedo nos explica que seu trabalho caminha na desconstrução do processo do branqueamento e na busca de novas representatividades culturais na educação infantil:

[...] hoje eu vejo que o meu trabalho é de zelar pela educação infantil e principalmente com as meninas na questão da representatividade [...] porque as meninas negras têm que se conformar em ter bonecas da branquitude e a gente tem que se conformar. Se você procura uma boneca estilo Barbie, aquelas articuladas, aquelas magrinhas compridinhas, negras dificilmente você acha, você não acha para comprar, você vai nesses lojão varejista, você não acha, difícilimo. Por quê? Porque o mercado não tem intenção, não tem

uma intencionalidade para isso, não tem. A marca Barbie hoje já tem bonecas negras da Barbie, que são edições especiais e caríssima, e por quê? Porque eles não querem popularizar, eles não veem beleza, a beleza é a Barbie loira, do olho azul, cabelão, aquele estereótipo da mulher, e que é vendido para a criança desde pequeno, já é vendido que você tem que ser como aquela mulher. Que representatividade as crianças vão ter?

Essa marca da branquitude ainda presente, inclusive nas bonecas, está relacionada com o período colonial e pós-abolição quando se propagou a teoria da mestiçagem e o ideal de branqueamento. No processo de abolição e até mesmo da criação de uma identidade nacional pós-escravidão, o branqueamento foi uma estratégia social por parte de uma elite econômica temerosa, por conta dos acontecimentos da República de São Domingues, atualmente o Haiti. O medo era que os escravizados se revoltassem e tomassem o poder de forma violenta. Contrariando o estereótipo de passividade do negro, o movimento negro vem tencionando a sociedade brasileira e a gestora Bartolina Catanante nos explica como o Grupo TEZ vem desempenhando o papel central no processo de desconstrução do ideal de branquitude:

Grupo TEZ tem feito sim. Eu estou encantada com um movimento das pessoas do próprio Grupo TEZ que estão participando do projeto da Lei Aldir Blanc, com projetos apresentados, você entendeu? Hoje mesmo eu vi dois vídeos muito lindos debatendo essa questão racial. Tem um que falava justamente do negro da tez clara e aí fazia esse debate de uma forma bem interessante. E daí tem a fala de uma senhora: "Não, eu sempre fui moreninha, sempre fui morena. Quando eu era pequena, eu era moreninha, eu nunca fui branquinha". Então eu pensei, nossa ela tem uma definição de pardo espetacular. Dai ela falou "eu nunca fui branquinha", se não é branquinha, é negra. Mesmo debatendo a questão da tez claro tudo.

Se no passado colonial brasileiro a alienação da superioridade racial se deu via caracteres biológicos por acreditar que existiam características fenotípicas, como cor da pele, que tornariam o sujeito mais humano que outros, no século XX, ao ser derrubada a ideia de raça, muitos intelectuais continuaram eugenistas e recorreram à categoria de cultura como algo estático, em substituição à ideia de raça. A cultura está ligada à geopolítica da origem dos sujeitos, os europeus (branquitude) são vistos como cultos em oposição aos negros e indígenas, vistos como não tendo cultura. Essas questões definem as relações de poder e as posições que cada grupo ocupa na sociedade brasileira. Faz com que as representações relacionadas à branquitude sejam vistas como normais ou naturais. A brancura é privilégio simbólico daquele que determina quem são os outros. A miscigenação por sua vez “eleva” o negro ao diluir suas características fenotípicas. A raça se torna filha do racismo. Como afirma

Bento (2002), apesar do branqueamento ter sido inventado para apagar a identidade e cultura negra, negros e negras são acusadas de quererem se transformar em brancos:

o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais. [...] o modelo universal de humanidade, alvo da inveja e do desejo dos outros grupos raciais não brancos e, portanto, encarados como não tão humanos (BENTO, 2002, p. 02).

Diante da naturalização das relações de poder, seja por questões de classe, de gênero ou de raça, ou na intersecção delas, podemos perceber o quanto o privilégio da branquitude de origem burguesa está presente em nossa sociedade. No que se refere à configuração de família, como explica a gestora Bartolina Catanante, as mulheres negras atualmente são a maioria como chefes de família, mas recebem baixos salários e ainda não são configuradas no *status* de família, pois pela lógica hegemônica estão configuradas como mães solteiras, *status* civil para mulheres que têm filhos sem maridos e por isso são sujeitos de segunda classe:

as mulheres pretas ganham menos que os homens pretos e as mulheres pretas ganham menos que as mulheres não pretas, que as mulheres brancas. E as mulheres no Brasil ganham menos que os homens, então são muitos desafios, são muitas questões. E daí quando você vai olhar nesses mesmos dados econômicos, as mulheres negras estão como chefe de família quase que 50%, certo? E quando você vai olhar essas 50% de mulheres negras e tal, a maioria também são mães soltas, entendeu? [...] Porque elas são invisibilizadas né. Essa mulher solo, chefe de família, não é considerada a família. Porque a família nesse sistema patriarcal é essa família tradicionalmente vista como o pai, a mãe, o avô, a avó, os filhos. Então elas são invisibilizadas, as chefes de família, mães soltas.

Se no passado o senhor da casa grande tinha a posse dos úteros das mulheres negras e sobre eles se materializava o processo do branqueamento forçado, hoje essas mulheres são vistas como ameaças, segundo Collins (2020), seja pelos seus desvios libidinosos e provocativos para os homens, comprometendo a ordem da família tradicional, ou pela falta de planejamento no processo de natalidade, aumentando assim o contingente de mestiços e negros.

Desta forma, a branquitude aciona dois mecanismos de defesa para manter o seu privilégio: primeiro, invisibilizar o protagonismo das mulheres negras na chefia econômica da família via sexismo; segundo, propagar o processo de castração em massa, que tem como objetivo diminuir a taxa de natalidade de indivíduos negros e pobres. Como se pode perceber,

isso fica nítido na atuação da Fundação *Bill e Melinda Gates*, que tem como proposta cuidar da saúde da mulher, mas acaba por priorizar as mulheres negras, “conscientizando-as” para não terem tantos filhos, para evitar o aumento da população negra (VERGÉS, 2020). Essa fundação pretende se espalhar por todo o terceiro mundo, inclusive já existe em Campo Grande - MS.

A psicóloga Bento (2002), ao analisar a branquidade, explica que ela se funda sobre o pacto narcísico, amar algo que é projetado que é bom, “nosso semelhante”, e o ódio narcísico é tudo que ela quer esconder que seria “ruim”, no caso, tudo o que é ruim é projetado no negro. Munanga (1999) afirma que o processo do branqueamento foi uma espécie de genocídio populacional. Já Fanon (2008) compara o fato com o holocausto, por se tratar de um fenômeno ligado à raça. Nessa lógica a gestora Sheila Azevedo afirma que existe uma naturalização das mortes de corpos negros no Brasil:

Recentemente um menino foi torturado por um padrasto, pela mãe, e foi uma comoção nacional, um menino branco, de elite e aquela coisa toda, e virou uma comoção nacional, no jornal tem até hoje notícias disso, as pessoas foram presas, e no ano passado quando o filho da empregada caiu do prédio porque a mãe estava trabalhando na casa, ela trabalhava como empregada e a patroa deixou o menino subir no elevador sozinho e ele caiu desse prédio de não sei quantos andares e esse menino morreu, um menino negro. Quando você fala eu quero justiça por fulano lá, a mais isso é mimimi, era uma criança gente, era uma criança, e hoje essa mãe não tem o filho dela, essa menina que foi assassinada recentemente por uma bala perdida, essa criança que estava no ventre dela não teve nem direito de escolha, morreu junto com a mãe, e era uma mulher negra, ninguém fala mais nada agora.

Diante da naturalização das relações de poder advindas da questão racial que foi fundada no processo de escravização, alguns corpos têm mais direitos que outros. Bento (2002) tece algumas críticas aos sociólogos Florestan Fernandes e Octavio Ianni, pois eles se referem ao impacto da escravidão e do branqueamento na psique dos negros e em nenhum momento falam sobre o impacto na psique dos brancos. Como destaca Bento (2002, p. 23), nas obras desses autores, “[...] A exclusão e a marginalização do negro foram interpretadas também como resultado de seu despreparo” e não como resultado do pacto narcísico da branquitude em preferir os trabalhadores imigrantes, seus semelhantes originais. O branqueamento ainda continua sendo uma estratégia de dominação das subjetividades negras. O trabalho do movimento negro é combater qualquer tipo de etnocentrismo e buscar a

igualdade racial. A gestora Lucimar Rosa Dias afirma que houve mudanças significativas no que se refere à representatividade negra a partir da luta coletiva:

Ouso dizer que estamos ganhando esse jogo. Cada vez mais em propagandas se você pegar e analisar, aquilo que o Joel analisa nas novelas, novela é linear branco, mas se você pegar esse ano de 2020, as propagandas comerciais, é impressionante a quantidade de pessoas negras que a gente vai ver. Então a gente tem um ganho em algumas áreas muito fortes, mas a gente ainda precisa avançar mais. Então sim o Grupo TEZ colabora com isso é parte dessa luta antirracista e esse questionamento do branqueamento do ponto de vista estético e tem crescido cada vez mais o questionamento do branqueamento do conhecimento, dos saberes que são disseminados no campo da ciência. Então eu considero importante, tem muita coisa ainda pra avançar, mas estamos fazendo a luta, isso que é fundamental.

O movimento negro tem apontado quem são os verdadeiros responsáveis pelo processo de discriminação e marginalização do sujeito negro, e tem cobrado um posicionamento das instituições oficiais no que se refere a políticas de reparação, para diminuir a gigantesca desigualdade social que o racismo vem causando ao longo dos anos.

Precisamos de aliados não negros na batalha para a desconstrução da suposta neutralidade das estruturas de poder, que coloca a identidade racial branca como normal nas relações socioculturais. Para Bento (2002), “[...] o silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil tem um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana” (BENTO, 2002, p. 06). Nesse sentido é necessária uma luta antirracista, antipatriarcal e anticapitalista em prol da igualdade por direitos. Isso significa colocar em xeque a universalização da branquitude (HALL, 2003). A branquitude não é universal, ela é a imposição de uma cultura particular como sendo superior e melhor que as demais. Uma imposição que se deu e se dá por meio da violência física e simbólica, que junto com o mito da democracia racial, dificulta a superação do racismo.

2.4 A DESCONSTRUÇÃO DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL: UMA LUTA MUITO NECESSÁRIA

Desde 2018, o Brasil passa por inúmeras mudanças sociais e na esfera política principalmente. Foi nesse ano que se configurou o levante de uma etnia (branca) que estava

“sofrendo” com os avanços das “pautas identitárias” promovidas pelos chamados governos socialistas/comunistas. A branquitude se sentiu ameaçada por não poder expressar sua visão racista, machista e classista da população. O medo da punição judicial e fiscal (multa) contribuiu para levar à presidência do Brasil um sujeito homofóbico e racista. Munanga (2003) nos explica como se configura o racismo:

da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. (MUNANGA, 2003, p. 8)

Na onda do crescimento da extrema direita que se observa no ocidente, e sobretudo, no Brasil, as categorias como raça, etnia e nacionalidade são elementos centrais dos discursos dos governantes. O aumento de casos de xenofobia é alarmante, com a promessa de governar para a nação. Peguemos o caso do Brasil. O atual chefe de Estado está governando para uma parcela da população com raça, cor, gênero e classe bem definida. Nos primeiros discursos oficiais do vice-presidente Hamilton Mourão ele ressuscitou o mito da democracia racial para se referir ao comportamento do cidadão brasileiro, categorizado pela harmonia racial entre brancos, negros e indígenas. Ao destrincharmos cada uma destas categorias vemos que os indivíduos estão pré-fixados em uma categoria genérica, ignorando que existem várias identidades, sejam elas brancas, negras e indígenas.

A raça nesse momento ganha caráter social e não genético. Na fala de Hamilton Mourão (na campanha eleitoral de 2018), ao explicar com se caracterizava a sociedade brasileira, o “caldinho cultural” do Brasil, ele inclui a “indolência” dos povos indígenas e a “malandragem” dos negros africanos. Nessas falas ficam nítidas as diversas formas de alienação dos processos históricos que visam apagar o protagonismo dessas populações, em detrimento da efetivação do sistema capitalista, racista e patriarcal.

A gestora Lucimar Rosa Dias afirma sobre o mito da democracia racial: “Mas ele ainda tem a sua força, sempre que é necessário para definir alguma política, por exemplo, vai aparecer alguém que vai tirar a democracia racial do bolso pra falar: ‘Não! O Brasil tem um problema de classe’”.

Como já destacamos em nossa dissertação, a antropóloga Gonzáles (1988) salienta que nas sociedades latinas existe uma espécie de *racismo por denegação* que seria um racismo camuflado ou disfarçado, por conta dos processos históricos específicos desses territórios e as “teorias como as da miscigenação, da assimilação e da democracia racial” (GONZALÉS, 1988, p. 72) e que foram disseminadas pelos meios de comunicação com o intuito de legitimar o privilégio da branquitude:

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica e mais eficaz: branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz a perpetuação da crença de que as classificações e os valores do ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais (GONZALÉS, 1988, p. 73).

A gestora Sheila Azevedo nos explica que o combate do mito da democracia racial está sendo feito por meio de denúncias via ações de conscientização pelo Grupo TEZ. Além disso, salienta o quanto essas práticas são danosas aos sujeitos negros e como as ações individuais do cotidiano dos seus integrantes são importantes para a sua desconstrução:

Para combater essa questão do mito racial, é fazendo esse trabalho, de combater o racismo. Fazendo os levantes, hoje mesmo vai ter um evento e alguns dos representantes do grupo vão estar lá presentes, que é para combater o atual governo, que é um movimento que vai ser a nível nacional. E é isso, sempre estar fazendo esse combate, fazendo essas questões, recentemente também teve o lançamento de um livro de um integrante do TEZ, que ele vem falando, vem trazendo essa questão do racismo, da corporação do exército, então ali é uma forma de resistência, é uma forma de você estar trazendo o que acontece na realidade, você estar trazendo os fatos reais. Eu acredito que o TEZ, ele vem fazendo esse combate com cada um de nós, que somos integrantes do grupo, e cada integrante vem desenvolvendo naquele campo, naquela área que ele atua. Então eu na atualidade com as minhas crianças da educação infantil, quando eu venho trazendo essa proposta de trabalhar o artefato da questão cultural, de trazer as bonecas negras, de trazer a literatura infantil trazendo os negros como protagonistas, isso já é um trabalho. Você que também é um integrante, você desenvolvendo sua pesquisa do mestrado, trazendo uma pauta, trazendo temática da negritude para suas discussões, você também está desenvolvendo, você está fazendo combate. Então cada um de nós, seja ele em qual espaço estiver, você tendo esse compromisso, você compreender o quanto é importante sua voz e você trazer isso para sua prática do dia-a-dia e ir para sua prática pedagógica, pra quem é professor e até mesmo pela prática de vivência de quem não é professor, mas pro espaço da onde a pessoa desenvolve, trabalha. Eu acredito que é isso, mas de um modo geral o combate que o TEZ que o grupo TEZ faz é com relação mesmo, a maior pauta que ele defende é a ação racista e as ações antirracistas, que é sempre

“você trazendo para as discussões, fazendo *lives*, conversando, agora as reuniões do grupo estão paradas por conta da pandemia.

O mito da democracia racial é marcado pelas desigualdades e pela discriminação étnica, ao mesmo tempo que se fala em harmonia racial, questionamos o que seria essa harmonia. Já que nós, sujeitos negros e negras, estamos nas margens das decisões políticas e econômicas do Brasil. Como pode haver harmonia socio-racial se vivemos em uma sociedade hierarquizada onde o elemento balizador para o “sucesso” é a cor da pele? Para a gestora Jaceguara Dantas esse mito cumpre um papel de normalizador social, já que segundo esse mito o problema é a classe e não a raça. Dessa forma desestabiliza politicamente ações que envolvam a questão racial no que se refere a desigualdades de direitos:

O mito da democracia racial ele sempre existiu e vai existir ainda por muito tempo, o que é muito cômodo, é confortável, é adequado. As pessoas pensarem que nós vivemos em uma sociedade de Igualdade de oportunidades entre todos, isso não é uma verdade. É como se fosse uma corrida em que as pessoas, muitos tivessem a muitos quilômetros de avanço, a frente dos demais e nós estivéssemos a muitos quilômetros atrás e essa corrida disparasse e esse falasse que existe igualdade nessa corrida, não existe igualdade de oportunidades entre negros e brancos, eu desejo muito embora, não acredito que eu vou ver esse mito se tornar realidade, eu espero que os filhos meus filhos enfim, alguma parte da minha geração consiga ver isso se concretizar. Essa realidade se tornar palpável e realmente concreta, mas é só um mito, que cumpre um papel de persuadir de iludir de enganar e sobretudo de tornar confortável a realidade das pessoas que se prevailecem que se beneficiam dessa desigualdade e até tornar-se, digamos assim para as pessoas são prejudicadas por essa realidade não se tornarem tão conscientes de que isso é uma é uma inverdade, uma fantasia é uma falácia para que as pessoas não se conscientizem da necessidade de mudar essa realidade.

A fala da gestora Jaceguara Dantas nos faz lembrar de Gonzales (1988), quando chama o mito da democracia racial de processo de neurose cultural brasileira. Nele, as crianças negras são as mais prejudicadas, pois em nome da suposta igualdade e harmonia, a história e cultura africana não é trabalhada na educação, o que dificulta a construção da identidade étnica afro-brasileira. Faz com que elas cresçam sem saber suas origens, suas histórias e absorvam para si apenas um lado da história, o lado do colonialismo e do branco. Nesse sentido, reafirmamos a necessidade de discutirmos a questão da raça de forma interseccional em sala de aula. Dessa forma, estaremos descolonizando a democracia racial, indo na contra mão das políticas autoritárias do atual governo, que visa nos silenciar e nos

deslegitimar ao afirmar que não existe racismo no Brasil e que isso só acontece no exterior, conforme afirma a gestora Bartolina Catanante:

Hoje a gente tem dados muito concretos para debater e confrontar essa questão do mito da democracia racial. Nós temos dados que colocam esse discurso por água abaixo, mas temos também uma corrente política ideológica que se utiliza disso de uma forma planejada para não enxergar as diferenças históricas e os prejuízos históricos sofridos pela população negra. Então, olha só que desafio, ao mesmo tempo que a gente tem dados estatísticos concretos da realidade da sociedade brasileira, existe um outro pensamento político ideológico que volta o olhar para esse dado e pra essa questão racial, você entendeu? Então a gente tem um movimento contraditório aí, um movimento que não nos deixa descansar, não nos deixa dormir, muito pelo contrário né. Porque se existe um movimento que procura contrapor a essa concepção do mito da democracia racial, existe por outro lado um movimento que quer reforçar isso, invisibiliza todo um processo histórico pelo povo negro.

Ao desvelarmos a hipotética democracia racial, veremos como as estruturas da sociedade brasileira estão alicerçadas em processo discriminatório que é só dela, algo ímpar. Se no início do século XXI ainda se manifestava um racismo a moda da casa, como demonstra a gestora Lucimar Rosa Dias, hoje no país se espalha e se incentiva, assim como nas políticas segregacionistas dos governos de extrema direita, o ódio e a violência sobre os ditos como “Outros”:

[...] O conceito de democracia racial está sendo questionado de forma muito contundente. Então se antes nós tínhamos um racismo que se afirmava pela ideia da democracia, ou seja, não há racismo no Brasil, há um problema de classe e as pessoas racistas elas não se assumiam como racistas, portanto sustentavam a ideia de que não havia racismo, o que a gente vê é um fenômeno bem diferente nesse momento. A gente vê pessoa assumindo sua posição racista nos seus facebook's nas suas redes sociais, questionando abertamente as políticas de ações afirmativas e denominando isso como uma questão de raça. Porque antes as pessoas escondiam a ideia de raça. “Não eu não sou racista, o que eu estou falando é que a gente precisa melhorar a sociedade em ponto de vista da desigualdade econômica”, hoje não, as pessoas dizem: “Não. Eu sou contra ações afirmativas para negros!”. Então há um questionamento não só a partir do ponto de vista das pessoas negras, mas também de pessoas brancas sendo racistas e que assumem essa posição. E, portanto, enfraquecem o mito, sustentam uma sociedade racializada mesmo.

Nesse sentido, qual seria o real problema da desigualdade social sofrida pela população negra no Brasil: uma questão de classe, raça, etnia ou o processo de escravidão?

Munanga (2003), em seus escritos, faz um demonstrativo como a categoria raça foi moldada ao longo dos anos. E que o mito da democracia racial (harmonia racial) vai além de Gilberto Freyre, para ele vem primeiro dos relatos bíblicos no que se refere aos três reis magos branco/europeu, negro/africano e amarelo/indígena.

Se na Biologia a categoria raça se configura por indivíduos da mesma espécie com características similares, por que utilizamos essa definição quando nos referimos à população negra no Brasil, já que sabemos que a ideia de raça propriamente não existe, porém existem sujeitos que são racializados? A ideia de raça que utilizamos em nossa dissertação refere-se a uma categoria política utilizada pelo Movimento Negro. Como aponta a professora Gomes (2011), houve a ressignificação do termo, transformando raça numa categoria política e social, uma categoria de luta contra o racismo:

Raça é entendida, aqui, como uma construção social e histórica. Ela é compreendida também no seu sentido político como uma ressignificação do termo construída na luta política pela superação do racismo na sociedade brasileira. Nesse sentido refere-se ao reconhecimento de uma diferença que nos remete a uma ancestralidade negra e africana. Trata-se, portanto, de uma forma de classificação social construída nas relações sociais, culturais e política brasileiras (GOMES, 2011, p. 110).

A partir dessa problemática é possível questionar que não é verdade que a única desigualdade no Brasil está relacionada à classe social. A rigor, quando a nova elite intelectual defende que a desigualdade deve-se apenas em função da classe social, pretende fugir das teorias darwinistas, que tem, em sua base, a hierarquização explícita, mas de forma implícita continua ignorando o racismo e a desigualdade por elas produzidos. Da mesma forma, o uso do termo etnia pode levar ao “desaparecimento” do racismo. Trazemos novamente o congolês Munanga (2003) para demonstrar o quanto as ideias racistas se aprimoram ao longo do tempo, seja na academia ou nos documentos oficiais no que se refere à utilização do termo etnia, ao se referir à diversidade étnica. O autor chama nossa atenção que o termo etnia torna-se mais aceitável que raça, mas em nada contribui para diminuir a discriminação e o racismo. A substituição de raça por etnia é uma forma de manter o próprio racismo, ocultá-lo, não problematizá-lo:

Alguns fogem do conceito de raça e o substituem pelo conceito de etnia considerado como um lexical mais cômodo que o de raça, em termos de “fala politicamente correta”. Essa substituição não muda nada à realidade do racismo, pois não destrói a relação hierarquizada entre culturas diferentes

que é um dos componentes do racismo. Ou seja, o racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje. O que mudou na realidade são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou intacto (MUNANGA, 2003, p. 13).

O Movimento Negro, ao problematizar o termo raça, rediscute o mito da democracia racial que tem em seus discursos uma suposta neutralidade das relações que foram obtidas pelo colonialismo, ao omitir as diferenças e afirmar uma harmonia racial. A identidade étnico-racial negra é para além do fenótipo. Como já trouxemos anteriormente, é um processo de formação social que se dá dentro do Movimento Negro de forma positiva, superando as representações inferiorizantes e estereotipadas construídas pela lógica da branquidade. Cabe salientar que existem várias formas de ser negro e negra, ou seja, há várias identidades étnico-raciais negras: “A questão é saber se todos têm consciência do conteúdo político dessas expressões e evitam cair no biologismo, pensando que os negros produzem cultura e identidade negras como as laranjeiras produzem laranjas e as mangueiras as mangas” (MUNANGA, 2003, p. 15).

Nesse sentido, é importante lembrar que não devemos seguir uma concepção essencialista e fixa de cultura, mas reconhecer que toda cultura é dinâmica e plural. Os sujeitos, ao se reconhecerem como pertencentes a uma cultura, fortalecem-se mutuamente e aumentam sua capacidade de resistir: “A força do cultural apresenta-se como a melhor forma de resistência. O que não significa que vozes solitárias não se ergam, efetuando análises/denúncias do sistema vigente” (GONZÁLES, 1988, p. 74).

Ao analisar as falas das gestoras, vemos o quanto o Movimento Negro de forma coletiva tem promovido mudanças de mentalidades e sendo o agente tensionador para desconstruir o mito da democracia racial. Porém, o racismo tem suas armadilhas, já que ele é o crime perfeito (MUNANGA, 2010). Conforme a gestora Lucimar Rosa Dias, o mito da democracia racial se reconfigurou, no entanto, a entrada de mais alunas e alunos negros na universidade tem contribuído para a problematização e a desconstrução dessas ideias:

Gente talvez tenha uma reedição do mito é que as pessoas começam a dizer “Não, mas agora isso mudou, porque tem negro não sei aonde” tira o *toquetismo*, tira o “Olha tem a Maju no Jornal Nacional, então acabou o

racismo”. Eu brinco até com o meu filho e falo pra ele “filho, tem tanto negro em propaganda agora que acabou o racismo, na TV né”. Então eu acho que há uma ressignificação do que ele representa pra reiterar essa ideia do não racismo na sociedade brasileira, mas não é a mesma coisa. [...] As políticas de ações afirmativas, a presença negra nas universidades, isso deu um outro tom ao que tínhamos como conceito de democracia racial no Brasil.

Ao enegrecer as universidades esses corpos vêm provocando mudanças nas teorias e nas práticas pedagógicas. Esses alunos, ao indagarem a necessidade de novos clássicos e abandonarem velhas práticas que têm em sua gênese a legitimação da discriminação racial, classe e de gênero, que tem como objetivo hierarquizar e subalternizar, vão se fortalecendo e provocando mudanças nas universidades.

Essas mudanças dão um caráter emancipatório para esses corpos ao proporcionar o autorreconhecimento na construção de novas subjetividades via leitura de intelectuais negros e negras, que tem como objetivo a superação do mito da democracia racial, que tem em seu cerne a justificativa para a violência estrutural acometida pela população negra brasileira. Como relata a gestora Sheila Azevedo:

Esse mito da democracia racial está mais forte do que nunca no atual momento que nós estamos vivendo no Brasil. É umas coisas loucas que eu escuto, isso é recorrente né, é recorrente de se ouvir, essas pessoas que trabalham com programas de TV aberta e até mesmo nos canais da Internet, você os vê falarem esse discurso, aí mais Brasil é o país menos racista do mundo. Aonde gente? As pessoas ainda morrem aqui, as pessoas são assassinadas aqui, um rapaz foi assassinado na porta do supermercado, e o que o rapaz estava fazendo? Tudo bem que a rede do supermercado está lá, está tentando ver se faz alguma coisa. Mas enfim, as pessoas morrem e isso é pouco né, a questão do mito racial, ele está muito popularizado, aí porque essa democracia racial... não existe isso gente, não existe! Isso aí foi uma coisa que foi vendida a partir de uma leitura e que muita gente comprou, e que daí eu escolho de que lado eu quero estar e que bolha eu quero participar, porque hoje eu falo dessa questão da bolha porque o momento atual que a gente vive é tão grave, tão grave que muitos escolheram viver a bolha da alienação.

A cientista política Vegès (2020) vai ao encontro da fala da gestora Sheila Azevedo. A violência colonial não desapareceu como ideologia ou como mecanismo de organização do mundo. Fica nítido quais são os sujeitos que têm o direito à vida e quais não. Nos dias atuais ainda lutamos contra a escravidão de nossos corpos e mentes, sendo necessário dismantellar as

ferramentas que nos aprisionam como corpos marcados pela subalternização em nome do desenvolvimento econômico.

O mito da democracia racial é umas dessas ferramentas que tem como objetivo distorcer ou maquiar o real problema social brasileiro, que é racial, produzindo a marginalização das pessoas negras, em especial as mulheres negras. Há uma política de morte nesse modelo, onde os corpos das mulheres negras são o alvo, foi sobre ele que mais se instituiu o processo do branqueamento, da exploração do trabalho instituído como doméstico e a opressão da ideologia do sexismo. É sob a predação do norte global (VEGÈS, 2020) que nós mulheres negras resistimos. Ao reafirmarmos a raça como categoria política, derrubamos por terra as políticas assimilacionistas, que tentam nos apagar e silenciar. O debate e a implementação das políticas de ações afirmativas é a materialização dessa resistência, é a busca de uma educação étnico-racial, não euro-centrada que leve em conta as histórias e cosmologias africanas e afro-brasileiras.

Ao analisar os relatos das nossas gestoras sobre o mito da democracia racial é possível perceber que ao longo da história só foi ouvida a fala do colonizador branco sobre a relação social e racial que se constitui no Brasil. Mas o movimento negro, com destaque para as mulheres negras, historicamente tem lutado contra ele obtendo algumas conquistas.

2.5. OS ESPAÇOS DA MULHER NEGRA: ENTRE A “INEXISTÊNCIA”, A RESISTÊNCIA E A CONQUISTA DE NOVOS ESPAÇOS

Retomo novamente o que Collins (2020) chama de imagens de controle. Elas se dão em torno da sexualidade e fecundidade da mulher negra. Para pensarmos a trajetória pessoal e profissional das nossas gestoras será fundamental trazer esses dois elementos, como a existência da subjetividade da mulher negra se dá no imaginário social. No Brasil, as imagens que se tem das mulheres negras persistem ligadas ao período escravagista, como uma espécie de mito da caverna de Platão. Os brancos não enxergam as mulheres como elas são, mas apenas as imagens (sombras) que inventaram sobre elas. Imagens segundo as quais as mulheres negras são propriedade dos homens. Veem-nas apenas como corpos servis e as imagens que fogem delas são vistas como assustadoras. A mulher que não é subserviente e submissa é vista como atrevida ou rude.

Ao longo dessa dissertação apresentamos que as mulheres negras passam por diversos processos que tendem a objetificá-las, com vistas à construção e manutenção de uma subjetividade subalternizada por parte da supremacia branca patriarcal. Que visa por meio da estereotipização a fixação de uma identidade, como corpos marginais.

Por meio da interseccionalidade, ao reler as literaturas por esse viés percebemos que as múltiplas identidades se constroem influenciadas pelos contextos sociais, por meio das relações de poder, sendo elas mutáveis e múltiplas. Desta maneira, quando nos referimos às mulheres negras, estamos nos referindo a uma identidade coletiva, mas as identidades individuais se constituem no coletivo. A interseccionalidade tem como tarefa “[...] investigar os complexos emaranhados de experiências interpessoais de gênero, sexualidade, raça, etnia e a capacidade e como eles se relacionam com sistemas maiores de poder, opressão e privilégio social” (BILGE E COLLINS, 2021, p. 189).

É a partir da interseccionalidade que podemos analisar a construção de novas imagens e em quais espaços elas se organizam. Segundo a nossa gestora Bartolina Catanante, se autodefinir e construir uma imagem como mulher negra fora da lógica da colonialidade e da branquidade é um processo político, que perpassa por diversos campos, incluindo a existência pessoal. E o combate contra as violências de gênero, raça e classe vem sendo algo importante na construção de novas imagens, em que estes corpos mais do que terem direito a voz, tem direito à escuta. Trata-se de um processo cotidiano que se dá em diferentes espaços:

Como mulher negra você luta para se formar como estudante, ter posicionamento, enquanto vizinha, pessoa da comunidade, dentro do partido político, eu acho que nunca foi fácil isso, em nenhum momento foi fácil isso. Em nenhum momento isso me foi dado, muito pelo contrário, sempre houve o enfrentamento, sempre houve dificuldade e era preciso sempre passar obstáculos. Então eu digo assim, que a gente vai caminhando e vencendo os obstáculos e aí eu acho que também tem uma característica de como a gente faz esse enfrentamento né. [...] É estarmos nos afirmando em diferentes espaços, mesmo hoje você tem que se afirmar enquanto mulher negra em diferentes espaços.

Toda essa luta torna-se necessária para se contrapor às desigualdades de raça, classe e gênero que fazem com que o ambiente doméstico seja o único espaço destinado às mulheres negras, sendo excluídas das decisões políticas, inclusive na localidade onde vivem. No entanto, o ambiente doméstico é a casa dos patrões brancos. Por isso, o

feminismo burguês, ao focar sua luta na entrada no mercado de trabalho das mulheres, ignora que no caso das mulheres negras, é preciso questionar o tipo de trabalho que é destinado a elas. Para a mulher negra, a entrada no mercado de trabalho, geralmente, significa ser oprimida por uma mulher branca burguesa. No Brasil, nos anos 1970, já existia um exército de reserva de subempregos destinado às mulheres negras, dificultando o acesso à educação. A historiadora Gonzáles explicita a realidade vivenciada pelas mulheres negras no sudeste do Brasil na metade do século XX:

A gente que é pobre tem de estudar pra ver se melhora de vida. A gente vê pelos filhos dos patrões da gente. Todo mundo estuda e vira doutor. Por que então a gente não ia querer que os filhos da gente estudem? Ao menos o primário completo, né? Aí já dá pra conseguir um empreguinho melhor, ganhar o salário, carteira assinada e até fazer o ginásio depois. Tem muita gente que estuda de noite e trabalha de dia. Aqui mesmo no morro tem muita gente que faz isso. Eu até que tentei também. Mas não deu não. Já estou muito velha pra aprender essas coisas de escola; vou fazer vinte e sete anos. Criança é que tem cabeça fresca pra isso (GONZALÉS, 2020, p. 160).

Mesmo que a autora esteja se referindo ao século XX e que nos primeiros anos do século XXI houve alguma melhora para a população negra, incluindo as mulheres, com o golpe jurídico, parlamentar e midiático e posterior eleição de um governo de extrema direita, as condições voltaram a se tornar piores. Os indicadores sociais dos últimos anos não deixam dúvida que são os negros e, sobretudo, as mulheres negras, que mais têm sido impactados pelas políticas neoliberais do governo Bolsonaro. Com a pandemia do Covid-19 e o aumento da desigualdade, a situação piorou mais ainda para a população negra, em especial para as crianças negras, seja pela falta de acesso tecnológico ou até mesmo a necessidade de trabalhar para ajudar na complementação da renda familiar.

Mas como vimos, historicamente, as mulheres negras via movimento negro vêm trilhando caminhos na emancipação individual e coletiva e esse processo se intensificou nos últimos anos. Podemos observar essas mudanças no último pleito eleitoral em 2020, com a eleição de mulheres negras. Ao longo da história, as mulheres negras e homens negros não foram vistos como candidatos com grande potencial pelos partidos políticos. Muito para além de angariar votos, os grandes interesses desses partidos chefiados e organizados por “famílias tradicionais” desde as capitânicas hereditárias foram sempre de permanecer no poder e manter seus privilégios. Isso fica nítido na antiga legislação eleitoral ou até mesmo nas ações e falas dos governantes. Como salienta Carneiro:

Ex-governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf, cuja assessoria elaborou proposta de esterilização massiva das mulheres negras, a partir do argumento de que se o crescimento da população negra não fosse controlado, no ano 2.000 eles seriam maioria absoluta e poderiam disputar o controle do poder político no país (CARNEIRO, 1989, p. 12).

A preocupação do ex-governador explicita o racismo estrutural e o medo da branquitude perder seus privilégios na sociedade brasileira. A gestora Bartolina Catanante nos explica a importância crucial das mulheres negras nas linhas de frente do processo partidário, seja nas bases comunitárias, nas ruas ou nas urnas na atualidade e como essa participação foi crucial para o aumento significativo de parlamentares:

Uma coisa muito interessante que as mulheres negras fizeram e aí pelo partido que eu participo ficou constatado que nos piores momentos da disputa política que foi a partir de 2016, 2018, 2020. As mulheres negras também tomaram pra si esse enfrentamento em um momento extremamente difícil de fazer a disputa política pelos cargos políticos. Então as mulheres dentro do PT foram pra rua pra fazer a disputa política. Então a mulher negra, mulher preta está na vanguarda dessas coisas e os dados revelam isso, mesmo sem a estrutura [...] E isso fica presente como disputa política, se a gente não tiver disputando o nosso lugar de fala, o nosso lugar político, com certeza não seremos lembradas nunca.

De modo semelhante a gestora Bartolina Catanante e a gestora Jaceguara Dantas, acreditam que as transformações políticas acontecem por meio da representação política, de modo que o grupo marginalizado se sinta representado. Só assim será possível a garantia dos direitos:

Eu fui a primeira Procuradora de Justiça dos direitos humanos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul e eu lidei nessa atuação profissional em todos os segmentos excluídos e discriminados da sociedade: as pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, comunidade LGBTQI+, o negro, a mulher, a questão da discriminação da mulher, com travestis transexuais e eu sempre disse para esses segmentos que a representatividade política é o caminho, você não pode querer fazer valer os seus direitos sem uma representação, representatividade política nesse sentido.

Já a gestora Lucimar Rosa Dias afirma ainda que as mulheres negras estão desafiando a norma, já que como vimos, o campo do poder político está dominado pelos homens brancos:

Porque você de fato atua dentro da estrutura de poder. E atuar dentro dessa estrutura de poder é atuar com maioria de homens brancos, héteros que estão

dominando há muito tempo esse lugar. Então as mulheres negras que estão nos representando, elas são muito corajosas. E eu, como mulher negra apoio e me coloco sempre à disposição.

Para Hall (2003), as estruturas de poder têm relação com as práticas anteriores. Nessa lógica, nós mulheres negras ainda vivemos um *déjà vu* do período colonial, na lógica normativa, sendo necessário criar novas práticas, só assim as estruturas serão passíveis de mudanças: “Pode-se dizer que uma estrutura é o resultado das práticas anteriores estruturadas. Estas, portanto constituem as “condições dadas”, o ponto de partida necessário, para novas gerações de práticas”. (HALL, 2003, p. 167).

As mulheres negras de forma coletiva e individual vêm trabalhando para romper com as estruturas de dominação nos espaços de decisões. Para Hall (2003), as estruturas não são fixas ou absolutas, elas são negociadas nas práticas cotidianas e na coletividade.

O ano de 2020 foi desafiador para as mulheres negras no Brasil, foi o ano que iniciou a pandemia do covid-19, trazendo altos índices de empobrecimento, de encarceramento por tráfico de drogas, de feminicídios, suicídios, vítimas do vírus. Por outro lado, houve o aumento de candidaturas de mulheres negras aos legislativos municipais, totalizando 4.088 negras de 187.286 não negras.

Sem sombra de dúvida a necessidade de representação política para pensar e implementar políticas públicas que interfiram especificamente para nós mulheres negras foi o estopim que trouxe mudanças dentro dos partidos políticos, no que se refere à política de paridade de gênero. A gestora Bartolina Catanante aponta que o partido é um espaço de decisão e as mulheres negras precisam estar neste debate. Elas são responsáveis por decidir quem sairá como candidatos e candidatas:

O partido é uma instância de decisão. O partido é uma instância em que as pessoas decidem o rumo, quem fará a definição da política, quem será candidato, quem vai defender recurso. A mulher negra sabendo de tudo isso, ela tem que estar na organização do partido sim. E essa foi, por exemplo, eu participo de um partido político e na organização das mulheres negras desse partido político, o que a gente tomou como decisão a ser encaminhada? Justamente, esse posicionamento que cada mulher negra iria participar de uma instância de decisão no seu estado, no seu município para fazer o enfrentamento de forças e cavar momentos para isso.

Em uma sociedade onde os homens se acham os donos absolutos de cargos, profissões e opiniões, a Gestora Jaceguara Dantas afirma que mesmo que nós mulheres sejamos a maioria populacional ainda assim somos invisibilizadas e silenciadas:

A realidade da mulher negra, nós estamos falando de uma significativa parcela da população que é ignorada, cuja realidade não tem um olhar diferenciado, é uma realidade dessas mulheres é invisibilizada nós somos invisibilizadas.

Para hooks (2019a), as representações no que se referem à negritude, continuam sendo um espaço de luta e resistência contra a normatização da branquitude. A atuação de mulheres negras nos espaços políticos partidários, como destaca Hall (2003), pode ser considerada uma nova geração de práticas. A gestora Lucimar Rosa Dias afirma que os partidos são espaços de luta e resistência para as mulheres negras na busca por mudanças de direitos:

Olha, sem dúvida nenhuma é uma forma de luta e resistência. Eu já fui de partido e hoje não sou mais e não tenho vontade de fazer a militância partidária. Mas sou uma admiradora das muitas mulheres especialmente esse ano que foram eleitas com a pauta racial, de sexualidade, de orientação. E sei que é necessário o partido para operar mudanças no estado democrático de direito.

Contudo, se esperou por muitos anos das mulheres negras uma postura de subjetividade feminista radical, na busca de autorrepresentação nos espaços públicos. hooks (2019a) mostra o quanto é desafiador “nadar contra a corrente”. A autora alerta como é difícil essa missão das mulheres negras. Assumir essa postura é um processo doloroso e violento em determinados momentos. Ela afirma ainda que pode provocar uma possível crise de identidade, já que nem todas as mulheres negras reivindicam essa radicalidade para suas vidas. No que se refere às mulheres negras de classe baixa ou sem acesso à escolarização, essa radicalidade se torna quase inviável. A gestora Lucimar Rosa Dias explicita essas dores como sobrecarga, solidão, insegurança e necessidade de se afirmar como profissional a todo tempo:

A convivência com os pais, os colegas e essa sua necessidade de afirmar pra você mesma que ali é o seu lugar também, que você está em lugar legítimo, que você não é mais e nem menos que ninguém que está ali. É um dilema que eu vivi e às vezes vivo, claro que hoje com muito mais segurança, com

muito mais condições de fazer esse enfrentamento. Mas não é fácil, é difícil para a gente. É uma segunda dificuldade para seu eu fosse, sem menosprezar de maneira nenhuma as mulheres negras que estão nos serviços básicos como doméstica seria um outro enfrentamento, esse enfrentamento de mulher negra intelectual que está ocupando um espaço que é visto ou considerado um não espaço para esses corpos, é um desafio. Então ser uma mulher negra intelectual é um desafio. E o outro que eu acho que é um desafio importante é essa solidão que a gente vive, não só solidão amorosa, afetiva, ela também. Então ser uma mulher negra intelectual é um desafio. E ela é importante, a gente precisa tocar sempre nesse assunto por que a humanidade se constitui pelo afeto e as mulheres negras convivem com a solidão afetiva há muito tempo. Mas a solidão de estar as vezes só você [sente]. Você vai para um evento, está só você. Você vai para uma mesa, está só você. Então essa solidão afetiva intelectual e social.

hooks (2019a) afirma que diante das circunstâncias do racismo, sexismo e da exploração de classe, a construção da subjetividade racial não pode acontecer de forma isolada, ela precisa ser amparada por outras mulheres negras. O grupo TEZ vem desempenhando ao longo de mais de três décadas políticas de proteção comunitária de suas mulheres, buscando diminuir sua solidão, por meio do empoderamento, acesso e fomentação de uma educação crítica e decolonial, na saúde mental, geração de renda, políticas antirracistas, combate ao sexismo institucional, políticas contra a misoginia, na aproximação com a ancestralidade, seja na literatura ou na arte. Esses elementos se encontram no bojo pela busca por justiça social que uma política meramente universalista não contempla.

Enfim, o grupo TEZ tem provocado rachaduras nas estruturas sociais ao contribuir para colocar as mulheres negras em espaços até antes “não habitáveis” para os nossos corpos, como universidade, judiciário e parlamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cientista está revestido de inúmeros estereótipos e como vimos, quando a lógica ocidental pensa a ciência está supondo um ser masculino, branco e heterossexual. As mulheres são excluídas de modo geral e quando são negras, são mais invisibilizadas ainda. Geralmente associa-se esse homem presente num laboratório com vários tubos de análise e seu jaleco branco. Essa imagem se tornou a “norma”. Via de regra, quem faz ciência está relacionado à área das exatas, que supõe que os dados falam por si só. Nesse sentido, desenvolver ciência no contexto das humanidades também tem sido um grande desafio, sobretudo, nesses tempos de ataques sistemáticos à ciência, principalmente, em se tratando das discussões étnico-raciais e de gênero.

O anti-intelectualismo liderado por Jair Messias Bolsonaro tem provocado um mar de cadáveres por todo país, seja pela política do negacionismo à ciência, seja pela da violência de gênero e de raça. Segundo Souza (2019, s. p.), a baixa classe média são os seus maiores apoiadores. Por ela não possuir o conhecimento, em um “mix de inveja e ódio, ela odeia os intelectuais, as universidades, a sociologia e a filosofia”. O negacionismo é o dogma seguido por ela. Já na classe média alta, proveniente de profissionais liberais, há um sentimento de ódio aos pobres e uma ilusão de pertencimento à burguesia brasileira, os verdadeiros ricos nesse país.

Nas últimas décadas, a classe média se sentiu ameaçada ao ter que dividir os espaços predominantemente ditos da branquitude. Nesse sentido, eleger Bolsonaro seria “manter os pobres nos seus devidos lugares”, como indivíduos servis, de subclasse e objetificados. Como afirmou o atual Ministro da economia, Paulo Guedes, empregada doméstica indo pra Disney, não dá. As políticas de acesso às políticas educacionais que fizeram com que muitos negros e negras tivessem acesso às universidades estão sendo questionadas e destruídas. Sobre a bandeira do conservadorismo, da família tradicional e do pentecostalismo uma massa de pobres se encantou pelo dito Messias, gerando assim uma onda de ódio e violência contra os diferentes e desiguais. Estava liberado então ser racista, machista, homofóbico e fascista. Bolsonaro, em seus discursos presidenciais, propaga o ódio entre os brasileiros, a mentira tornou-se a regra básica de sua política, afirma defender o país e o povo brasileiro, mas a rigor o que tem feito é saquear os direitos dos trabalhadores e entregar as riquezas ao mercado internacional.

No campo da educação e da ciência a atuação tem sido no sentido de cortar o financiamento e educadores e cientistas de serem propagadores do “comunismo” e de valores que supostamente atentam contra a pátria, a família, o cristianismo.

No entanto, mesmo com a falta de investimentos para educação, as margens da academia, as pesquisas relacionadas às ciências sociais e humanas por muitos anos utilizaram os parâmetros de análise da dita ciência verdadeira. Por exemplo, nas análises documentais, muitos pesquisadores afirmavam que o documento fala por si só e a imparcialidade e a neutralidade do pesquisador era vista como imprescindível, seja para os pesquisadores da História, seja para os pesquisadores da educação.

Entretanto a história que foi escrita não teve nada de imparcial e neutra. Ela foi fiel ao sujeito que a produziu, mostrando o ponto de vista do colonizador, isto é, do homem branco, e desqualificando os outros, negros e indígenas. Assim, o nosso país apesar de ser muito jovem, conta com uma historiográfica muito bem consolidada. A “história oficial” nos fez acreditar, por exemplo, que o Brasil foi descoberto e não invadido, usurpando os territórios dos povos originários do continente Americano. Da mesma forma nos fez acreditar que ela foi feita por homens brancos, excluindo negros, indígenas e mulheres. No caso das mulheres negras e indígenas houve uma tríplice exclusão e invisibilidade (raça, classe e gênero).

Nossa tarefa nessa pesquisa teve como objetivo ao mesmo tempo que denunciar essa exclusão e invisibilidade, reivindicar o lugar legítimo das mulheres negras, vendo-as como protagonistas de sua história em meio à resistência à opressão em função do sexismo, racismo e classismo. Essas opressões são marcas na vida cotidiana de nós mulheres negras, mas temos resistido e conseguido ocupar espaços até então vistos como sendo apenas dos brancos (homens e mulheres), como a universidade, a intelectualidade, a Justiça, o Parlamento. Essa pesquisa, assim como tantas outras protagonizadas por homens e mulheres do movimento negro, nos mostrou o quanto é urgente revermos e escrevermos a História brasileira na perspectiva do feminismo negro.

Vivenciar a pós-graduação está sendo a encruzilhada de Exu na minha vida. É lugar de reencontro com a minha história, tanto individual, quanto coletiva. Hoje, ela é algo que me movimenta, que me dá sentido, um lugar de aprendizagem, de mais um caminho para a desconstrução do racismo e do sexismo, seja no seu interior, seja na sociedade. É estando aqui que consigo vivenciar minha militância política no Movimento Negro e no Movimento de Mulheres Negras. Não que entenda que haja apenas conhecimento na universidade e que o

título garante sua veracidade, mas pertencer a esse universo é uma estratégia de luta e resistência, é um pertencimento que empodera e afirma minha identidade fora da lógica da colonialidade. É na encruzilhada que as transformações acontecem.

O objetivo deste trabalho foi realizar um estudo das formas de luta e resistência que mulheres negras militantes do Grupo Tez identificam para transgredir o lugar reservado a elas na sociedade racista e sexista, marcada pelo ideal de branqueamento e o mito da democracia racial. Sendo possível por meio da categoria analítica da interseccionalidade desenvolvida pelo Feminismo Negro que leva em conta as opressões de raça, gênero e classe. Os resultados desses estudos deram origem ao capítulo dois para este trabalho.

Foram investigadas cinco categorias, sendo que na primeira categoria, intitulada **Grupo Tez: um espaço importante de afirmação da mulher negra**, mostramos como esse grupo coloca em xeque a dinâmica das relações sociais baseada no processo de hierarquização. A participação no Grupo Tez foi divisor de águas para nossas gestoras, ele proporcionou um entendimento sobre a questão racial em articulação com as relações de gênero. Estar no grupo proporcionou a elas vivenciar a coletividade e experienciar múltiplas identidades na busca da autodefinição de mulher negra, rompendo com os processos impostos pela lógica branca/ocidental. Como apontaram as gestoras, em função da hegemonia branca, elas passaram nos primeiros anos de sua vida por um processo de negação das identidades negras, mas graças ao Grupo TEZ criaram consciência de sua negritude e dos processos de subalternização aos quais foram submetidas por serem negras, mulheres e pobres, isto é, vivenciaram/vivenciam a tríplice opressão.

Ao tomarem consciência da tríplice opressão, perceberam a interseccionalidade de raça, gênero e classe como central em suas vidas. Isso afetou o modo de ser e de estar no mundo para elas. Ao questionarem a tríplice opressão, novos enfrentamentos tornam-se necessários, pois essa atitude não é bem vista pela branquitude. Elas tornam-se uma afronta à regra, por não aceitarem a normalização e por lutarem para se desbranquear.

As gestoras veem sua participação no Grupo Tez como responsável pela constituição de sua subjetividade de mulher negra, provocando mudanças em suas vidas e na vida de outras mulheres negras. Atualmente a resistência dessas mulheres não se dá só pela presença no Grupo Tez, mas em várias frentes, seja na luta do movimento negro de forma mais ampla,

no movimento de mulheres, com destaque para o movimento de mulheres negras. O grupo Tez foi e é um sujeito transformador na vida das nossas gestoras, ele educa, ele ampara, ele constrói e direciona novos caminhos.

Já a segunda categoria, **A intelectualidade negra: conquistas e dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras do Grupo TEZ**, teve como objetivo questionar o que seria intelectualidade para as gestoras. Percebemos na fala das gestoras que há um imaginário social segundo o qual as mulheres negras têm um lugar pré-estabelecido em nossa sociedade como “apenas corpos” nulos em razão à produção de conhecimento. Ainda somos poucas no universo acadêmico e a “única” forma de produzir conhecimento “importante”, segundo a lógica branca é na universidade.

A partir das ideias de intelectualidade negra, para as gestoras a intelectualidade não está associada necessariamente à alta escolarização. Há muitos homens e mulheres negras que não passaram pela universidade e produziram e produzem um conhecimento muito mais importante do que aquele que é produzido na academia. Como a gestora Lucimar Rosa Dias, que disse se espelhar em intelectuais mulheres negras e afirmou que intelectuais são as pessoas que “[...] constroem esse conhecimento necessário para que a gente exista em uma sociedade racista como é a brasileira”. Intelectuais são aqueles e aquelas que transgridem fronteiras discursivas, que pensam e sentem o mundo em busca de mudanças reais, portanto, que propõem outras epistemologias para além da produzida pela braquitude e ou até mesmo pelo feminismo burguês.

Para as gestoras, a posse do conhecimento científico não pode mais estar apenas nas mãos de homens brancos burgueses, sendo necessário inflamar a revolução das subalternizadas. O conhecimento da margem precisa ser o centro das nossas discussões, não podemos mais sustentar velhas mentiras lançadas sobre os nossos corpos. As gestoras sabem que no mundo acadêmico ainda impera a formação “clássica”, a sistematização do conhecimento ocidental, sendo um ambiente machista e racista, mas somam-se a tantos outros membros do movimento negro para mudar essa realidade. Ao problematizar a intelectualidade, as mulheres negras se politizam, reconhecendo que os conhecimentos via prática transmitidos e compartilhados por elas no interior do movimento negro e fora dele as tornam intelectuais que contribuem para a desconstrução da sociedade racista, patriarcal e classista. Reconhecem que o grupo Tez desestabiliza os currículos acadêmicos ao promover a

inserção de outros corpos na academia que estão fora da lógica hegemônica. Seja produzindo outros conhecimentos, seja pela sua presença física, as mulheres negras incentivam a formação de novas intelectualidades no interior do contexto acadêmico.

Na terceira categoria, **Dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras do Grupo TEZ para lutar contra o ideal de branqueamento**, pontuamos junto com as gestoras que houve uma tentativa genocida por meio do processo do branqueamento que visava à extinção dos africanos e seus descendentes em terras brasileiras por meio da mestiçagem, sobretudo, pós abolição oficial da escravatura. Entendemos o processo da escravidão e o colonialismo como uma política da morte, seja ela simbólica ou física.

As gestoras mostram que na lógica racista, o embranquecimento é necessário para a sobrevivência do colonialismo e o desaparecimento da população negra. Nessa direção, nós mulheres negras fomos as maiores vítimas do racismo biológico e da discriminação cultural. Mesmo que os homens negros sofram com o racismo, estão amparados pela ideologia patriarcal, segundo a qual o homem é provedor financeiro e a mulher cuidadora da prole. Com o recorte racial, a mulher negra torna-se uma sub trabalhadora e um corpo não desejado para o matrimônio, recebendo menos pelo trabalho realizado.

Como vimos, as gestoras veem que o processo de branqueamento tem em sua gênese apagar o passado genocida e sanguinário do Brasil em relação à população negra. O genocídio da população negra teve início no período colonial, porém, como destacaram as gestoras, vivenciamos diariamente ações que ceifam os corpos negros. Esse processo, como apontam as gestoras, está naturalizado, pois como lembram, quando há a morte de uma criança branca gera-se uma comoção nacional, sendo que o mesmo não ocorre com a morte diária de crianças negras.

O movimento negro de modo geral, incluindo nossas gestoras, tem apontado quem são os verdadeiros responsáveis pelo processo de discriminação e marginalização do sujeito negro, e tem cobrado um posicionamento das instituições oficiais no que se refere a políticas de reparação, para diminuir a gigantesca desigualdade social que o racismo vem causando ao longo dos anos.

A quarta categoria, **O mito da democracia racial**: uma luta ainda muito necessária, nos mostrou o quanto é imprescindível a luta na atualidade para combater esse mito,

sobretudo, porque temos um governo de extrema direita no Brasil e as categorias como raça, etnia, gênero e nacionalidade são elementos centrais dos discursos dos governantes, não para desenvolver políticas públicas, mas para criminalizar os movimentos.

O mito da democracia racial se faz presente na atualidade, como apontou a gestora Lucimar Rosa Dias: “sempre que é necessário para definir alguma política por exemplo, vai aparecer alguém que vai tirar a democracia racial do bolso pra falar: ‘Não! O Brasil tem um problema de classe’”. O mito se efetiva pela odisseia da harmonia das três raças: brancos, negros e indígenas, um dos mecanismos de embranquecimento e de assimilação forçada dos negros e indígenas à cultura europeia.

As gestoras destacam que esse mito ainda vai permanecer por muito tempo, pois serve aos interesses da elite branca. Ele ilude, ele traz um conforto para os brancos. Nesse sentido, todas as gestoras destacaram a necessidade de continuar mostrando a falácia, como ele é prejudicial para a população negra, e, sobretudo, para as mulheres negras. Segundo esse mito o problema da desigualdade brasileira é a classe e não a raça. Esse mito serve para desestabilizar politicamente as ações que envolvem a questão racial no que se refere a desigualdades de direitos. Por meio desse mito, as representações relacionadas à branquitude são vistas como normais ou naturais, apagando a identidade e cultura negra.

E por fim, na quinta categoria: **Os espaços da mulher negra: entre a “inexistência”, a resistência e a conquista de novos espaços**, mostramos por meio da interseccionalidade que as gestoras estão construindo novas imagens e ocupando novos espaços na sociedade. Para a gestora Bartolina Ramalho Catanante, a autodefinição se tornou imprescindível para romper com a colonialidade do poder, que tende a objetificá-la e fixá-la em uma identidade subalterna.

O combate dos estereótipos passa pela construção de novas imagens de mulher negra, imagens que levem em conta as questões como a de gênero, raça e classe, na existência com a mulher negra fora da lógica produzida pela branquitude. As gestoras destacaram que nunca foi fácil ser mulher negra, o lugar que hoje ocupam (Universidade, Judiciário, Partido Político, Liderança do Grupo TEZ) foi fruto de muita luta e resistência, que num primeiro momento deu-se também no interior do Grupo TEZ, marcado pelo patriarcado.

A luta não é só para ser um corpo com voz, mas um corpo que é escutado. Trata-se de um processo cotidiano que se dá em diferentes espaços em busca de representatividade. Sem sombra de dúvida há necessidade de representações em múltiplos espaços sociais, como o parlamento, o judiciário e a universidade. Se faz necessário pensar a sociedade brasileira para as necessidades específicas das mulheres negras, para que deixem de ser ignoradas e invisibilizadas. O grupo Tez, ao longo da sua fundação, se tornou um agente na busca por justiça social. Em uma sociedade onde os homens se acham os donos da razão, a resistência das mulheres negras no combate ao racismo e ao sexismo ao longo dos anos proporcionou às novas gerações estarem em ambientes nunca habitados por elas.

Concluo a dissertação retomando o Feminismo Negro. Lutando contra as marcas da colonialidade, nós mulheres negras resistimos e (re)existimos na busca de novas possibilidades de subjetividade e de identidade. A reconstrução das representações culturais da História nas Américas, e em especial no Brasil, território que se encontra inserido o Grupo Tez, em relação às mulheres negras está sendo protagonizada pelas próprias mulheres negras. O Movimento Negro, ao incorporar as lutas das mulheres negras, tem sido um dos sujeitos que tensiona e articula os movimentos de resistência em relação às opressões sofridas pelas mulheres negras.

Muitos tendem a afirmar que estamos na base da pirâmide social, sugerindo que somos espectadoras passivas das múltiplas violências. Mas, como circula um ditado lá no partido político que milito: “Nós mulheres negras estamos nas trincheiras da resistência” contra um sistema que tenta por todos os modos nos silenciar e nos inviabilizar com cidadãos de direito.

Podemos afirmar que nós mulheres negras somos sujeitos da encruzilhada, vivenciamos a fronteira todo tempo em uma espécie de imigrante em busca de um porto seguro no mundo das identidades. No processo da desconstrução da identidade alienante da branquitude procuramos por uma identidade que se encontra no presente e na História da população negra.

Essas identidades, como mostramos em nossa dissertação, constrói-se, sobretudo, na luta e na resistência, organizadas em movimentos negros, sem desconsiderar a dimensão de gênero e classe, como aprendemos com as feministas negras. É na luta coletiva, como mulheres negras organizadas em movimento que afirmamos nossa resistência, deixamos de ser espectadoras e nos tornamos protagonistas de nossas vidas e histórias.

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, maio-agosto, pp. 451-470. 2012,
- ARUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**. um Manifesto. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- BACKES, José Licínio. **A negociação das identidades/diferenças no espaço escolar**. São Leopoldo: UNISINOS, 2005. (Tese de Doutorado).
- BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, vol. 3, 2º semestre, p. 458-463, Florianópolis, 1995.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. (Tese de doutorado), São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, 2002.
- BHABHA, Homi K. (1998). **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana L. L. Reis e Gláucia R. E. Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.
- CARNEIRO, Sueli. **Identidade Feminina**. Texto publicado no CACE Informativo – boletim do Centro de Assessoramento e Coord. Empresarial (CACE), ano II, n. 6, p. 11, 1989.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil / Sueli Carneiro**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Feusp, 2005. (Tese de doutorado).
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Silge. **Interseccionalidade**. tradução Rane Souza. – 1. ed.- São Paulo: Boitempo, 2021.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política do empoderamento/ patricia Hill Collins; tradução Jamille Pinheiro Dias**. 1. ed. São Paulo Boitempo, 2019.
- FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscara Brancas**. Salvador. Editora UFUBA, 1 ed. 2008.
- GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial: Por um projeto educativo emancipatório, **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v 2, n.2-3, p. 95-108, jan /dez. 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, Raça e Gênero: Relação Imersa na alteridade**, I Conferência: Relação Étnico e Racial na América Latina e Caribe, abril, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: 6ª reimpressão. Vozes, 2020.

GOMES, Nilma, Lino. **Movimento negro, saberes e a tensão regulação-emancipação do corpo e da corporeidade negra**, Revista Contemporânea, São Paulo, v.1 n2, p. 37-59, jun /dez. 2011.

GOMES, Nilma. Lino. **Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade**. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 6/7, p. 67-82, 1996. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1862>. Acesso em: 14 ago. 2021.

GOMES, Nilma; JESUS, Rodrigo. **As práticas de trabalho com educação étnicos-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/03**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira, apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”**, IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1984.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n°. 92/93, jan./jun. p. 69-82, 1988.

GONZALEZ, Lélia. **A mulher negra na sociedade brasileira**. In: LUZ, Madel, T. (org.). **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 87-106.

GONZALEZ, Lélia. 2020. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar. 375 pp.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. Educação & Realidade. jul/dez. 1997. p. 15-46.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: 1. ed-UFMG, 2003.

hooks, Bell, **Alisando o Nosso Cabelo**, Revista Gazeta- União de escritores y Artista de Cuba, Janeiro-Fevereiro de 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos. retirado do blog coletivomarias.blogspot.com.

hooks, bell. **O Feminismo é para todo mundo**. Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020b.

hooks, bell. **Eu não sou uma mulher? Mulher negras e feminismo/** bell hooks; tradução BHUVI Libanio.- 1 ed- Rio de Janeiro: Rosa dos Tempo, 2019a.

hooks, Bell. **Intelectuais Negras.** Revista Estudos Feministas, n.2, Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação.** São Paulo: Elefante, 2019c.

hooks, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro.** São Paulo: Perspectiva, 2019b.

hooks, bell. **Vivendo de Amor,** 2005b. ><http://www.olibat.com.br/documentos/Vivendo%20de%20Amor%20Bell%20Hooks.pdf>< acesso, 30/05/2021 as 15:34h.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas.** tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil.** In: Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica n.41, p. 1-12, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf acesso 17/06/2021 as 05:22h.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã outsider;** tradução Stephanie Borges. -- 1. ed. -- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

LOTIERZO, Tatiana Helena Pinto. **Contornos do (in)visível: A redenção de Cam, racismo e estética na pintura brasileira do último Oitocentos-** São Paulo, 2013.

MAGNANI, José Guilherme C. & TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.) **Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana.** EDUSP, São Paulo, 1996.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** Global Editora, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** - Petrópolis-RJ: Vozes,1999.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia** - Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03.

NACIMENTO, Abdias. **O quilombismo: Documentos de uma militância Pan-Africanista** - São Paulo, ed. Perspectiva, 2019.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil.** Tempo Social [online]. 2007, v. 19, n. 1 [Acessado 03/01/2022], pp. 287-308. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000100015>>. Epub 21 Ago 2007. ISSN 1809-4554. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000100015>.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil.** Educação em Revista. Belo Horizonte. V. 26. N.01. Abr.2010. p. 15-40.

ORTIZ, Renato. **Diversidade cultural e cosmopolitismo, Uma versão resumida deste texto foi apresentada no encontro "La Dimensión Cultural y Educativa dela Integración Regional: Situaciones y Perspectivas en el Mercosur"**, organizado pelo Centro de Formación para la Integración Regional, Montevideo, Uruguai, dezembro 1997. O presente texto foi também publicado *Nueva Sociedad*, n° 155/1998.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas.** In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 1ª reimpressão, 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

SCHUMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana / Lia Vainer Schucman;** orientadora Leny Sato. -- São Paulo, 2012.

SHAKESPEARE, William. **A tempestade**, Ed. Scipione, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença.** In: SILVA, Tomaz Tadeu OOrg). **Identidade e diferença: a perspectiva os estudos culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 73-102.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. **A entrevista na pesquisa em educação uma arena de significados.** In: COSTA, Marisa Vorraber. **Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 119-142.

SITE Câmara. **Número de deputados negros cresce quase 5%.** <https://www.camara.leg.br/noticias/545913-numero-de-deputados-negros-cresce-quase-5/> [acesso 03/01/2022].

Souza, Jessé. **O que significa Bolsonaro no poder** <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/08/artigo-or-o-que-significa-bolsonaro-no-poder-por-jesse-souza> acesso em 03/01/22

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença. E se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TEZ, Grupo de trabalho e estudos Zumbi. **Perspectivas do Grupo Tez ante as desigualdades, para além da pandemia** - São Paulo-SP: Revista Reconexão Periferia, ed. 20, 2021.> <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/02/Revista-Reconexao-Periferias-Fev-20.pdf> < acesso:22/04/2021: as 05:06h.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Trad. de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial**, Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), 2019.

ANEXO: ENTREVISTAS DAS GESTORAS DO GRUPO DE ESTUDOS ZUMBI

Nome completo: Bartolina Ramalho Catanante / Idade: 58 anos/ Estado Civil: Viúva /
Religião: católica.

Jaqueline: Como foi a entrada da senhora no Grupo TEZ?

Bartolina: Então, eu fui me aproximando do Grupo TEZ, não foi uma entrada oficial assim, fui me aproximando. Primeiro eu vi o Bem Hur na televisão, eu fiquei encantada pelo Bem Hur e pelo que ele dizia, pelas histórias que ele contava pela perspectiva do movimento negro. Aí, em seguida, nessa época, final da década de 80 e início da 90, o grupo TEZ fazia umas festas belíssimas. Festa, bingo, reunião da tarde. Então eu comecei me aproximando por essas atividades culturais que o grupo oferecia. Não tem uma data precisa de quando que eu me aproximei. Então eu frequentava os bingos que era pra arrecadar recursos, as festas temáticas lindíssimas e então fui me aproximando do grupo TEZ dessa forma. Aí eu participava, comecei a fazer palestra no Treze de Maio. E no Treze de maio a demanda por parte das escolas eram muito grandes. Então o grupo fazia o seguinte, quem que eles conheciam que podia dar uma palestra, falar sobre alguma coisa. Então eu era chamada nessas datas pra fazer a palestra. A gente ia para as escolas falar sobre o Treze de Maio, sobre a questão racial. E assim, eu ainda não tinha uma participação orgânica, estava me aproximando, então assim eu comecei a participar, depois eu acho que comecei a participar mais das reuniões de estudos, das reuniões que aconteciam nos sábados. Fui me aproximando aos poucos. O que acontece? Quando que eu tomo ciência ou então que eu me responsabilizo por algumas atividades assim enquanto gestora, enquanto participante militante que deveria tomar pra si esse debate né? Foi na década de 90, no final da década de 90. Eu começo a me aproximar mais organicamente do TEZ, começo a participar das definições da política, do planejamento, aí existe uma participação mais efetiva mesmo, logo em seguida a gente vai pra Secretaria de Educação e aí na Secretaria de Educação uma boa parte do Grupo TEZ vai também e aí a gente se vê envolvido com essa responsabilidade de organizar o Grupo TEZ enquanto fomentador de políticas mesmo né. Então foi nessa entoada que eu entro no Grupo TEZ. Foi bem devagar, eu penso assim. Me apropriando, discutindo, enfim, fazendo essas questões assim, bem pontuais no primeiro momento, mas é aproximando e me capacitando eu penso, essa aproximação aos poucos permitiu né.

Jaqueline: Qual a importância dessa participação para a senhora?

Bartolina: Olha, essa participação hoje o Grupo TEZ, o movimento negro, o debate sobre a questão da etnia, da questão racial e torna central na minha vida né, então as minhas pesquisas vão por esse caminho, o Grupo TEZ e o movimento negro é o que me movimenta na atualidade. Por causa do movimento negro, por causa do Grupo TEZ que eu tenho saído na pandemia. Então eu penso que isso é uma questão central né. E centraliza ainda mais durante a minha passagem pelo mestrado em Educação na cidade de São Carlos. Lá na cidade de São Carlos a professora Petronilha era minha professora e nós estávamos sempre por perto dela e um desses dias próximos do dia 20 de novembro tinha um seminário e eu não estava participando organicamente da organização tal como a gente sempre participava porque os estudantes lá tomavam pra si as organizações dos eventos. E aí nesse dia tinha uma atividade e eu falei no corredor com a professora Petro: “Professora, daqui a pouco estou lá”, ela falou assim: “E porque não estás ainda? – com seu gaúches bem característico. E nessa fala da professora Petro eu entendi e me caiu assim a consciência de que na verdade ela não estava falando daquele momento, mas ela estava falando da minha vida que tinha que estar

centralizada, eu entendi dessa forma que era uma responsabilidade pra minha vida. Então no meio do corredor do Oscar, parece que tudo aquilo que eu vinha fazendo eu tinha que tomar outra direção. Foi a partir daí que eu comecei a ser gestora do TEZ. Não gestora enquanto presidente, mas gestora enquanto grupo que decidia política, enquanto grupo que tinha responsabilidade em fomentar toda política e todo debate na questão racial, então isso eu achei bem, foi um marco nessa participação e partir daí a questão racial centraliza e se entendeu e todas as minhas ações, então acho que isso foi uma coisa bem marcante.

Jaqueline: Porque há mais mulheres no Grupo TEZ do que homens?

Bartolina: Não. Não é que há mais mulheres no Grupo TEZ do que homens não. Eu penso que é bem equilibrado, mas de uns tempos pra cá as mulheres toaram pra si essa gestão e foi nos tempos duros de levar o movimento negro. Então quando ficou muito mais difícil de levar o movimento negro, quem segurou as pontas foram as mulheres e quem tomou pra si esse desafio foram as mulheres. Porque na atual conjuntura, levar o movimento negro tem sido um grande desafio, não tem sido fácil, porque toda conjuntura sócio política econômica na atualidade nos leva ao contrário, nos traz um posicionamento contrário de levar o movimento negro. Então as mulheres tomaram pra si esse desafio e temos feito essa gestão, mas tem mulheres na gestão, ou melhor, homens na própria diretoria, entendeu? A gente não tem esse Norte de estar priorizando somente mulheres, mas temos feito sim gestão feministas, acho que feminina e feminista, uma pauta feminista inclusive. Porque não tem como a gente estar nesse espaço sabendo de todas as condições pelas quais as mulheres passam e não ter uma gestão feminista. Então isso a gente tem consciência, mas o grupo tem bastante homens, nunca contei, mas eu penso que está equilibrado sabe, talvez na gestão executiva a gente tenha um bom tempo tido mulheres, mas na diretoria como um todo sempre tem homens. Então essa é uma das características do Grupo TEZ também.

Jaqueline: O que significa ser uma intelectual negra? Você se considera uma? E a universidade foi importante nesse processo?

Bartolina: Olha, eu penso, muito bacana essa “intelectual negra”. O ano passado eu fui candidata a vereadora e a academia te traz algumas marcas, alguns posicionamentos muito interessantes. Então eu tinha um grupo de pessoas que me acompanhavam e elas diziam: “isso está muito acadêmico”. Então vamos traduzir isso numa proximidade com as pessoas ou então não precisa ser tão intelectualizado isso. Então eu acho que nesse aspecto sim, sou uma intelectual negra né, a gente tem que se ver como essa intelectual, esse mundo todo e assim, a universidade tem dois desafios Jaqueline, vou até pontuar. Porque uma coisa, eu nunca fiquei muito tempo fora da universidade na verdade, acho que eu fiquei uns 2 anos só, quando terminei a graduação não sabia se eu queria fazer mestrado ou não, então eu fiquei acho que 1 e meio for da universidade e logo em seguida acho que já fui pro curso de especialização, mestrado. No mestrado enquanto eu estava, fiz um concurso pra universidade pública, então antes de eu terminar o mestrado eu já estava como professora da universidade. A universidade, você que vem do movimento negro, por exemplo, eu a princípio fazia muito movimento sindical, depois que eu fui para o movimento negro. Você chegando na universidade tem um grande desafio de que a pessoa militante, a pessoa que vem do movimento negro, que vem do movimento sindical, ela precisa se formar enquanto intelectual, enquanto professora, acadêmica, pesquisadora. E aí foi um período muito difícil da minha militância, não da minha militância, mas do julgamento que as pessoas faziam de mim enquanto militante. Porque eu tinha me formar enquanto pesquisadora, focar pra me constituir enquanto pesquisadora, enquanto profissional, enquanto negra nessa universidade e fazer a militância. Então a militância do movimento negro me cobrou muito isso. Só que pra mim e aí

é uma concepção que eu tenho, a militância você não faz simplesmente só no movimento de rua, eu fiz a militância na universidade enquanto me formava como pesquisadora, como acadêmica da universidade, como professora. Porquê? Primeiro, discutidas políticas raciais dentro da universidade, isso eu fiz. Acompanhar todos os cursos na sua definição de política, agregar disciplina, então isso tudo eu fiz, discuti todos os cursos da universidade como seria a educação étnico racial nos cursos, certo. Orientei inúmeros projetos de iniciação científica primeiro, depois nos cursos de especialização, cursos de mestrado, sobre a educação étnico racial. Então não estava pra mim, na minha concepção, não estava separado essa minha formação acadêmica, essa minha firmação profissional da militância, porque eu fiz a militância na universidade enquanto profissional. E você ser uma intelectual orgânica digamos assim ou intelectual tradicional, te rouba muito tempo pra você ser esse intelectual orgânico e assim, pra mim era isso que eu tinha que fazer, então eu fui até um pouco criticada pelo movimento negro porque eu não participava mais dos lançamentos das coisas do movimento social. Mas isso é porque, eu falo sempre que ser professor universitário é um bicho meio estranho, porque a gente se dedica muito tempo a pesquisa. E a pesquisa te rouba esse tempo de rua. Você chega da rua com sol depois de um tempo de militância, você não vai sentar no computador e simplesmente produzir igual, porque você vota exausta, você precisa de outro tempo, etc. Enquanto que a pesquisa não, você senta de manhã, você tem que ler, tem que produzir, tem que comprar dados e tal. Então é uma atividade prática muito solitária e que não combina muito com rua, movimento de rua né, então isso é um desafio pra professora universitária, pra professora pesquisador fazer um movimento negro, um movimento de rua, porque é difícil. Eu ainda consegui em alguns momentos porque eu gosto muito do movimento de rua, do movimento essencial, fazer isso. Mas não é uma tarefa simples que brilha com esse movimento universitário, com essa postura universitária de pesquisa de dados e tudo. Não que eles não possam vir né, você tem que priorizar momentos de rua e momentos de pesquisa. Então eu digo que se constituir enquanto professora e pesquisadora e militante desse movimento negro que de uma forma ou de outra eu nunca abandonei, as vezes eu diminuía um pouco a participação no movimento negro, mas nunca abandonei, então foi um grande desafio. Teve um momento que eu não participei do movimento negro porque o mais importante era esse meu fortalecimento enquanto intelectual enquanto intelectual de uma universidade enquanto professora de uma universidade e aí a gente tem que saber diferenciar, ou seja, você tem que se firmar como a professora competente também, porque senão você fica, não é nem uma coisa e nem outra e isso é um grande desafio mesmo sabe, não é fácil.

Jaqueline: Muito bom, professora. Eu fico nesse dilema assim, será que faço militância? Será que fico na universidade? Ai o Declínio sempre fica: “Jaqueline, essa semana larga de militância, vamos estudar [risos].”

Bartolina: Exatamente. Mas existe esse momento que a gente tem que priorizar, porque você lê livros, confrontar dados da pesquisa. Você não vai pra rua num sol de 30 graus e volta concentrada, não, não é assim. Então a gente tem que entender isso também e tem os momentos de militância e mais ainda. A gente faz a militância na universidade, pra mim, com o trabalho desenvolvido, por exemplo, você ganhar colegas, sensibilizar, passar projetos sobre isso é muito importante né, não é qualquer coisa não. Então você tem pessoas que defendem seu ponto de vista juntos na questão racial e é isso que a gente quer né, eu não quero ficar sozinha defendendo a questão racial dentro da universidade. Eu quero formar um bloco, quero formar um grupo de pesquisa, quero formar a partir do momento que eu saio, ter pessoas que vão fazer esse debate, isso é fundamental. Então isso tudo está nesse desafio de ser pesquisadora da questão racial. Eu sempre dizia, e aí por exemplo, quando eu me preparava para aposentar, falava para as minhas colegas: “Olha, a questão racial é isso, vamos fortalecer

o grupo, vamos fazer. Existe um trabalho importante a ser feito, até mesmo pra você poder se retirar e tal e fortalecer esse ponto de vista, mas é isso, a cobrança existe do movimento negro, que parece que quando você entra na universidade, você não quer saber do movimento, mas não é isso, existe uma etapa importante que é da capacitação e do seu fortalecimento enquanto intelectual e isso Jaque, o Grupo TEZ sofreu muito. Foi um período que eu sai pra me capacitar, a Lucimar saiu pra fazer o seu mestrado, doutorado eu acho, porque o mestrado ela fez aqui, então saiu pra fazer doutorado. A Nilda saiu pra fazer mestrado e doutorado, as mulheres ali, você entendeu? Então várias mulheres se afastaram para se capacitar e é importante isso, é fundamental. Primeiro por causa da natureza do Grupo TEZ. O Grupo TEZ tem uma natureza que é o estudo, a pesquisa. E entendendo isso, muitos de nós se afastaram para se capacitar e é importante, a gente pode perceber que temos um lastro de pessoas extremamente capacitada e que continua no Grupo TEZ e continua na militância, então a gente tem que ter essa percepção também.

Jaqueline: Quais são as principais lutas e formas de resistência desenvolvidas pelo TEZ? A senhora meio que deu uma resposta já.

Bartolina: Então, uma das características do Grupo TEZ sempre foi o estudo, o próprio nome já diz né. Trabalho e Estudos Zumbi. Então o estudo foi uma das características do Grupo TEZ. A princípio a gente fazia a capacitação dos professores indo nas escolas, fazendo as palestras no Treze de Maio que eu lembro. E aí era um corre enorme porque todas as escolas pediam e a gente procurava atender sempre da melhor forma possível essa palestra. Ainda hoje a gente faz isso, esse era um princípio. O outro a gente desenvolveu por anos sessões de estudos todo sábado. Então as pessoas vinham, se capacitavam, falavam. E aí nessa vinda pelo estudo a gente pode dizer sem sombra de dúvida que o movimento negro do estado de Mato Grosso do Sul, e constituiu dentro do TEZ. Os diferentes segmentos oriundos que daí foram e formaram outra instituição nasce dentro do Grupo TEZ, onde as pessoas iam precisando de estudo, conheciam como formar, até mesmo como formar uma ONG, como formar um grupo, então a gente tem essa grande característica também de contribuir com a formação de diferentes grupos que discutem a questão étnico racial. E não é falsa modéstia porque todas as pessoas relatam a importância do TEZ na formação de uma instituição.

A segunda, eu penso que além desse estudo a formação do primeiro cursinho pré-vestibular destinado a alunos negro, estudantes negros, majoritariamente negros, mas sempre contemplou indígenas, pessoas com deficiência e pessoas brancas. Então a proposta sempre foi aberta, é lógico que nessa questão a gente priorizava a maioria negra, mas sempre foi esse curso aberto e o primeiro curso pré-vestibular popular do estado de Mato Grosso do Sul., então a gente tem essa postura também. Os professores eram voluntários e também fazíamos a formação de professores nesse conjunto aí todo de formação. Outra coisa que eu diria é que nós também formulamos o primeiro curso de formação de professores, destinado aos professores da rede, que é o Iboxé, quem em Iorubá significa “para que isso seja aceito”. Então essa foi uma proposta embrião de formação de professores e o primeiro a ser desenvolvido. Paralelo a isso a gente também fomos pioneiros e aí contamos com a parceria da Fundação FORD no curso de preparação para o mestrado e doutorado, o pré-pós, que hoje está na universidade, mas o primeiro curso foi feito com o Grupo TEZ. E aí a Fúvia Rosenberg que na época representava a Fundação Ford que nos ajudou a fazer esse curso, então a gente preparou vários professores pra disputarem uma vaga no mestrado e doutorado. Hoje a gente tem nas universidades públicas esse Pré-Pós e foi muito bacana. Então eu penso que o grupo TEZ teve muita iniciativa de vanguarda, ele se organiza a partir daí e estamos sempre fazendo a contribuição nos debates, seja nas universidades, seja nas escolas para fortalecer a discussão étnico racial.

Jaqueline: Como a senhora vê a relação entre gênero e raça no contexto brasileiro?

Bartolina: Olha, eu vejo assim, são dois temas extremamente importante né Jacqueline, porque a gente discute a questão de gênero, a demanda é terrível, a gente tem inúmeros desafios para avançarmos ou pra debate-los na questão de gênero. E aí na questão de gênero a gente tem a mulher preta né e eu acho que essa questão da mulher preta na sociedade brasileira é extremamente delicada ainda hoje e começamos assim pela questão da valorização salarial. As mulheres tem escolaridade, as mulheres tem ótima capacitação, mas quando a gente vai observar, as mulheres pretas ganham menos que os homens pretos e as mulheres pretas ganham menos que as mulheres não pretas, que as mulheres brancas. E as mulheres no Brasil ganham menos que os homens, então são muitos desafios, são muitas questões. E daí quando você vai olhar nesses mesmos dados econômicos, as mulheres negras estão como chefe de família quase que 50%, certo? E quando você vai olhar essas 50% de mulheres negras e tal, a maioria também são mãe solas.

Entrevista de dissertação da Jacqueline dos Santos

Nome completo: Lucimar Rosa Dias/ Idade: (x) Estado Civil: Divorciada / Religião: Não tem religião oficial

Jaqueline - Como se deu sua entrada no grupo TEZ

Lucimar Rosa Dias: Eu era estudante do curso de pedagogia, já conhecia algumas atividades do grupo, e aí eu fui convidada, se eu não me engano pelo Ben Hur Ferreira para entrar, eu até lembro que eu falei pra ele, há não, grupo que todo sábado se reúne, não quero. Achava que era muito chato né, todo sábado ao invés de fazer outras coisas ir para uma reunião de organização de movimento negro, mas aí eu fui uma vez e gostei, achei que valia a pena passar os sábados nesse grupo, e desde então eu comecei a fazer parte dele.

Jaqueline - Qual a importância dessa participação para você?

Lucimar: Eu acho que estar em coletividade é sempre muito importante, tinha 18 anos, estava começando minha militância, não vinha de uma história de familiares de militância, de ativistas, meus pais não se encaixam nesse perfil clássico de ativistas, eles estavam sobrevivendo, fazendo a luta a partir da sobrevivência da própria vida. Então conhecer outras pessoas que travavam a discussão de raça, e o perfil do grupo que era um perfil de estudo, pra mim foi muito importante, foi muito orientador, porque tinham pessoas mais velhas, e as pessoas estudavam, e eu estava nessa fase de entrar em uma universidade, de me conectar não só com a luta negra, mas com a luta também de classes, comecei a participar de sindicatos de professores, então eu não me sentia sozinha, me somavam outras pessoas e ao mesmo tempo olhava para as pessoas que eram do grupo que eram mais velhas, pessoas que estavam também no mesmo perfil que eu, que eram universitárias, tudo isso me fortalecia pra atuar onde eu estava que era na universidade

Jaqueline - Por que há mais mulheres no grupo TEZ do que homens?

Lucimar: Não sei te responder isso, eu acho que não é um fato constante no TEZ, já houve momentos em que quem tinha mais protagonismo no TEZ eram os homens, se você conversar, os mais antigos militantes são os homens que aparecem, Ben Hur Ferreira, Carlos Porto, Jorge Manhães, então nesse momento histórico, o fato de termos mais mulheres

protagonizando a luta negra, na minha perspectiva tem relação com o próprio fato das mulheres negras ao longo desse processo de ativismo estarem assumindo não mais contentes em ser as secretárias dos grupos, porque normalmente esse era o papel que as mulheres negras ocupavam, elas participavam ativamente da luta, mas o dirigente era homem e nesse momento histórico as mulheres negras assumem também esse lugar de protagonismo, dirigindo, sendo as diretoras, coordenadoras, então acho que o fato desse momento ter um protagonismo feminino no grupo TEZ tem relação com o momento que as mulheres negras vivência, não foi sempre assim no TEZ, talvez não seja sempre assim, se bem que eu acho que depois que as mulheres negras assumiram a direção, descobriram que elas podem, elas não vão mais estabelecer as mesmas relações que eram anteriormente, de ter sua participação secundarizada em nome de algum militante homem, pelo menos essa é a experiência que eu tenho vivido, pelo bem ou pelo mal estou aprendendo que não dá mais né, não dá mais para compor uma mesa que só tem homem, não dá mais para eles só falarem, eu acho que esse processo veio para ficar.

Jaqueline - Você se considera uma? A universidade foi importante nesse processo?

Lucimar: O que significa, bom eu acho que nós, acho que não só mulheres mas que também homens negros passam a ocupar um espaço que lhes é devido, e sim eu me considero uma intelectual negra do ponto de vista clássico, porque numa sociedade, especialmente a nossa brasileira em que a escolarização, pra mim foi um espaço de ascensão social, ser uma Doutora entre tão poucas mulheres negras Doutoradas, me coloca nesse lugar de intelectual para a sociedade de modo geral, estar em um programa que orienta mestrado e doutorado, e aí o percentual é menor ainda de professoras negras, então sim, eu sou uma intelectual do ponto de vista clássico definido pelo padrões ocidentais da sociedade, porque nós temos muitas outras intelectuais, ou seja o que é um intelectual, uma pessoa que pensa o mundo e que define estratégias para a sociedade para viver nesse mundo e que não são Doutoradas, que não tem alta escolarização, que são mulheres que a sociologia chamaria de mulher comum, que produzir uma Carolina por exemplo, Maria de Jesus, pra mim a Carolina é uma intelectual, e ela não teve doutorado, agora tem que ela foi receber o doutorado nas maiores cláusulas que é uma coisa linda de ver, mas pra mostrar que a intelectualidade, esse conceito também, ele é construído para excluir determinados grupos sociais, populações indígenas por exemplo, Ailton Krenak que esse ano teve sua intelectualidade reconhecida, e a muitos líderes indígenas sendo reconhecidos, porque produzem conhecimentos né, eu imagino que um intelectual é esse, que produz conhecimento. Acho que sou uma intelectual acadêmica e me espelho em intelectuais mulheres negras, acadêmicas e não acadêmicas e que constroem esse conhecimento necessário para que a gente exista em uma sociedade racista como é a brasileira.

Jaqueline - Quais são as principais lutas e formas de resistência desenvolvida pelo TEZ?

Lucimar Rosa Dias: Eu acho que o TEZ como parte dos movimentos sociais negros que se organizaram na década de 80, ele começa sua ação militante com a contestação, a gente precisava naquele momento histórico, mais do que hoje, mas ainda precisa, destruir o mito da democracia racial, então grande parte das ações do TEZ era dizer para a sociedade que o racismo existia, contestar as situações de discriminação social vividas por pessoas da comunidade e ele atuou muito forte nesse contexto, ao longo do tempo né, porque o TEZ é um grupo longínquo acho que outras questões foram sendo colocada como importante, a formação de quadros dentro da comunidade negra, a colaboração das pessoas que pertencem

ao TEZ na formação, na construção de políticas públicas, teve um momento do TEZ que muitas pessoas eram pessoas ligadas ao partido dos trabalhadores e quando a gente chega ao poder, o TEZ colabora na instituição de políticas públicas no governo naquele momento e que ficaram até hoje. Eu fui a primeira coordenadora de políticas afirmativas na gestão do Zeca dentro do governo, dentro do estado foi criada uma coordenadoria, eu fui a primeira coordenadora, a partir daquilo nós fizemos várias ações, e o TEZ esteve sempre presente na formulação das políticas, na exigência que essas políticas fossem cumpridas e mesmo pós governos petistas essas coordenadorias existem e muitas delas, elas não são concentradas apenas em Campo Grande, elas se espalharam por vários municípios, e se você for cavoucar como diz os mais velhos, você vai encontrar um ativista que tem relação com o TEZ, e eu falo acho que nós, eu porque conheci outros grupos, outras militância de outros estados, nós do Mato Grosso Do Sul tínhamos uma diferença e continuamos tendo uma diferença partidária entre nós negros, mas isso nunca nos tornou inimigos, o que eu vi em outros espaços, outros estados e a gente conseguiu sempre dialogar entre nós, militantes do PT, do PMDB, que era os dois grupos mais fortes naquele momento, e a gente sempre conseguiu conversar entre si, inclusive as vezes colaborar com essas proposições, ora um governo, ora outro, eu atribuo isso a essa base que o TEZ construiu, ele construiu um jeito diferente de militância, e esse jeito diferente significava diálogo entre os diferentes, porque os negros não são uma massa homogênea que concordam com tudo, há discordância a tensionamento, o TEZ sempre foi esse lugar de unidade, costume dizer que o TEZ é mãe, é mãe, não é pai né, porque ele cria né, gera muitos outros grupos e gera também diferentes militantes, inclusive alguns que saem do TEZ, foram criados nessa lógica, cultura que embora nós temos distinções políticas partidárias, nós temos unidades de combate ao racismo, unidade para atuar sobre isso, então acho que essa uma contribuição muito importante que o grupo TEZ dá a sociedade sul-mato-grossense, e nós sempre dialogamos muito com outros estados, hoje vários nomes, que são nomes nacionais, de ativistas que são reconhecidos, Eder Silva Junior, Maria Aparecida Bento, Edson Cardoso, todos eles passaram pelo TEZ, o TEZ sempre diálogo com essas pessoas, elas estiveram conosco, então a gente ao mesmo tempo que tem um jeito muito próprio de atuar no estado, a gente sempre estava olhando pra fora, olhando nesse diálogo micro e macro, e isso forma as pessoas né, a gente sai formado, tipo de abordagem, militância que as vezes a gente destoa de muitos grupos, "aí eu não quero falar com branco", o TEZ nunca teve essa postura, Eu estou aqui em Curitiba e as vezes eu sou uma pessoa destoante das outras pessoas que militam, porque a minha base era de diálogo, não era uma base de organizar uma base de sociedade sem brancos por exemplo, era de organizar uma sociedade com brancos não racistas, antirracistas, isso eu aprendi no TEZ, e as vezes isso destoa de alguns outros grupos de ativismo, eu não posso dizer se é bom ou se é ruim, eu só acho que é destino e eu me sinto confortável nesse lugar, embora isso gera tensionamento as vezes em outras instituições.

Jaqueline - Como você vê a relação de gênero e raça no contexto brasileiro?

Lucimar: Os dados mostram que existe uma desigualdade tanto de raça quanto de gênero, porque se a gente olha para qualquer dado econômico, social a gente vai perceber o que, mulheres negras continuam na base da pirâmide, exceto na educação que as mulheres avançam mais do que os homens negros, exceto não, a violência ela é distinta para mulheres negras e homens negros, homens negros morrem mais do que mulheres negras de forma violenta, mulheres negras são acometidas pela violência doméstica, então a categoria gênero articulada a categoria raça, ela é fundamental pra gente de fato superar a desigualdade social, só pensar na raça não é suficiente, porque o racismo acomete, afeta de modo muito distintos de homens e mulheres negras, então geracional se a gente pensar em infância que é meu

campo de discussão, então gênero, raça, classe, muito diferente, hoje eu não sou mais uma mulher negra periférica, eu sou uma mulher negra de classe média, e é muito diferente pensar minha experiência e a existência de mulher negra periférica, então todas nós vivenciamos a raça, o racismo, mas na forma que ele opera para cada seguimento, ele é distinto. Então é muito importante cada vez mais tem acontecido que a discussão não seja apenas a partir de uma variada, a raça ela é fundamental, ela é um princípio para pensar as desigualdade, mas ela precisa ser pensada também nessa articulação com outros marcadores diferentes, classe social, gênero, identidade muito distinto, eu que sou uma mulher cis falar de racismo e uma mulher trans falar de racismo, a forma como o racismo opera na vida das pessoas trans, travestis é de outro jeito, então é muito importante que a gente tenha sempre as confecções, os marcadores de diferença ou usando a categoria da *Kimberley Crenshaw*, intersecção para gente chegar cada vez mais perto de como as desigualdade se expressão e desenvolver políticas que deem conta dessas desigualdade, toda vez que a gente trata na generalidade, a gente ataca de certo modo o racismo, mas talvez não para todas as pessoas, eu acho uma ferramenta importante a teoria a intersexualidade por conta disso, ela possibilita que a gente perceba como opera de modo distinto o racismo.

Jaqueline - Você observa a diferença nos partidos políticos em relação a forma como lida a questão da raça e do gênero? Você considera importante como mulher negra, participar ativamente de um partido político? Isso é também uma forma de luta e resistência?

Lucimar: Olha, sem dúvida nenhuma é uma forma de luta e resistência. Eu já fui de partido e hoje não sou mais e não tenho vontade de fazer a militância partidária. Mas sou uma admiradora das muitas mulheres especialmente esse ano que foram eleitas com a pauta racial, de sexualidade, de orientação. E sei que é necessário o partido pra operar mudanças no estado democrático de direito. A forma que se tem de organizar políticas, de defender pautas fundamentais é por meio da política partidária. Então acho que é fundamental, sou uma apoiadora fiz campanha pra mulheres negras este ano e acho que de todas as lutas que eu conheço estão entre as mais difíceis. Porque você de fato atua dentro da estrutura de poder. E atuar dentro dessa estrutura de poder é atuar com maioria de homens brancos, héteros que estão dominando há muito tempo esse lugar, então as mulheres negras que estão nos representando, elas são muito corajosas. E eu, como mulher negra apoio e me coloco sempre à disposição. Eu pessoalmente não tenho nenhuma vontade mais de atuar dentro de partidos. Mas sem eles nós não vamos mudar as estruturas sociais e de poder, então é necessário.

Jaqueline - Quais foram e são as maiores dificuldades que você enfrenta como mulher negra? E como você lida ou lidou com a questão da maternidade?

Lucimar: Eu acho que a maior dificuldade pra mim como mulher negra, não sei e tem uma só. Eu acho que no início a constituição da identidade porque hoje eu estou falando pra você, estou falando deste lugar de mulher negra, mas para tornar-me negra como diz a Neusa Santos é um processo e as mulheres negras passam por esse processo inicia de negação de identidade negra e graças à atuação de grupos como o TEZ, o Movimento Negro, a gente aprende, torna-se negra, toma consciência da sua negritude. Então acho que esse foi o primeiro desafio que vivi como menina negra, como criança negra. E quando você ocupa lugares que são lugares tidos como não lugares pra corpos negros. Então eu sou uma professora universitária, uma doutora. A convivência com os pais, os colegas e essa sua necessidade de afirmar pra você mesma que ali é o seu lugar também, que você está em lugar legítimo, que você não é mais e nem mens que ninguém que está ali. É um dilema que eu vivi e as vezes vivo, claro que hoje com muito mais segurança, com muito mais condições de fazer esse enfrentamento. Mas não

é fácil, e difícil pra gente. É uma segunda dificuldade pra seu eu fosse, sem menosprezar de maneira nenhuma as mulheres negras que estão nos serviços básicos como doméstica seria um outro enfrentamento, esse enfrentamento de mulher negra intelectual que está ocupando um espaço que é visto ou considerado um não espaço para esses coros, é um desafio. Então ser uma mulher negra intelectual é um desafio. E o outro que eu acho que é um desafio importante é essa solidão que a gente vive, não só solidão amorosa, afetiva, ela também. E ela é importante, a gente precisa tocar sempre nesse assunto por que a humanidade se constitui pelo afeto e as mulheres negras convivem com a solidão afetiva há muito tempo. Mas a solidão de estar às vezes só você. Você vai para um evento, está só você. Você vai pra uma mesa, está só você. Então essa solidão afetiva intelectual e social, ela é um desafio só enfrentado porque a gente sabe que ali você está sozinha, mas tem outras se somando a você e isso vai te fortalecendo, mas não é fácil né, consome uma energia que outras pessoas não precisam consumir e agente consome essa energia não só de fazer uma boa palestra, de fazer uma boa intervenção. Mas de estar ali, sabendo que você é a única e que você representa as pessoas, então isso acrescenta um tensionamento a sua existência que a gente gostaria de viver sem, mas faz parte do processo do enfrentamento ao racismo.

Jaqueline - Professora, ouvindo essa sua última fala, a primeira vez que eu tive numa comunidade, que eu fui pro Rio de Janeiro e vi aquele tato de pessoas negras, assim, é uma alegria, foi contagiante, prece que você está em outro planeta. Foi a primeira sensação de emoção que eu tive na minha vida.

Lucimar: Não se sentir a única é? Verdade.

Jaqueline - Você percebe que o ideal do branqueamento ainda é forte na sociedade Brasileira? O Grupo TEZ tem lutado pra combata-lo e como?

Lucimar Rosa Dias: Eu percebo que é forte, mas a sensação que eu tenho, por exemplo, um branqueamento estético. Nós éramos levadas, especialmente mulheres á alisar o cabelo, á parecer branca do ponto de vista estético e eu acho que nisso nós avançamos muito. Eu trabalho com infância, então pra mim é sempre muito emocionante ver as crianças negras assumindo uma estética negra, cabelo crespo, uma forma de estar no mundo dizendo: “Eu sou Negra!”

Então isso eu considero um avanço enorme, mas nós temos outros talvez mais sutis branqueamentos, por exemplo, um que a gente tem discutido. Quais são as nossas referências teóricas metodológicas? Nós temos condições já de fazer esse enfrentamento em todas as áreas de conhecimento?

Notadamente não. Então a gente anda lida com emendas, cursos, formação. Eu estava vendo esses dias uma *live* sobre moda e esteticamente você ê que a população negra já construiu uma estética, inclusive no ponto de vista da roupa, da vestimenta negra. Mas quando vai pra um curso de formação de moda essa estética não aparece como conhecimento. Então há um branqueamento ainda muito forte em espaços de poder, por exemplo, o político como a gente comentou que a maior parte dessas pessoas estão lá definindo política são brancos, são homens. Na produção do conhecimento, nos cursos que formam as pessoas, não as pessoas negras, as pessoas. Ainda e muito forte. Então a Nilma quando naquele livro dela “Movimento Negro Educador” ela fala desses saberes estéticos corpóreos que nós fizemos um belíssimo enfrentamento. Ouso dizer que estamos ganhando esse jogo. Cada vez mais em propagandas se você pegar e analisar, aquilo que o Joel analisa nas novelas, novela é linear branco, mas se você pegar esse ano de 2020, as propagandas comerciais, é impressionante a quantidade de pessoas negras que a gente vai ver. Então a gente tem um ganho em algumas

áreas muito fortes, mas a gente ainda precisa avançar mais. Então sim o Grupo TEZ colabora com isso é parte dessa luta antirracista e esse questionamento do branqueamento do ponto de vista estético e tem crescido cada vez mais o questionamento do branqueamento do conhecimento, dos saberes que são disseminados no campo da ciência. Então eu considero importante, tem muita coisa ainda pra avançar, mas estamos fazendo a luta, isso que é fundamental.

Jaqueline - Com o mito da Democracia racial, você acredita que tem diminuído sua força? o Grupo TEZ tem lutado para combatê-lo? E como?

Lucimar Rosa Dias: Sim. Até eu falo com minhas alunas, explicam a sociedade brasileira, qual o mito da democracia racial e cobro delas. Porque o mito na verdade, o conceito de democracia racial está sendo questionado de forma muito contundente. Então se antes nós tínhamos um racismo que se afirmava pela ideia da democracia, ou seja, não há racismo no Brasil, há um problema de classe e as pessoas racistas elas não se assumiam como racistas, portanto sustentavam a ideia de que não havia racismo, o que a gente vê é um fenômeno bem diferente nesse momento. A gente vê pessoa assumindo sua posição racista nos seus Facebook's nas suas redes sociais, questionando abertamente as políticas de ações afirmativas e denominando isso como uma questão de raça. Porque antes as pessoas escondiam a ideia de raça. “Não eu não sou racista, o que eu estou falando é que a gente precisa melhorar a sociedade em ponto de vista da desigualdade econômica”, hoje não, a pessoas dizem: “Não. Eu sou contra ações afirmativas para negros!”. Então há um questionamento não só a partir do ponto de vista das pessoas negras, mas também de pessoas brancas sendo racistas e que assumem essa posição. E, portanto, enfraquecem o mito, sustentam uma sociedade racializada mesmo. Mas ele ainda tem a sua força, sempre que é necessário para definir alguma política por exemplo, vai aparecer alguém que vai tirar a democracia racial do bolso pra falar: “Não, O Brasil tem um problema de classe”. Mas a for desse argumento é bem menor. Quase ninguém mais questiona por exemplo, eu dou palestra sobre racismo ou formações de professores e educação antirracista desde os anos 80, desde que eu faço parte do TEZ. E a experiência que eu tinha logo nos primeiros anos, dos anos 90, é o que, que as pessoas falavam isso “Não Lucimar, mas não tem racismo”. Hoje eu dou palestra, pouquíssimas pessoas tem a coragem de falar que não tem racismo, na verdade ninguém me fala mais isso. O que as pessoas as vezes começam e aí a gente talvez tenha uma reedição do mito é que as pessoas começam a dizer “Não, mas agora isso mudou, porque tem negro não sei aonde” tira o toquetismo, tira o “Olha tem a Maju Coutinho no Jornal Nacional, então acabou o racismo”. Eu brinco até com o meu filho e falo pra ele “Filho, tem tanto negro em propaganda agora que acabou o racismo na TV né”. Então eu acho que há uma resignificação do que ele representa pra reiterar essa ideia do não racismo na sociedade brasileira, mas não é a mesma coisa. A gente não pode analisar a sociedade brasileira hoje depois eu acho do que ocorreu nos Estados Unidos pessoalmente, por mais que nós brasileiros tenhamos dito todo tempo que o racismo mata, que as pessoas estão morrendo por conta do racismo, a televisão brasileira só entendeu que tinha racismo quando os Estados Unidos fazem o movimento tão contundente depois da morte do George Floyd. Então aquilo lá mobilizou aqui internamente uma outra perspectiva a grande imprensa. Gente viu no Fantástico a pauta do racismo estar, nas grandes redes de televisão não mais pra reiterar a democracia, mas pra apresentar o que acontece com o racimo no Brasil, então a gente tem uma diferença significativa, não dá pra analisar mais em os mesmos moldes que a gente analisava há duas décadas atrás. As políticas de ações afirmativas, a presença negra nas universidades, isso deu um outro tom ao que tínhamos como conceito de democracia racial no Brasil.

Jaqueline - O que a senhora vê como o Termo de Ajustamento de conduta- (Tac) do Ministério Público com o Carrefour?

Lucimar Rosa Dias: Ai Jaqueline, jura que você vai me perguntar isso? [risos]

Olha, eu confesso pra você que inicialmente eu vejo com certo estranhamento, embora eu reconheça que tem, que o que nós precisamos são de ações pragmáticas. Então eu li quando a coalizão Negra Por Direitos que é um grupo que hoje eu reconheço como muito importante pro questionamento do racismo brasileiro. A Coalizão ela está agindo de uma forma muito articulada e trazendo pautas, não só da questão como a gente chama identitárias, mas articulando muito bem o racismo as desigualdades sociais brasileiras, então por exemplo, ela entra com o impeachment contra o atual governo, ela pauta o Fundeb, então ela vai pro amago das políticas públicas que tem um ato direto na vida da população negra. Faz campanha hoje contra a fome e a Coalizão que eu respeito muito se posicionou contrária ao acordo, ao acordo não, porque antes nem era um acordo, a contratação de um grupo de intelectuais negros pra pensar o que fazer. E quando saiu agora os projetos, enfim, o próprio acordo com as famílias, eu fique em dúvida se era o melhor caminho porque a empresa vai trabalhar com isso, mas ouvindo outras pessoas, ouvindo colegas e vendo inclusive outros grupos que eu também respeito muito que é o Educafro, que está conectado com esse processo e pensando que as empresas precisam se comprometer e isso a gente quer delas e pede o tempo todo que elas se comprometam com as políticas antirracistas. Eu estou migrando desse meu estranhamento inicial pra um outro de “Bom, acho que esse é o caminho mesmo”, é necessário que essas instituições se comprometam, financiem programas de combate ao racismo e assumam porque o fato de o *Carrefour* destinar verba para ações de combate ao racismo, assume que a aquilo que a justiça inclusive brasileira não reconheceu como racismo, a empresa reconhece como racismo e se compromete a lutar contra ele. Então eu estou nesse processo de entender, de olhar pra isso e com muita dor porque quando a gente vê uma vida negra sendo assassinada daquela forma você às vezes quer uma ruptura muito forte com a instituição que permitiu aquilo então o processo é meio dolorido sabe, de compreender, por exemplo, eu nunca mais entrei n *Carrefour* e nem sei se eu vou entrar de novo, mas eu sei que com isso ele vai ganhar um selo de empresa antirracista e é importante que, o *Carrefour* vai continuar existindo, eu não comprar no *Carrefour* não vai falir o *Carrefour*. E ele precisa mesmo criar uma política antirracista, mas confesso pra você que é um processo dolorido assim, meio difícil sabe, inclusive da proposição, eu me senti, eu conheço várias pessoas, falei: “Poxa, será que o trabalho duro que a gente faz de antirracismo colado agora com uma marca como essa”. Enfim, não é tão tranquilo, é complicado. Mas eu entendo que essas pessoas também estão agindo. As pessoas que foram contratadas, que pensaram o plano de ação do *Carrefour*, não são pessoas vendidas ao capital. Acho que o Frei Davi não é uma pessoa vendida, acho que o Silvio Almeida também não é uma pessoa vendida. Então por serem eles a frente desse processo eu confio mais nesse processo, mas mesmo assim é meio difícil.

Jaqueline - É dois pesos e duas medidas né?

Lucimar: É. Eu acho que assim, é um peso e uma medida, que é o combate ao racismo, mas sempre aquela tênue. Enquanto esses grandes empresários não estão aproveitando da nossa presença, mas também podia ser uma instituição que não fizesse nada como a gente já tem outras que simplesmente ignoram essa dor que não é a dor só da família dele, mas é uma dor de todos nós que estamos cientes do porquê que ele morreu. Mas a luta antirracismo não é simples, ela é complexa mesma, ela é multifacetada, ela exige muitas vezes de nós um pragmatismo necessário.

Nome completo: Sheila Azevedo Pereira/ **Idade:** 41 anos/ **Estado Civil:** solteira/
Religião: Católica **/duração:** 1.32,03m

Jaqueline: Como se deu sua entrada no grupo TEZ?

Sheila Azevedo: Então, a minha entrada foi muito interessante, eu digo que existiu uma Sheila até 2018 e de 2018 pra cá, porque isso é muito recente né, nós estamos em 2021, então existiu uma Sheila até 2017 e em 2018 nasceu uma outra Sheila, porque eu conheci a professora Bartolina em 2013, eu fui participar de um grupo de pesquisa dela da UEMS, fui por intermédio de um amigo que me levou, que já era orientando dela do programa, e aí eu tinha tentado passar na seleção de mestrado da UEMS junto com esse meu amigo, e ele passou e eu não passei, eu fiquei muito pra baixo, me sentindo derrotada, aí que eu fui ver que eu não sabia nada, não sabia nem estudar, falei nossa quem é você na fila do pão, você tem que estudar muito, você tem que adquirir muito conhecimento pra você querer entrar para um programa de mestrado, e aí esse meu amigo disse vai, vamos lá participar do programa, e aí eu fui, comecei aos sábados participar do programa, das reuniões do grupo, e beleza, eu comecei em 2013, eu conheci as pessoas, elas começaram a me conhecer, aí eu fiz uma disciplina como aluna especial lá no programa de mestrado da UEMS, e assim foi, 2013, 2014, 2015, aí em 2016 eu tentei para aluna regular e passei, eu entrei no final de 2016 e comecei a cursar em 2017, então em 2017 eu cursei as disciplinas regulares e continuava frequentando as reuniões de pesquisas, e assim, eu ouvia falar do TEZ mas nunca tinha ido a uma reunião do TEZ, e isso se deu em 2018, eu não sei porque eu nunca tinha ido no TEZ, não sei, acho nunca tinha tido tempo para mim ir, acho que a professora Bartolina tinha chamado mas eu nunca tinha ido. Em 2018 aconteceu, eu fui em uma reunião e foi muito incrível, isso foi no primeiro dia, e nesse primeiro dia eu já falei, o TEZ tinha ainda o espaço que tinha as reuniões que eram ali próximo a Feira Central, e aí eu fui, eu participei, eu tive a plena certeza, quando essa reunião terminou, olha é uma coisa que eu falei e falo sempre, eu virei-me para um membro do TEZ, do grupo, e eu falei assim, cara, eu não sei em que mundo que eu vivia, onde que eu estava, mas eu tenho a plena certeza que meu lugar é aqui, é aqui nesse lugar que eu tenho que estar, é nesse lugar que eu quero estar, então foi isso, cara foi uma revolução, sabe quando sua cabeça abre e o mundo se abre pra você, foi o que aconteceu comigo, porque assim, eu venho de uma família, meu pai é negro e minha mãe é branca, na minha família nunca teve essa discussão, da negritude, nada, nunca se teve, tanto é que eu nunca se identifiquei como mulher negra, nunca, nunca, eu aceitava que as pessoas me chamassem de morena, eu era uma mulher morena, assim que eu me identificava, ao mesmo tempo eu nunca tive o preconceito e nunca descriminei as pessoas por essa questão da cor, porque isso nunca teve na minha casa, nunca teve, a gente nunca falou sobre isso, eu venho de uma família de cinco irmãos, eu sou a filha do meio, e nunca se teve isso, e é muito interessante isso porque ninguém saiu da cor do meu pai, nós somos em cinco irmãos, ninguém é da cor do meu pai, tanto é que meus dois irmãos mais novos são brancos, o meu irmão caçula é branco e muito parecido com meu avô, pai da minha mãe, senhor Valdemar, ele só faltou sair do olho azul igual meu avô, mas ele saiu branco, do cabelo clarinho, igualzinho ao meu avô Valdemar, você pega foto e olha e o Valdemar, é igualzinho, a minha irmã que saiu com o cabelo crespo, todo mundo fala, aí ela é neguaça, eu via essa expressão e não sabia o que era, desde criança minha mãe falava a Shirley é neguaça, porque ela é branca do olho claro, olhos verdes claro e tem o cabelo crespo, aquele cabelo fogueado amarelo, eu não, eu já sai do cabelo cacheado, sai dessa cor, e o meu cabelo é um castanho escuro, mas eu só fui entender isso depois de adulta, porque uma cabeleireiro falou assim pra mim, mas no fundo seu cabelo é vermelho, se conforma, eu não entendia, que qualquer cor que eu passasse

no meu cabelo, meu cabelo tendência a ficar vermelho, sabe aquele vermelho fogo, é o meu cabelo, tem época que eu fico dois, três meses sem pintar, aí todo mundo fala nossa você pintou de vermelho, porque as pontas começam a ficar vermelhas, começa a foguear, começa a ficar vermelho, e a vida toda sempre foi isso, e eu nunca entendia, aí um cabeleireiro falou pra mim, não o fundo do seu cabelo é vermelho, deve ser por conta dessa mistura da sua família, e os meus irmãos, meus quatro irmãos, meus outros dois irmãos tem esse colorido que eu tenho também, mas esses meus dois irmãos tem o olho claro, eles tem o olho verde, a única que saiu com o olho que não é verde, sou eu. Então meus quatro irmãos tem o olho verde, e detalhe, os meus irmãos, todos tem os traços da minha mãe, então geneticamente falando, quem é a negra da família, sou eu. Porque eu sou a que tem o nariz, os lábios grossos, a coxa, a bunda, tudo sou eu, a minha irmã, meus irmãos, todo mundo tem uma estrutura física da minha mãe, que é mais magra, fina, lógico hoje ela é uma senhora de setenta anos e ela já não tem mais esse corpo, mas os traços dos meus irmãos, os lábios finos, o nariz, tudo é da família da minha mãe, então a negra da minha família sou eu, então eu falo cara era eu que tinha que estudar relações antirraciais, eu tinha que assumir a negritude da família, não ia ter jeito, tinha que ser a Sheila.

Jaqueline: Qual foi a importância de participar do TEZ?

Sheila Azevedo : Então, eu vejo que o TEZ, ele tem um papel muito importante na minha vida, porque a mulher que eu sou hoje, a mulher negra que eu sou hoje em processo de construção, eu devo ao TEZ, meu despertar, essa minha evolução pessoal eu devo ao TEZ, é claro que as leituras, isso também contribuiu, mas eu digo assim, esse processo de eu somente, quando eu entrei no TEZ, porque eu fiquei praticamente quatro, cinco anos participando do grupo de pesquisas, e eu continuava com as mesmas perspectivas, as mesmas atitudes, as mesmas não, mas essa evolução pessoal eu não tive quando eu participava do grupo de pesquisas, ainda estava tendo o trabalho de projeto de pesquisa, isso só veio mesmo depois, quando eu entrei pro TEZ, quando eu passei a frequentar as reuniões, quando eu passei a conhecer e ter um pouco mais de compreensão do que é ser uma pessoa negra e hoje eu tenho plena consciência disso, muitas mudanças vieram né, e mudanças evolutivas pessoais, no meu pensar, no meu agir, no meu vestir, no meu ser, e não foram mudanças tão fáceis, tão simples, porque quando você se descobre, porque você não nasce negro, isso eu já entendi, a gente não nasce negro, a gente se descobre negro, então quando eu me descobri mulher negra isso foi uma escolha que não foi muito fácil fazer, pra mim foi fácil porque eu me joguei, eu não tive dificuldade, eu me joguei, eu me entreguei, isso também é um pouco da minha característica, eu quando decido, quando eu decido algumas coisas na minha vida eu me jogo, eu nem olho para trás, eu não sei, eu nunca pulei de para quedas mas eu acredito que seja isso, eu me jogo, eu pulei de para quedas sem ter o para quedas, depois que eu fui percebendo, eu fui compreendendo o sentido e as dificuldades que é de você fazer escolhas, então eu escolhi ser mulher negra, isso não foi muito fácil porque isso não é algo receptivo dentro da sociedade, você se identificar como mulher negra, isso não é algo que seja agradável ao padrão de normalidade entre a capas da sociedade, te confesso que até na minha família não foi algo que foi bem recebido, é contraditório isso né, por mais que meu pai seja uma pessoa negra, os meus irmãos sejam negros, mas eles não se identificam como negros, não foi algo receptivo, eu assumi meu cabelo e mudar toda minha postura, isso não foi receptivo na minha família.

Jaqueline: Por que há mais mulheres no grupo TEZ do que homens?

Sheila Azevedo: Por que eu acredito que as mulheres tem, primeiro eu acho que existe duas questões aí, primeiro eu acredito que hoje o grupo de mulheres, diante de tantas lutas, de

tantas buscas, as mulheres hoje estão muito mais organizadas do que os homens, isso evolutivamente falando é comprovado, hoje você vê muito mais mulheres na faculdade, terminando um mestrado, um doutorado, do que homens, isso aí já é comprovado, você vê que as mulheres vem de um processo evolutivo maior do que os homens, se a gente for olhar na história hoje da contemporaneidade, hoje as mulheres, até por ela ter essa carga de tripla jornada, ser mãe, arrego de família, o próprio senso do IBGE mostra que hoje, não só hoje mas desde 2010 já vem comprovando que hoje existe muitas mulheres arrego de família, eu acredito que um pouco é isso, essa questão evolutiva das mulheres, e eu acredito que dentro do TEZ especificamente existe mais mulheres porque as mulheres tem muito mais coragem de se assumirem negras do que os homens, porque isso quando acontece, como eu disse essa questão de você se assumir, se identificar como uma mulher negra, como uma pessoa negra, não é algo fácil! Eu acredito que as mulheres tenham mais coragem de assumir isso, porque hoje mesmo o homem sendo negro, o jovem, o rapaz, ele sendo negro ele tem essa dificuldade ainda porque ele quer ser aceito, aliás todos nós queremos ser aceito na sociedade, mas aí você fica naquele campo da aceitação, e quando você se descobre uma pessoa negra, é diferente, você não quer ser aceito, você quer respeito, o homem no meu entender ele fica naquele campo ainda de ter a dificuldade de assumir isso porque vai cobrar dele uma postura, um comportamento que nem sempre o homem está disposto a isso, ele prefere ficar naquele campo, aí do homem exótico, do homem gostoso, do homem desejável, muitos ficam ainda nesse campo, que é esse entendimento que muitas mulheres e da sociedade em si tem do homem negro, daquela coisa do homem exuberante, do homem exótico, e não como um homem, um homem inteligente, um homem capacitado que pode ser o que ele quiser, ele pode estudar, pode alcançar o cargo, o estudo que ele quiser, porque isso também não é algo fácil você assumir isso é um enfrentamento e principalmente no momento atual que a gente vive na sociedade, a gente vê muito isso nesse presidente da fundação Palmares, todo mundo fala, aí ele é o capitão do mato, mas na minha análise, o que ele escolheu, ele é um homem negro, da textura, ele nega a negritude dele, ele nega a historicidade dele e da população negra porque, por que ele fez uma escolha, ele escolheu servir e estar do lado dos brancos fascistas que até subestimam a inteligência dele porque ali o trabalho que ele desenvolve não tem nada dele, ele não tem o direito de escolha ali, ele não tem direito de opinar em nada, ali ele é um serviçal, ao meu entender a minha análise ali, ele é um serviçal, ele serve aos projetos dos brancos e de toda ideologia política que tá por trás daquilo ali, e isso não é algo novo, algo que esta agora, porque se você olhar no tempo da colonização existiam negros assim que também eram identificados como capitão do mato, mas existiam os negros que tinham uma intelectualidade e que serviam aos projetos e as ideias dos brancos, porque ele tá nesse campo e ele quer ser aceito, e é aquela coisa assim, olha vocês estão me criticando mas olha aonde eu estou e olha onde você está, eu cheguei a esse cargo, porque é mais fácil eu negar a minha negritude, negar o legado de um povo e não levantar bandeira nenhuma, militância nenhuma e eu ser por eu mesma, porque aí eu estou defendendo o meu e o interesse dos meus, no meu entender é isso.

Jaqueline: O que significa ser uma intelectual negra? Você se considera uma? A universidade foi importante nesse processo?

Sheila Azevedo: A universidade, o programa do mestrado, não a universidade da faculdade que eu fiz de pedagogia, porque eu sou pedagoga de formação, não. Ela foi importante porque eu tive conhecimento, eu adquiri conhecimentos da minha prática como docente, como professora de educação básica que eu sou, isso ela foi importante, mas eu digo assim, ter passado pelo programa de mestrado estudado dentro das relações étnico-raciais foi muito mais importante, porque é o que eu disse, ela trouxe a renovação daquilo que eu sempre acreditei

nessa questão da teoria e da prática e eu acredito que elas não podem ser desvinculadas, não adianta nada você ter teoria, quando você é professora você ter teoria e você não ter a prática, a vivência da sala de aula, não conhecer o chão da sala de aula, isso aí não adianta de nada, você fica na teoria, na teoria e muitas vezes as pessoas não te compreende porque, por que você não tem essa vivência, você não consegue aliar , em toda vivência que eu tive de graduação de pós-graduação que eu fiz algumas pós e tal, eu nunca tinha me dado conta disso, foi a partir do mestrado que eu tive a certeza, que eu tive a confirmação na minha vida de que é muito importante você saber aliar teoria e prática, porque aí é como se fosse um céu que se abre, você consegue fazer essa conexão, você consegue visualizar aquilo que muitas vezes a teoria tá falando com a prática da sala de aula, e você ter conhecimento, você se identificar como um intelectual, ou se colocar dentro da intelectualidade não é algo muito fácil, não é algo muito simples, porque por mais que você se identifique isso não é algo que é agradável as pessoas, e eu comecei a compreender isso quando eu entrei no programa do mestrado e quando eu concluí eu tive a certeza disso, que pelo fato de eu ser uma professora de educação básica e eu ter conseguido aliar a prática da sala de aula e ter ido lá, ter feito o mestrado trabalhando, estudando isso me tornou uma pessoa não grata junto com meus colegas, e até hoje, isso é visível, é visível porque as pessoas se incomodam por um título que você adquiriu e pelo conhecimento que você tem, é muito louco isso, no início eu tive dificuldade de entender, mas depois com a sequência de coisas que foram acontecendo eu fui compreendendo, eu te confesso que eu tinha dificuldade de falar para as pessoas que eu tinha mestrado, que eu tinha concluído o mestrado, porque dependendo da onde eu estivesse isso poderia me abrir portas ou me fechar portas, é louco isso né, mas isso aconteceu comigo, e isso acontece ainda hoje, porque assim, eu tive muita rejeição por parte dos meus próprios colegas, como assim você tá trabalhando, estudando, como assim você conseguiu entrar nesse programa, é muito louco isso, porque realmente eu trabalhava em cinco escolas, não me pergunta como, mas eu trabalhava em cinco escolas, eu corria em cinco escolas, e ainda cursava as disciplinas segunda e terça lá na UEMS, não me pergunta como eu fazia isso, mais eu fazia, eu dormia em média duas, três horas por noite, mas eu dava conta de fazer os planejamentos, de ir lá ministrar aula, porque é o que eu falei, eu me joguei do avião sem para quedas e depois que eu estava lá voando eu fui ver as consequências da minha escolha, eu escolhi fazer mestrado, sempre foi um sonho, eu sempre quis isso, desde muito lá atrás, desde a pedagogia eu sempre quis, falava que ia fazer mestrado, mas até então eu falava que ia fazer mestrado na alfabetização que era minha praia, sempre foi. Então eu sempre gostei dessa questão da intelectualidade, sempre me identifiquei. Mas eu te confesso que logo quando eu concluí e logo quando eu comecei a cursar, eu comecei a sentir dificuldade de falar para as pessoas que eu estava cursando mestrado e depois quando eu concluí também, eu comecei a sentir dificuldade de falar para as pessoas que eu tinha concluído, porque eu comecei a perceber a rejeição das pessoas, porque dependendo da onde eu estava aquilo seria positivo pra mim ou algo negativo, as pessoas iam torcer nariz pra mim ou não. E hoje eu vivo um processo de libertação, porque assim é um entendimento que você tem que ter das escolhas que você fez, e essas escolhas que a gente faz não é só você ficar afirmando em rede social, não é só você ficar dizendo para as pessoas, mas isso é no dia a dia, é como se fosse uma sementinha, todo dia você tem que plantar, todo dia você tem que semear essa sementinha, porque não é fácil, e principalmente quando você vem de uma história aonde você tinha um grupo de amigas, você vinha de um grupo de pessoas, eu abri mão de pessoas e eu abri mão de coisas que eu vivia que pra mim era muito importante naquele momento, e foi importante, hoje eu tenho a certeza que foi importante pra chegar na mulher que eu sou hoje, na mulher negra que eu sou hoje, mas que para essas pessoas que faziam parte da minha vida, isso foi ruim, isso foi ruim porque sabe aquela coisa, você largou da minha mão, você soltou da minha mão, eu soltei porque eu deixei isso tudo, hoje eu vivo esse processo de libertação porque eu resolvi assumir

e viver as minhas escolhas, que não são fáceis mas foi essas escolhas, chegou um momento Jaque que eu vivi um conflito, eu falava meus Deus. No meu entender isso para mim foi uma coisa simples, pra mim foi algo simples, mas depois eu comecei a fazer uma releitura de tudo que tinha acontecido na minha vida, de todas as escolhas que eu tinha feito, eu falei cara você é louca, você foi muito louca cara. Eu não sei o que você está entendendo tudo que eu estou querendo dizer, não sei se você passou por esse processo, eu tive que abrir mão de amizades, eu tive que abrir mão de lugares que eu ia, eu tive que abrir mão de coisas que eu acreditava, eu li a revista Cláudia, sabe, eu comprava a revista Cláudia, eu lia a revista Cláudia e eu acreditava naquelas coisas dali, eu comprava a revista Glamour, eu lia a revista Glamour, eu não tenho vergonha nenhuma em hoje assumir isso, mas eu lia, eu comprava a revista Veja, eu lia a revista veja, não é que eu não acha que a gente não tenha que ler, mas eu acreditava naquilo ali, e eu acredito que foi muito bom para o meu processo leitura, foi pra minha construção do meu processo de leitura, enquanto pessoa como leitora, como leitor, mas eu acreditava, criança, eu queria ser paqueta da Xuxa, eu sou dessa época, a Xuxa era um ícone, eu gostava da Xuxa e eu queria ser paqueta da Xuxa, hoje eu não sinto raiva disso, mas hoje eu compreendo a falta de representatividade naquela época e que eu acreditava nisso tudo, eu consumia algumas coisas que hoje eu não consumo mais, eu consumia as novelas da globo, não que eu era novelista e assistia todos os personagens, mas eu consumia, entendi, então assim, eu tive que abrir mão, não que eu tive que abrir mão, mas eu tive que deixar para trás.

Jaqueline: Por causa que um posicionamento político né
Sheila Azevedo: Sim, porque assim, desde o meu primeiro voto, eu sempre votei no Lula, eu lembro que eu tinha a estrelinha, tenho até hoje a estrelinha do Lula, e eu votava no Lula, mas sabe aquela coisa assim, você vota, mas você não sabe nem o que você é, era eu na vida cara, era eu. Então eu, eu pagava pacote por mês no salão pra mim ter um cabelo alisado, pra mim ter um cabelo que eu ia ser aceita, que eu ia ser chamada de morena, porque eu era inserida, eu não era da cor das negras, eu olhava para as minhas amigas brancas, do olho claro e eu falava puxa eu ia ser melhor se eu fosse como elas, é louco isso, mas eu falava isso na minha adolescência, porque eu queria, entende? E nunca tive a oportunidade de ter essa vivência que você como adolescente teve, eu não tive, e não tive isso na minha família e nas escolas que eu passei, eu fiz magistério e no magistério que eu fiz eu não tive essa vivência, da pedagogia também não, eu achava que o cabelo bonito era o cabelo escovado, um cabelo com luzes, era um cabelo esticado, porque era dessa forma. Na verdade não tinha nem o entendimento da aceitação, na verdade eu ia ficar parecida com as pessoas com quem eu andava, com quem as pessoas que eu convivia, aí quando eu falo para você que isso não foi uma coisa simples, tem pessoas que elas simplesmente viraram a cara pra mim, no começo foi muito sofrido, foi muito sofrido, eu tinha colegas de trabalho que a gente tinha aproximação nessa coisa de prática, sala de aula, eu fala mais cara, o que aconteceu, aí que eu fui ter o entendimento. E até hoje isso não é bem aceito, não é. Só que hoje eu vivo esse processo sabe Jaque, eu vivo esse processo de libertação, eu tenho um grupo de ex. colegas, da turma de pedagogia, eu apareço lá, converso com as meninas, divulgo as minhas coisas, mas eu sei que muitas, elas se distanciarem de mim por conta dessa questão, dessa escolha que eu fiz, e é louco isso, isso é louco, porque assim, eu não escolhi ser bandido, eu não escolhi ser uma coisa ruim, eu escolhi ser uma mulher negra, eu escolhi assumir o que eu sempre tive comigo que foram as pautas, que foram as pautas da negritude, eu só não tinha o entendimento, mas eu sempre tive sempre tive as pautas de esquerdas comigo. Uma vez eu lembro que eu perguntei para uma professora, não vou citar o nome dela aqui porque acho que não tem nada a ver, não seria ético também da minha parte, mas eu lembro que no mestrado eu perguntei pra ela, eu falei assim, como uma pessoa pode ser marxista, e deixar de ser marxista ou ser de esquerda, e ela

falou assim, olha Sheila, na realidade existe uma coisa assim, essa pessoa nunca foi de esquerda e ela nunca foi marxista, ela simplesmente fez uso daquilo ali no momento que aquilo servia para ela, a partir do momento que aquilo passou a não servir pra ela, ela passou a olhar pra outros lados e ver outras possibilidades, aí vai daquela coisa da identificação, você se identifica com o que, agora no momento, eu sempre tive as pautas de esquerdas comigo, eu não me descobri lulista, da esquerda depois, eu era adolescente, eu já tinha, eu só não tinha o entendimento, mas eu sempre tive. Voltando sua pergunta inicial que fez uma volta né, ser assumida na intelectualidade não é uma coisa fácil, não é, mas eu digo pra você que é prazeroso, te dá prazer, e eu descobri que conversar com gente inteligente e você se descobri inteligente, é uma coisa que te revigora, te dá prazer, porque você começa se sentir importante, você passa a compreender a sua importância, acho que o mais importante de tudo é você se sentir importante, você, pra você mesmo, eu vivo esse processo hoje, eu descobri a minha importância, eu descobri o quanto é importante você fazer a diferença na vida das pessoas, cara não tem nada que pague isso, isso é um prazer próprio, é uma realização própria.

Jaqueline: Quais são as principais lutas e formas de resistência desenvolvida pelo TEZ?

Sheila Azevedo: Eu acredito que hoje e sempre o grupo sempre militou na questão do racismo e hoje mais do que nunca em uma política antirracista, o grupo já está aí há 35 anos e ele veio só se renovando e veio trazendo essas contribuições socialmente falando e de uma certa forma essas pautas, eu acredito que essas pautas, elas sempre tiveram e elas não mudam né, o que foi mudando foram as pessoas que estiveram e que estão no TEZ, essa renovação das pessoas, essa renovação que existe dentro do grupo, hoje a gente olha pra dentro do TEZ e a gente vê pessoas que já estavam lá e pessoas que estão chegando, pessoas que vem fazendo a contribuição nisso, eu acredito que uma das pautas que o TEZ sempre militou e ele milita até hoje, é ao combate ao racismo e a política antirracista que hoje mais do que nunca é necessário, se faz urgente.

Jaqueline: Como você vê a relação entre gênero e raça no contexto brasileiro?

Sheila: Você tem certeza que eu tenho que responder essa pergunta, porque isso é algo extremamente, eu vejo que é uma pauta muito importante, mas é muito difícil isso no Brasil, hoje quem são as pessoas que estão na base da pirâmide, é a mulher negra, hoje quem são as pessoas que estão mais morrendo de covid na pandemia, são os negros, se você olha pra massa carcerária, quem está lá, são os negros, se você ver falar nos jovens que mais morrem nas periferias dos grandes centros, são os meninos negros que são assassinados, é recentemente né, quem foi assassinada com uma bala perdida, foi uma mulher negra grávida que estava indo visitar a avó. Essa discussão de gênero e raça no Brasil é algo que temos que evoluir muito ainda, tanto as autoridades como a população do modo geral, eu não sei nem se não está preparada, mas é um faz de conta, quer fazer de conta que não tá existindo isso, essa questão de gênero e raça no Brasil é algo urgente que precisa ser discutido, é algo urgente que precisa ser trabalhado dentro das escolas, a lei 2149/2003, ela precisa ser consolidada dentro dos currículos, o currículo das escolas de educação básica, eles precisam trazer, precisa ser desenvolvido um trabalho com as questões sobre a África, sobre a cultura africana, sobre a importância de todo o povo negro, e que desde lá da colonização teve e tem até hoje, precisa haver uma mudança, uma quebra de paradigma que até hoje ainda existe. Recentemente um menino foi torturado por um padrasto, pela mãe, e foi uma comoção nacional, um menino branco, de elite e aquela coisa toda, e virou uma comoção nacional, no jornal tem até hoje notícias disso, as pessoas foram presas, e no ano passado quando o filho empregada caiu do prédio porque a mãe estava trabalhando na casa, ela trabalhava como empregada e a patroa deixou o menino subir no elevador sozinho e ele caiu desse prédio de não sei quantos andares e esse menino morreu, um menino negro. Quando você fala eu quero justiça por fulano lá, a

mais isso é mimimi, era uma criança gente, era uma criança, e hoje essa mãe não tem o filho dela, esse menina que foi assassinada recentemente por uma bala perdida, essa criança que estava no ventre dela não teve nem direito de escolha, morreu junto com a mãe, e era uma mulher negra, ninguém fala mais nada agora, quem fala é militante, ai é esquerda, esse pessoal de esquerda ai que fica militando, então essa questão de gênero e raça é uma desigualdade muito quando que ainda existe no nosso país, muito grande. Como eu disse para você, essa questão da minha escolha de ser uma mulher negra, porque eu poderia ter continuado Jaqueline, eu poderia ter passado pelo meu mestrado continuado bela e formosa como eu era antes, não que eu não seja bela e formosa como eu sou hoje, mas eu poderia ter continuado com a minha vidinha lá, aceitando e sendo aceita pelos grupos quais eu fazia parte, poderia ter ficado quieta lá, mas eu não quis, eu fiz uma escolha e dentro dessa escolha, quando você se identifica como uma pessoa negra você passa a ter um entendimento de que o negro, ele não tem oportunidades iguais ao branco no país que a gente vive, a gente não tem as mesmas oportunidades, as oportunidades são muito menos, isso quando ela nem existe. Hoje você vê, porque a mulher negra está na base da pirâmide, porque a vivência dela não é agradável e não é normal, não é normal você ser mulher negra e ter opção por ter cabelo afro, por ter cabelo crespo, porque, por que isso não é aceito pela sociedade, o normal é você ter um cabelo escovado, você pode até ser negra, mas você tem que ceder às exigências do padrão de normalidade da sociedade pra você poder, e isso é terrível porque quando tem algumas coisas a mais nisso, por exemplo você é negra, gorda e por mais que você tem estudo, você pode ter estudo, você pode ter uma faculdade, ainda assim você não é aceita pela sociedade. Quando você tem esse entendimento da negritude você passa a verificar que as oportunidades não são iguais, mas você vai em uma loja do shopping e você não vê meninas negras trabalhando, você não vê mulheres negras lá, e você vê mulher negra você vê mulher negra dentro do padrão que a sociedade impõe pra ela, porque ela não vai ter o cabelo que ela gostaria de ter, um cabelo afro, um cabelo crespo, um cabelo cacheado. Isso hoje ainda é muito recente, você ainda vê algumas lojas de magazine de shopping, você vê um jovem, porque comercialmente falando, isso na mídia, isso vende, mas no contexto normal isso não é aceitável, você vai em um consultório médico vai ver uma atendente dele vindo te atender, se você vê é raro, eu falo porque o dentista que eu vou, ortopedista, a clínica aonde eu faço exames, até esses tempos atrás eu estava conversando com uma colega minha e eu falei nossa aqui nessa clínica tem um padrão né, padrão de mulher, de beleza de mulher, todas são cabeludas, todas são brancas, todas são altas, todas são magras, o mesmo padrão de mulher, você não vê uma mulher negra nem da tez clara, você não vê nessa clínica que eu vou e faço exame já tem um bom tempo. Aí você vê, onde estão os negros se o próprio censo do IBGE ele disse que mais de 50% da população se identifica como negra, então onde estão esses negros, onde que está esse recorde racial, onde que tá? É muito desumano isso, você vê hoje nessa pandemia, quais são as famílias que estão mais sofrendo com o desemprego e que estão sofrendo com a miséria, com a questão miserável que se alastrou nessa crise econômica, que se alastrou no nosso país, é a negritude, é a população negra que está tendo menos oportunidades, que está sofrendo mais, essa questão de gênero e raça ainda é um caminho que a gente tem que percorrer, ainda precisa ter muita discussão, ainda precisa ter muito estudo, ainda precisa ter muitos enfrentamento sobre isso, porque tá muito no início isso aqui no Brasil, apesar de 300 anos de período escravocrata, apesar de o Brasil já ter sido descoberto, estamos muito no início dessa discussão.

Jaqueline: Você observa diferente entre os partidos políticos em relação a forma como lida com a questão racial e de gênero? Você considera importante como mulher negra participar ativamente de um partido político? Isso é também uma forma de luta e resistência?

Sheila: Eu acredito que sim, e existe sim, as pautas políticas com certeza de partido X não é de outro partido não, e a gente vê pelas políticas públicas que não construídas, porque assim, eu também demorei para compreender isso, mas hoje eu tenho isso muito bem formalizado comigo, tudo o que a gente faz é política, então as escolhas que você faz, as escolhas que eu fiz foi uma escolha política, e por isso mesmo que ela não agradou algumas pessoas, lá escolha política que eu fiz, porque tudo, todas as relações que a gente tem, que a gente vivência são relações políticas, e isso ela tem muito a ver com o seu caráter, ela tem muito a ver com a sua formação, ela tem a ver com o seu entendimento e com a compreensão de qual projeto político você quer que seja desenvolvido no país que você vive, pra mim não existe essa coisa da neutralidade, porque até a neutralidade ela também é um ato político, recentemente teve uma atriz famosa que falou eu não me identifico nem com a política do atual governo e nem do outro que queria entrar, porque eu sou neutra, filha a neutralidade também tem um intensão política, a neutralidade é você afirmar e confirmar que você vive numa bolha, e a neutralidade vai depender dos direitos dessa bolha no qual você vive, que você defende, não adianta você falar há mais eu não me identifico com A e nem com B, você não se identifica é porque ali já tem um punho político, e uma coisa que eu aprendi nos últimos tempos, ninguém muda assim da noite pro dia. Nesse meu processo evolutivo ai da minha entrada pelo TEZ e até mesmo do programa do mestrado e desse processo todo, sabe quando as máscaras vão caindo, você começa olhar as pessoas, começa a enxergar quem são as pessoas de verdade, as máscaras vão caindo, eu confesso que eu me decepcionei com as pessoas e hoje eu falo não, se você se decepcionou com a pessoa, ela nunca foi aquilo que você imaginava que ela era, ela demonstra o que ela é de verdade com a postura e o comportamento dela, ela sempre foi assim, você que nunca enxergou, você não enxergou você não queria ver quem ela era, então homem você consegue ver, isso aconteceu comigo e com muitas pessoas, é por isso que eu disse anteriormente que pra mim foi muito sofrido no início, foi muito difícil, porque você vai perdendo os laços, é como você tivesse se desintegrando, mas na realidade, se não essas pessoas vêm outras, vêm outras na sua vida, e foi isso que aconteceu comigo, eu comecei a ver que a gente é parte daquilo que a gente ler, a gente é parte daquilo que eu afirmo, daquilo que eu falo e eu nunca tinha parado para pensar nisso, então aquilo que eu afirmo, aquilo que eu falo para as pessoas é o que eu sou na minha essência, então se eu acho graça, se eu faço piada com negro, é porque eu sou uma pessoa racista, eu vivencio muito isso hoje porque eu tenho umas amizades hoje com pessoas que se diz não racistas e eu até acredito que elas acham que ela não são, mas as vezes me mandam recadinho no whats, ou me mandam recadinho no direct, ah lembrei de você, manda um charge, uma brincadeira que envolve pessoas negras, hoje eu não aceito mais isso, eu não aceito. Recentemente eu falei pra uma pessoa olha isso que você está fazendo é racismo recreativo, aí o que isso Sheila, não é racismo recreativo, você sabe o que é racismo recreativo? É você se divertir com a mazela de uma pessoa negra, isso é racismo recreativo. Nossa, mas eu nunca parei pra pensar nisso, eu falei é, porque você colocar em uma charge e achar isso interessante, um vídeo de uma mulher negra gorda e ela está fazendo algo que os seus olhos divertindo você, isso é racismo recreativo, porque qual é a graça que tem nisso, nenhuma. Você vê um homem negro em uma situação degradante, isso é racismo recreativo, você concordar com isso, você achar graça, que graça que tem nisso. Ai a pessoa ficou sem graça e falou aí Sheila, desculpa eu nem sabia, eu falei não, tudo bem, agora você já sabe, se você não sabia, agora você já sabe, isso que você está fazendo, isso que aos seus olhos é só uma brincadeira, uma piadinha, isso é racismo recreativo, você está promovendo racismo recreativo. Ai eu sempre esqueço que pra conversar com você... não, não é que pra conversar comigo você tem que ter, a gente tem que ter a compreensão, tem isso também, eu não sei se acontece com você, acontece com outras pessoas, as pessoas ficam meio temerosas de conversar comigo, ai ficam cheia de dedos, falam o que eu vou falar, o que eu não vou falar e

como eu vou falar isso, eu falo pra pessoa, não você vai conversar normal, conversa o que você é, mais aí se você disse algo que aos meus olhos, ao meu entendimento isso não soar como positivo ou pra mim ter outro entendimento, eu vou falar pra você é isso, é isso aqui, aí fica a seu critério. Então agente vê hoje nos partidos políticos, a gente vê em partidos políticos que são mais da direita, eles não contem proteção de gênero e de raça, porque envolve outras questões, a políticas que eu vejo que ao meu entender não teria nada haver, por exemplo a questão religiosa, ao meu entender ela não teria que entrar, e eu falo isso, ela não teria que entrar nessa questão, deixa eu corrigir essa fala minha. A questão religiosa, ela não teria que entrar nas questões de cus pedagógico, de escola, ao meu entender é muito simples, é simples pra mim, na minha cabeça assim, tem a questão respeito, você tem que respeitar, e porque eu enquanto professora eu tenho que rezar pai nosso para os meus alunos antes de iniciar aula, pra que gente? Pra que, porque eu tenho que rezar? Eu rezo pai nosso aqui na minha casa, mas porque eu tenho que rezar pai nosso para os meus alunos, será que é a partir disso que vai tá abençoada a minha aula, é a partir disso!? Não é cara, isso aí você está desrespeitando as pessoas, porque se a escola, se o ensino é laico, e eu parto pró-entendimento que existe crianças ali que são evangélicas, católicas, budistas, umbandistas, candomblecistas, espíritas, então eu também vou ter que trazer uma reza do centro lá, de bate palma, do candomblé lá, porque eu vou ter que fazer com a minha turma, porque se eu rezei o pai nosso, porque eu tenho que rezar pai nosso? É complicado isso, é complicado ao meu ver porque eu acho que essas questões não tinham, não tem que entrar, simplesmente não tem que tá ali. Quando você vê as mudanças de candidatos nas eleições e aí você vê de que partido esse candidato é, as pessoas tinham que ter entendimento de que o voto, você votou naquela pessoa, você está fazendo está fazendo a opção por determinadas questões que vão ocorrer, na política, na educação, na saúde, em todo o movimento, porque é sim, a partir de um partido político, a partir do que esse partido ou os conhecimentos que aquela pessoa tem, aquele candidato tem é o que ele vai desenvolver no governo dele, vou te dar um exemplo, não vou falar daqui, mas vou falar de outro estado, o prefeito de São Paulo faleceu, no meu entender, no meu entendimento, esse homem não tinha nem que ter sido eleito, porque era um homem que estava com a saúde condenada, e aí é você não pensar no coletivo, ele já estava com a saúde condenada. Nossa Sheila, como assim, tem gente que trata de câncer e... cara ele estava com a saúde condenada, ele estava só fazendo ora extra aqui, tsmtó é que o homem já passou dessa e foi pra outra. Quem é o vice desse homem, é um homem que quando estava no período de eleição, esse homem foi acusado, apareceu várias acusações de agressão contra a mulher dele, ele tem uma ficha que a mulher foi lá e fez ocorrência contra ele, olha aí, agora o outro faleceu e ele assumiu, vamos ter um prefeito da maior cidade do Brasil que o homem tem boletim de ocorrência por agressão da mulher, que política pública ele vai criar para a mulher, nenhuma! Que políticas públicas, que defesa ele vai fazer a favor da mulher, todas mulheres pobres, negras e menos favorecidas do estado, do município de São Paulo, como diz aquela cara lá, está tudo lascado. Já começa que o partido dele é um partido cristão, vão ser quatro anos jogado no lixo, essas pessoas não vão ser atendidas, as pessoas têm que ter o entendimento. Hoje as pessoas falaram assim pra mim, aí eu não tinha opção de voto para presidente, você tinha sim, você tinha opção, você ter votado no atual governo por falta de opção, eu falo e eu falo isso, teve até uma colega minha que já ficou brava comigo porque eu falei isso, e eu afirmo, você ter votado nesse atual governo, você tem que se sentir culpado por todas essas mortes, amanhã nós vamos fazer meio milhão de pessoas, meio milhão de brasileiros mortos, porque nós estamos em uma guerra, nós estamos em uma guerra em uma pandemia que as pessoas não se deram conta ainda, tem muita gente que não se deu conta disso ainda. Se você votou no atual governo, sinta-se culpado por esses meio milhão de pessoas mortas. Uma colega me falou há mais você não pode falar, a culpa não é dele isso aconteceu no mundo inteiro, mas se fosse outro partido a condução seria diferente, seria

diferente, a gente não ia ter um gestor, um representante público da nação desfilando sem máscara para as pessoas, não íamos ter um gestor dizendo para as pessoas que já que tomou a vacina vamos desligar o uso da máscara, não íamos ter um gestor dizendo quem já tomou a vacina vamos desobrigar o uso da máscara. Não adianta agora, você que votou nele, você tem parcela de culpa de tudo isso que está acontecendo no Brasil, nessa pobreza, nesse estado miserabilidade que estamos vivendo e nessas 500 mil mortes, meio milhão de pessoas mortas no Brasil, você tem parcela de culpa. É forte isso, é forte. A mais eu não tinha opção, anulava seu voto. Eu mesma, eu votei... eu não votei no atual prefeito dessa cidade, eu não votei, e não votei no Marquinhos porque eu não acredito na política dele, eu tenho a plena consciência e estou tranquila. Agora estamos às vésperas de retornar a uma aula presencial, numa situação crítica. Ontem morreu seis pessoas nas upas de Campo Grande, isso foi noticiado, está nos jornais online, seis pessoas morreram ontem nas upas, porque a situação está essa, hospitais nem cabe mais, nem entra mais, então a questão política e partidária, ela tem sim muito haver com o momento atual que a gente está vivendo. Estaticamente falando, quando a gente teve um governo que ditava as partes sociais, que era o governo do PT, a gente via o dinheiro circular, as pessoas tinham o poder de compra. A porque o partido afundou. Teve problemas, teve problemas, eu concordo, isso aí foi investigado e tinha que ter uma solução. Agora você falar que afundou, afundou o que? Teve uma divisa de bens, teve uma divisa, o povo foi dividido mais igualmente né, coisa que no momento atual não. Então hoje trazendo lá pra martes, eu consigo verificar a questão da mais valia e a questão alienação que estamos vivendo atualmente, isso Martes explica muito dentro da categoria de classes, então a gente vê uma alienação e a gente vê a mais valia hoje acontecendo, porque hoje o cidadão, o sujeito vai lá e trabalha, ele está aceitando tudo para ele não perder esse trabalho, e o discurso que é das pessoas, à porque as pessoas tem que trabalhar porque elas tem que levar comida para dentro de casa, esse é o discurso, não importa se ela vai pegar covid, não pode fechar o comércio porque as pessoas precisam trabalhar, é isso que os empresários querem que você pense.

Jaqueline: Quais foram e são maiores dificuldades que você que você enfrenta como mulher negra? E como você lida ou lidou com a maternidade?

Sheila: Eu não tenho filhos, nunca engravidei, não tenho baby, só tenho baby da escola, não tive dificuldade com a maternidade. As dificuldades, só o fato de eu ter me identificado como mulher negra são todas dificuldades possíveis e necessárias. Porque o que eu disse, o fato de eu ter me assumido como mulher negra, isso fez com que portas se abrissem e portas se fechassem pra mim, eu ouvi isso, aqui não é seu lugar, só não posso falar onde eu ouvi isso, mas eu ouvi isso, aqui não é o seu lugar, o que você está fazendo aqui, não é pra você estar aqui, quem é você na fila do pão, Sheila, para você estar aqui, vou te falar o milagre, mas não vou te falar o nome do santo.

Jaqueline: Como você percebe o ideal do branqueamento? Você percebe que o ideal do branqueamento ainda é forte na sociedade brasileira? O grupo TEZ tem lutado para combater? Como?

Sheila: Olha minha querida, eu vejo assim, a gente tem que combater cada um no seu posto, na sua área de trabalho, eu por exemplo, eu trabalho com a educação infantil, então a partir da minha pesquisa, a partir do meu descobrir como mulher negra, hoje eu vejo que o meu trabalho tem selar com a educação infantil e principalmente com as meninas na questão da

representatividade, ontem mesmo eu assisti um *live* em que uma contadora de história estava falando que ela faz bonecas negras, ela estava falando que quando ela era criança ela queria ter a boneca Suzy, e eu também queria ter a boneca Suzy, a Suzy era loira, eu queria ser loira, eu queria, e eu vim de família pobre e eu nunca pude ter, na verdade eu nunca tive boneca, minha mãe nunca teve dinheiro para comprar uma boneca, meu pai nunca teve dinheiro para comprar uma boneca, eu vim ter boneca já na fase adulta, porque assim, eu fui criança até os dezessete, até os dezessete anos eu brincava de boneca, tardiamente minha mãe conseguiu um emprego melhor, minha mãe trabalhava de empregada doméstica, aí minha mãe conseguia comprar, e eu tenho uma irmã mais nova, aí minha mãe conhece comprar e eu queria ter boneca, eu tive boneca até os dezessete, dezoito anos, que aí minha mãe podia comprar, aí eu queria as bonecas daquela empresa estrela, porque a estrela que fazia os brinquedos mais lindos da época, da década de 80/90, então eu queria ter os brinquedos da estrela, inclusive a estrela tinha até um chaveirinho, e eu queria ter aquilo lá no pescoço. Então hoje o meu combate é o que, a onda que eu trabalho essa questão do branqueamento, é na sala de aula com os meus alunos, e trazendo as bonecas negras, hoje eu coleciono bonecas negras, eu comecei isso por conta da minha pesquisa, eu tive que pesquisar artefatos culturais e aí eu fui conhecer a boneca negra de pano, aí a partir disso eu fui começar a comprar bonecas, comprar bonecas de pano e bonecas de loja, eu comecei a buscar as bonecas de lojas, e eu descobri o quanto é difícil você encontrar uma boneca negra, seja ela qual for, é muito difícil, porque que é difícil, porque não existe mercado pra isso, porque as meninas negras tem que se conformar em ter bonecas da branquitude e a gente tem que se conformar. Se você procura uma boneca estilo Barbie, aquelas articuladas, aquelas magrinhas compridinhas, negras dificilmente você acha, você não acha para comprar, você vai nesses lojão varejista, você não acha, difícilímo. Porquê? Por que o mercado não tem intensão, não tem uma intencionalidade pra isso, não tem. A marca Barbie hoje já tem bonecas negras da Barbie, que são edições especiais e caríssima, e porquê? Porque eles não querem popularizar, eles não veem beleza, a beleza é a Barbie loira, do olho azul, cabelão, aquele estereótipo da mulher, e que é vendido para a criança desde pequeno, já é vendido que você tem que ser como aquela mulher. Que representatividade as crianças vão ter? Eu tive uma vivência com uma aluna minha, não escola pública, escola particular, uma aluna minha, ela era branquinha e ela tinha o cabelo crespo, não era cacheado, era cabelo crespo e a irmã dela que já tinha sido minha aluna, isso na educação infantil, a irmã dela que já tinha sido minha aluna era branquinha e tinha o cabelo liso e ela tinha um olhão preto, era bem diferente porque a irmã dela tinha o cabelo liso preto e o olhão preto, parecia aquelas jabuticabas, e a irmã dela não, a irmã dela era branquinha, tinha o olho clarinho e o cabelo, crespo, bem crespo, armado o cabelo da menina, ela era pequenininha, tinha quatro anos, aí um belo dia chega essa mãe na porta da minha sala, lembra no auge das escovas, que tinha as escovas, que tinha as escovas de morango que o povo colocava os formol da vida, foi nesse auge aí, com quatro anos essa mãe me aparece com essa menina na porta da sala com o cabelo escovado, alisado, ela mandou alisar o cabelo da menina, eu fiquei estarecida, eu falei meu Deus como assim, o que aconteceu com o cabelo da fulana, aí ela falou assim, aí professora porque ela chorava, ela via o cabelo da irmã, porque o cabelo da irmã era liso e o dela era todo crespo, todo cagado, ela falou desse jeito, ela usou essa palavra, falou que culpa que ela tem se o pai tem o cabelo ruim, olha aqui meu cabelo, meu cabelo é cabelo ruim, agora se o pai tem cabelo ruim a menina tem que ter cabelo ruim, agora tem que ficar mandando alisar o cabelo, você acredita? Até hoje eu lembro o nome das meninas, até hoje eu lembro da situação, isso é uma coisa que nunca vai sair da minha cabeça, e eu falei como assim gente. Depois passou, a menina saiu da educação infantil, saiu do ensino fundamental e só alisando. Hoje em dia a menina já esta adulta né, porque isso já tem um tempo que aconteceu, já deve estar adolescente pra adulta a menina, eu não sei se a menina alisa ou assumiu esse cabelo. É essa questão que você perguntou, da

branquitude, essa cobrança, esse estereótipo que é vendido desde criança, que você tem que ter um cabelo liso, bonito é um cabelo liso, que o bonito é um cabelo loiro, ter um cabelo até na bunda, é o estereótipo da mulher bonita.

Jaqueline: O mito da democracia racial, você acredita que ele tem diminuído sua força? Como o TEZ tem ajudado a combater?

Sheila: Esse mito da democracia racial está mais forte do que nunca no atual momento que nós estamos vivendo no Brasil. É umas coisas loucas que eu escuto, isso é recorrente né, é recorrente de se ouvir, essas pessoas que trabalham com programas de TV aberta e até mesmo nos canais da Internet, você o vê falarem esse discurso, aí mais Brasil é o país menos racista do mundo. Aonde gente? As pessoas ainda morrem aqui, as pessoas são assassinadas aqui, um rapaz foi assassinado na porta do super mercado, e o que o rapaz estava fazendo? Tudo bem que a rede do super mercado está lá, está tentando ver se faz alguma coisa. Mas enfim, as pessoas morrem e isso é pouco né, a questão do mito racial, ele está muito popularizado, aí porque essa democracia racial... não existe isso gente, não existe! Isso aí foi uma coisa que foi vendida a partir de uma leitura e que muita gente comprou, e que daí eu escolho de que lado eu quero estar e que bolha eu quero participar, porque hoje eu falo dessa questão da bolha porque o momento atual que a gente vive é tão grave, tão grave que muitos escolheram viver a bolha da alienação, dos *reality shows*, viver alienado 24 horas por dia, e isso é muito visto porque a Internet vende isso, os canais que hoje são vinculados na Internet, as plataformas, elas vendem. Hoje tem pessoas que vivem totalmente alienadas dentro desse mundo de *reality show*, a pessoa vai lá, porque ela quer um minuto de fama, ela quer cinco minutos de fama, e porque também, porque preferível você estar alienado do que você dar conta do que está conhecendo na atualidade, no país. As pessoas preferem participar de *reality* que vão deixar elas em situações degradantes, humilhantes, mas melhor estar alienado do que viver a atualidade no país, e em relação ao que o TEZ faz, que o grupo faz, em relação isso, pra combater essa questão do mito racial, é fazendo esse trabalho, de combater o racismo, fazendo os levantes, hoje mesmo vai ter um evento e alguns dos representantes grupo vão estar lá presentes, que é para combater o atual governo, que é um movimento que vai ser a nível nacional. E é isso, sempre estar fazendo esse combate, fazendo essas questões, recentemente também teve um livro de um integrante que saiu do TEZ que ele vem falando, vem trazendo essa questão do racismo, da corporação do exército, então ali é uma forma de resistência, é uma forma de você estar trazendo o que acontece na realidade, você estar trazendo os fatos reais. Eu acredito que o TEZ, ele vem fazendo esse combate com cada um de nós que somos integrantes do grupo, e cada integrante vem desenvolvendo naquele campo, naquela área que ele atua, então eu na atualidade com as minhas crianças lá da educação infantil, quando eu venho trazendo essa proposta de trabalhar o artefacto da questão cultural, de trazer as bonecas negras, de trazer a literatura infantil trazendo os negros como protagonistas, isso já é um trabalho. Você que também é um integrante, você desenvolvendo sua pesquisa do mestrado, trazendo uma pauta, trazendo matemática da negritude pra suas discussões, você também está desenvolvendo, você está fazendo combate. Então cada um de nós, seja ele em qual espaço estiver, você tendo esse compromisso, você compreender o quanto é importante sua voz e você trazer isso pra sua prática do dia-a-dia e ir para sua prática pedagógica, pra quem é professor e até mesmo pela prática de vivência de quem não é professor, mas pro espaço da onde a pessoa desenvolve, trabalha. Eu acredito que é isso, mas de um modo geral o combate que o TEZ que o grupo TEZ faz é com relação mesmo, a maior pauta que ele defende é a ação racista e as ações antirracista, que é sempre você trazendo para as discussões, fazendo *lives*, conversando, agora as reuniões dos grupos estão paradas por conta da pandemia e que de certa

forma as pessoas não estão aguentando mais *lives*, ninguém está aguentando mais, mas querendo ou não esse é o meio no qual a gente pode se comunicar hoje, o meio que a gente pode se comunicar é esse agora, enquanto essa situação não for estabilizada, enquanto não tiver uma grande parcela da população vacinada é por esse meio que a gente tem que se comunicar, via canais, plataformas da internet, eu acredito que é isso.

Nome completo: Jaceguara Dantas da Silva /Idade: 59 anos/ Estado civil: divorciada/
Religião: não tem religião oficial/ duração: 24:53m

Jaqueline: Como se deu sua entrada no grupo TEZ?

Jaceguara Dantas: Na verdade, eu sou umas das cofundadoras, o grupo Tez, o grupo foi fundado, em decorrência da atuação de alguns de nós no movimento estudantil. A partir dessa atuação, nós despertamos para questão racial e sentimos a necessidade de fazer algum, fazer algo, ter alguma iniciativa tipo fazer o enfrentamento da temática do racismo ou trazer essa temática para sociedade sul-mato-grossense para reflexão e mesmo até que pudesse atuar diretamente ao combate ao racismo.

Jaqueline: Qual foi a importância dessa participação?

Jaceguara Dantas: Bom eu sempre tive consciência da questão racial, mas a partir da partir dá participação grupo TEZ, e dessa fundação desse grupo, na verdade foi um marco divisor na minha vida, porquê além de exercitar a consciência cada vez mais. Eu pude desenvolver ações objetivando o combate ao racismo e sobre tudo procurar conscientizar as pessoas no meu entorno, e não só da comunidade acadêmica, mais também dos locais onde eu convivia, sobre a temática racial e as consequências danosas essa prática. E sobre tudo, o quando tudo isso. O racismo tira as oportunidades, das pessoas desenvolverem suas potencialidades e sobre tudo de seres humanos por completo na verdadeira acepção da palavra.

Jaqueline: Porque tem mais mulheres do que homens no grupo TEZ?

Jaceguara: Não foi assim inicialmente, nós éramos só me engane sete e só tinha eu de mulher na origem da formação do grupo e depois outras foram agregando, mas os primeiros anos de atuação do grupo TEZ não tinha tantas mulheres, eu atuei durante um determinado lapso de tempo e depois em virtude de ter assumido Ministério Público e das diversas atribuições e morar no interior do Estado, eu deixei de participar de uma forma tão atuante, tão presente. Só que eu levei essa minha atuação para a instituição, a qual eu pertence a qual eu passei a entregar. Ou seja, no desenvolvimento no meu trabalho como representante do Ministério Público, eu sempre levei a temática racial, não só para dentro para a sociedade na qual eu atuava.

Jaqueline: então você acredita que você continua na sua militante o que você acreditava no início do grupo TEZ?

Jaceguara Dantas: uma situação diferente, não uma atuação de militante, mas uma atuação de uma pessoa absolutamente consciente, da presença do racismo das suas nefastas consequências e sobretudo da necessidade de nós negros no espaço de poder, mas sobretudo atuarmos como fator que possa minimizar o racismo todas as suas vertentes, ou seja, nós negros que temos consciência ou branco também é até porque essa luta não é só dos negros é uma luta da sociedade dos homens e mulheres bem, precisamos levar essa temática para uns espaços nossos de trabalho, profissionais, sobretudo familiares e as nossas relações afetivas e de amizades.

Jaqueline: o que significa ser uma intelectual negra pra você? Você se considera uma? e a universidade para importante nesse processo?

Jaceguara Dantas: Eu não sei se sou uma intelectual, eu tenho mestrado, doutorado, eu sou procuradora de Justiça, mas eu não sou uma professora atuante, nenhuma pesquisador atuante, do que eu percebi nesses espaços que ocupei e ocupo, é que se tiver mente a universidade academia é branca e masculina, mas sobretudo majoritariamente branca, eu me lembro quando eu passei no concurso 1992, eu fazer mestrado na USP. E eu me lembrei eu me lembro me chamou atenção naquela época que as pessoas negras que existiam, elas estavam limpando o chão e servindo café. Quando eu voltei, infelizmente a situação profissional e não consegui concluir o mestrado, eu acabei perdendo a vaga e depois de meus filhos relativamente crescidos eu voltei para concluir, para fazer um mestrado já na universidade na PUC pontifícia Universidade Católica de São Paulo eu percebi que a realidade mudou muito pouco, eu era uma das poucas negras no mestrado, era uma das poucas negras no doutorado e percebi que lamentavelmente a realidade tinha mudado muito em tantos anos, não obstante um lapso temporal que tinha decorrido, eu me sentia única ou seja é. Eu me sentia sem representatividade era como se eu fosse a única ou inexistente.

Jaqueline: Quais as principais lutas e formas de resistência desenvolvida pelo TEZ?

Jaceguara Dantas: Eu não posso falar nesses trinta anos de existência o grupo, porque a minha atuação foi mais um período da faculdade, logo depois de ter formado, né? A minha contribuição acredito que tenha sido mais na formação do grupo e alguns anos depois eu sei se tem mais de 30 anos, mas eu tenho impressão tenho pressão, eu tenho a certeza de ter sido o fato do tecido primeiro grupo de combate ao racismo no Estado de Mato Grosso do Sul, ele cumpriu e cumpre um papel fundamental. Trazer para nossa sociedade uma discussão que até então, estava debaixo do tapete um tema que nós não enfrentavam enquanto sociedade quando foi levantado era um tabu e as pessoas diziam que nós estávamos disseminando a divisão, nós estávamos na verdade levantando uma bandeira, uma realidade dentro de uma sociedade que o racismo não existia porque imperava e ainda impera muito um mito da democracia racial, que é um mito é uma falácia né porque democracia racial pressupõe a igualdade de oportunidades entre brancos e negros e isso ainda é uma realidade distante infelizmente.

Jaqueline: Como você vê a relação entre gênero e Raça no contexto brasileiro?

Jaceguara Dantas: Bom se nós olharmos a realidade das mulheres negras, nós vemos que mulheres negras ocupam a base da pirâmide social, as mulheres negras são as maiores vítimas da violência contra mulher, as maiores vítimas do feminicídio, as maiores vítimas dos estupros, a maior as maiores vítimas do desemprego, as maiores vítimas da dificuldade de passar um dinheiro do sub empregos as mulheres negras estão são as empregadas domésticas são as prestadoras de serviço, então nós temos que a questão racial ela passa necessariamente a questão de gênero. Mas a questão de gênero ela é um fator de opressão, enquanto que a mulher negra ela tem dois ou três fatores de opressão, ela é a mulher negra. Ela é mulher ela é negra, ela é periférica. Então ela tem a questão de gênero e raça e social, ela tem no mínimo três fatores de opressão que fazem com que essa realidade seja uma realidade diferenciada e que necessitaria de um olhar também diferenciado. Por parte dos gestores sentido desenvolvimento de políticas públicas direcionadas para essa mulher. E o que nós vemos é que, a questão de gênero no mais das vezes, ela não leva em consideração as especificidades da mulher negra é como se existe ainda. Uma ideia muito eurocêntrica no feminismo, na questão gênero e agora que nós estamos ouvindo algumas vozes mulheres que são negras e querem fazer valer a realidade da mulher negra que tá se falando no feminismo negro, só que são vozes muitos pontuais e ainda, não tem uma força significativa para fazer uma mudança

nessa do feminismo ao meu ver. Estamos começando a discutir essa questão, mas ainda é uma realidade distante.

Jaqueline: mais essa questão da discussão é muito por conta de não ser ouvida ou não querem que ela seja ouvida ou não são profissionais. O que que você acha?

Jaceguara Dantas: Na verdade eu não acho nem que ela não querer, mas é um não atentar para essa realidade da mulher negra, eu acho que é uma falta de percepção, até porque o movimento feminista ele cumpre o papel cumpriu um papel extremamente importante na questão das mulheres com todo. Só que nós estamos falando aí da mulher branca, classe média alta e eu acho muito interessante uma fala da Sueli Carneiro quando ela pontua, quando está falando sobre o direito, da mulher trabalhar, de que mulheres vocês estão falando, porque afinal da conta a mulher negra sempre trabalhou. Quando fala da mulher dondoca que o homem abre a porta para mulheres vocês estão falando, porque essa não é a nossa realidade, né? nós não somos dondocas nós sempre trabalhamos, nós sempre usamos a nossa força de trabalho, nós sempre tivemos trabalhos pesados. Então assim quando nós falamos a população brasileira é pontuada pelo IBGE 54% ou 56% da população brasileira e nós ignoramos a realidade da mulher negra, nós estamos falando de uma significativa parcela da população que é ignorada, cuja realidade não tem um olhar diferenciado, é uma realidade dessas mulheres é invisibilizada nós somos invisibilizada. Ou seja, essas mulheres são invisíveis, estamos falando de dores, sofrimentos, dificuldades, estamos falando da solidão da mulher negra, porque na medida que um homem acende socialmente ele se casa com uma mulher branca e com quem a mulher negra vai se casar com quem ela vai se relacionar. Nós estamos falando de uma realidade em que historicamente a mulher negra, ela serviu passível do seu senhor elas ser prestou historicamente a satisfação dos desejos sexuais dos seu senhor, essa mulher ela não pode constituir uma família, ou si ela não pode amamentar o seu filho, porque ela tinha que amamentar a criança branca, ela não podia cuidar do seu filho porque ela tinha que cuidar da criança branca, então nós estamos falando de realidades geracionais, muito diversas do que o feminismo traz, que eu volto a repetir uma mulher branca, classe média alta e uma visão muito eurocêntrica da questão feminino, sem atentar a nossa realidade em especial da mulher negra.

Jaqueline: você observa a diferença no partido político em relação a questão racial e de gênero? considera importante como mulher negra participar ativamente de um partido político, isso é também uma forma resistência e de luta?

Jaceguara Dantas: Eu fui a primeira Procuradora de Justiça dos direitos humanos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul e eu lidei nessa atuação profissional em todos os segmentos excluídos e discriminados da sociedade: as pessoas em situação de rua pessoas, com deficiência, comunidade LGBTQI+, o negro, a mulher a questão da discriminação da mulher, com travestis transexuais e eu sempre disse para esses segmentos que a representatividade política é o caminho, você não pode querer fazer valer os seus direitos sem uma representação representatividade política nesse sentido. A mulher ocupar espaços políticos é importante é fundamental e dos demais segmentos socialmente minoritários assim como negro, mas não basta ser um negro não basta ser uma mulher, preciso que seja um negro e uma mulher que verdadeiramente encampe os projetos, as políticas públicas, direcionadas para esses seguimentos. Ou seja, é preciso que sejam pessoas sensíveis a essas temáticas e sobretudo pessoas que ocupem os seus mandatos, objetivando a preservação e a conquista de direitos para esses segmentos, estão assim os espaços da representatividade política, não é só importante e imprescindível.

Jaqueline: Quais foram e são as maiores dificuldades que você enfrentou como mulher negra e como você lidou ou lida com a questão da maternidade na verdade a maternidade?

Jaceguara Dantas: Na verdade a maternidade para mim, foi algo que eu desejei muito muito mesmo. Não foi uma consequência natural, foi um desejo, eu tive dificuldade para engravidar tratamento, eu sonhava em ter filhos, quando eu não conseguia todos os meses eu chorava então assim eu quis ter filhos, eu desejei os meus filhos. Eu amo profundamente os meus filhos e acredito que o maior desafio da maternidade seja você não só. Não desejar que seus filhos passem pelas dificuldades, preconceitos, discriminações que eu passei e todos nós passamos enquanto negros ou como mulheres ou mulheres negras, mais sobretudo o desafio de criar cidadãos conscientes com proposito de vida de contribuir para melhorar o mundo que nós vivemos. Então assim pra mim, sempre foi um desafio muito grande passar valores de honestidade, de respeito, respeito as diferenças de democracia de não concordar, mas ouvir o que as pessoas pensam e sobretudo para poder fazer trabalhar para fazer valer o direito de todos os de todos indistintamente, de terem os direitos serem iguais a todos que ocupam um espaço nesse mundo que são chamados de seres humanos.

Jaqueline: Você percebe que o ideal do branqueamento ainda é forte na sociedade brasileira? o grupo TEZ tem lutado para combater? E como?

Jaceguara Dantas: E como eu como eu não posso falar pelo grupo TEZ, porque eu tive uma participação até pequena assim de termos de lapso temporal de todas as questões que eu pontuei né? Mas eu acho que a questão do branqueamento é muito forte os privilégios da branquitude são muito fortes as pessoas não querem reconhecer que são privilegiadas, ou tem dificuldades de reconhecer que são privilegiados, pelo simples fato de serem brancos ou não serem negros. Eu acho que o grande desafio que o negro que ascende socialmente tem, ele não procurar continuar sendo que ele é, ou seja manter pertencimento a uma raça, por mais que você mude seu patamar social, aonde quer que você esteja sempre será um negro e que você em que bonito que isso é, porque você nunca vai integrar ou pertencer a raça branca que isso é extremamente significativo. Porque isso abre o campo de representatividade, mas, sobretudo abre a possibilidade concreta de onde quer que você esteja contribuir para o reconhecimento dos direitos da população negra.

Jaqueline: E mito da democracia racial? Você acredita que ele tenha diminuído sua força e como o grupo TEZ contribuído para que isso aconteça?

Jaceguara Dantas: Eu acredito, que eles estão fazendo muito interessante, continue fazendo tanto é que o grupo tem mais de trinta anos de existência e eu acho que o mito da democracia racial ele sempre existiu e vai existir ainda por muito tempo, o que é muito cômodo, é confortável, é adequado. As pessoas pensarem que nós vivemos em uma sociedade de Igualdade de oportunidades entre todos, isso não é uma verdade. É como se fosse uma corrida em que as pessoas, muitos tivessem a muitos quilômetros de avanço, a frente dos demais e nós estivéssemos a muitos quilômetros atrás e essa corrida disparasse e esse falasse que existe igualdade nessa corrida, não existe igualdade de oportunidades entre negros e brancos, eu desejo muito embora, não acredite que eu vou ver esse mito se tornar realidade, eu espero que os filhos meus filhos enfim, alguma parte da minha geração consiga vê isso se concretizar. Essa realidade se tornar poupado e realmente concreta, mas é só um mito, que compre um papel de persuadir de iludir de enganar e sobretudo de tornar confortável a realidade das pessoas que se prevalecem que se beneficiam dessa desigualdade e até tornar-se, digamos

assim para as pessoas são prejudicadas por essa realidade não se tornarem tão conscientes de que isso é uma é uma inverdade, uma fantasia é uma falácia para que as pessoas não se conscientizem necessidade de mudar essa realidade.